



A contribuição das ações de sustentabilidade ambiental para o aumento do orçamento nas organizações públicas. O caso de uma instituição de ensino superior brasileira

Maria Moreira de Carvalho

**Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade e Finanças**

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



A contribuição das ações de sustentabilidade ambiental para o aumento do orçamento nas organizações públicas. O caso de uma instituição de ensino superior brasileira

Maria Moreira de Carvalho

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da professora doutora Amélia Cristina Ferreira da Silva e coorientação do professor doutor Silvano Carmo de Souza

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

A atual crise financeira no Brasil afeta diretamente as instituições de ensino superior (IES) públicas, especialmente ao nível do repasse do orçamento. Partindo do caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT, esta dissertação tem como objetivo geral analisar a capacidade das IES brasileiras desenvolverem estratégias de exploração dos seus recursos ambientais como meio de captar receitas complementares, sem pôr em risco a sua missão institucional. O IFMT é uma instituição pública com personalidade jurídica de autarquia federal que oferece educação técnica e tecnológica a nível de ensino médio e ensino superior no estado de Mato Grosso no Brasil. A pesquisa foi realizada mediante revisão bibliográfica via produções científicas relativas ao tema e a legislação pertinente, visando contextualizar a contabilidade pública, a sustentabilidade, a política pública ambiental existente no Brasil e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, por meio de um estudo de caso. Para a coleta de dados, além da pesquisa documental, utilizamos o questionário com perguntas fechadas. Os documentos analisados foram os Relatórios Anuais de Gestão - RAG e as Demonstrações Contábeis – DICON, a saber: os balanços orçamentários e financeiros do IFMT relativos ao período de 2013 a 2017 e ainda documentos auxiliares sobre o consumo de energia elétrica. Foi elaborado questionário previamente testado e enviado aos gestores com o propósito de analisar a consonância da proposta de sustentabilidade da instituição com as ações efetivas e resultados evidenciados nos documentos analisados. Os resultados evidenciam que na instituição de ensino pesquisada, é possível alcançar receita ambiental pela redução do consumo de: água, energia elétrica, materiais não biodegradáveis e papel. Também foi verificado o aumento no orçamento por transferências recebidas de outros órgãos da administração pública pela participação do IFMT em eventos e projetos de pesquisas ambientais.

Palavras-Chave: Sustentabilidade Ambiental; Administração Pública; Contabilidade Pública; Orçamento Público e Educação Pública.

Abstract

The financial current crisis in Brazil has been affected directly public Higher Education Institutions (IES), especially at the level of the budget pass-through. Starting from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso-IFMT. The aim of this dissertation is to analyze IES capability to develop strategies to exploit their environmental resources as, a means of capturing complementary revenues, without endangering their institutional mission. The IFMT is a public institution with legal personality of federal autarchy that offers technical and technological education at the High School level and College level in the state of Mato Grosso - Brazil. The research was carried out through bibliographic review via scientific productions related to the theme and the pertinent legislation, aiming to contextualize public accounting, sustainability and environmental public policy in Brazil and the Environmental Public Administration Agenda (A3P). It is a qualitative research, through a case study. For data collection, in addition to documentary research, we used a questionnaire with closed questions. The documents analyzed were the Annual Management Reports (RAG) and the Financial Statements (DICON), i.e, the budget and financial statements of the IFMT for the period from 2013 to 2017 and ancillary documents on the consumption of electricity. A questionnaire was previously tested and sent to the managers with the purpose of analyzing the consonance of the institution's sustainability proposal with the effective actions and results evidenced in the documents analyzed. The results show that in the institution of researched education it is possible to achieve environmental revenue by reducing consumption of water, electricity, non-biodegradable materials and paper. It was also verified the increase in the budget for transfers received from other public administration bodies by the participation of IFMT in events and environmental research projects.

Keywords: Environmental Sustainability; Public administration; Public Accounting; Public Budget and Public Education.

Dedicatória

À Deus, que me concedeu o querer e o realizar. (FILIPENSES 2,13)

Ao meu amado esposo David que sempre me incentivou a estudar.

Aos meus filhos Caio Tiago, Otávio Augusto e Ítalo David pelo incentivo e compreensão nas minhas ausências durante as viagens e durante a elaboração dos trabalhos.

À minha mãe, exemplo de mulher, mãe, esposa e serva do Deus vivo.

Agradecimentos

Ao IFMT pela colaboração financeira e por se revelar rico em informações para pesquisa.

Ao IFMT e ao ISCAP pela parceria que proporcionou a realização do Mestrado.

À Prof. Dra. Amélia Cristina Ferreira da Silva, por sua competente orientação.

Ao Prof. Dr. Silvano Carmo de Souza, pela coorientação e paciência.

À minha irmã Ana e esposo Miguel pela amizade profunda e incentivo.

À Prof. Dra. Silvia Maria dos Santos Stering, pela revisão.

À Juliana Mattiello pelo ombro amigo e incentivo.

Aos meus chefes e colegas de trabalho por entender a necessidade de dispor de tempo para os estudos.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Ascom	Assessoria de Comunicação
ALF	Campus Alta Floresta
BAG	Campus Barra do Garças
BLV	Campus Bela Vista
CAS	Campus Cáceres
CBA	Campus Cuiabá
CF	Constituição Federal
CFC	Campus Confresa
CGU	Controladoria Geral da União
CNP	Campus Campo Novo do Parecis
CONSUP	Conselho Superior
DFCs	Demonstrações Financeiras Contábil
DMT	Campus Avançado Diamantino
ECO 92-Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
ENREDD+	Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
JNA	Campus Juína
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRV	Campus Avançado Lucas do Rio Verde
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda – MF

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NUGC	Nações Unidas do Global <i>Compact</i>
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União
OHSAS 180001	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPA	Plano Plurianual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
RA	Receitas Ambientais
SNP	Campus Avançado Sinop
TGA	Campus Avançado Tangará da Serra
PDL	Campus Primavera do Leste
PLC	Campus Pontes e Lacerda
ROO	Campus Rondonópolis
SA 8000	<i>Social Accountability International</i>
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SRS	Campus Sorriso
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SVC	Campus São Vicente
VGD	Campus Várzea Grande
TCU	Tribunal de Contas da União
WCED	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente

Sumário

Resumo	ii
Abstract	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Lista de Siglas e Abreviaturas	vi
Sumário	viii
Índice de Tabelas	x
Índice de Quadros	xi
Índice de Figuras	xii
Índice dos Gráficos	xiii
Índice de Apêndices	xiv
CAPÍTULO I	1
CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	1
1 Questão de partida	1
1.2 Objetivos da pesquisa	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 Contributo do estudo	8
1.4 Estrutura da dissertação	9
CAPÍTULO II	10
REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Contextualização da sustentabilidade ambiental	10
2.2 O Protocolo de Quioto	13
2.2.2 O compromisso brasileiro com a sustentabilidade do meio ambiente	15
2.3 Administração pública no Brasil	19
2.3.1 Políticas públicas ambientais no Brasil	20
2.3.2 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	26
2.4. Contabilidade Pública	28
2.4.1 Orçamento público	33
2.4.2 Conceito de Despesa e Receita pública	36
2.4.3 Valoração e Receitas ambientais	42
CAPÍTULO III	46
METODOLOGIA	46

3.1 A escolha e justificativa do tema	46
3.2 Proposta metodológica	47
3.3. Protocolo de Pesquisa no Estudo de caso	51
3.4 Caracterização da unidade de análise: IFMT	53
3.4.1 Relatório de gestão anual do IFMT no período 2013 a 2017	58
3.4.2 Análise documental – Coleta de Dados	60
CAPÍTULO IV	79
DISCUSSÃO DOS DADOS	79
4.1 Discussão dos resultados	79
CAPÍTULO V	97
CONCLUSÕES	97
5.1 Considerações finais	97
5.2 Pesquisas Futuras:	101
Referências Bibliográficas	102
APÊNDICES	110

Índice de Tabelas

Tabela nº 1: Demonstrativo do orçamento não executado nas ações analisadas do IFMT - 2013 a 2017.....	63
Tabela nº 2: Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis no período de 2013 a 2017, por assunto.....	70
Tabela nº 3: Receitas próprias do IFMT no período de 2013 a 2017.....	72
Tabela nº 4: Total do consumo de energia elétrica do IFMT no período de 2015 a 2017.....	75
Tabela nº 5: Demonstrativo do consumo total de energia elétrica do IFMT no período de 2015, 2016 e 2017.....	77

Índice de Quadros

Quadro nº 1: Notícias relativas aos cortes no orçamento em todo o território brasileiro.....	01
Quadro nº 2: Setores e ações apresentadas na NDC Brasileira.....	18
Quadro nº 3: Entidades públicas da Administração Pública Indireta no Brasil.....	19
Quadro nº 4: Legislação relativa à sustentabilidade no Brasil.....	23
Quadro nº 5: Critérios para contingenciamento – LDO 2012-2015.....	36
Quadro nº 6: Conceitos das despesas públicas.....	37
Quadro nº 7: Classificação da receita pública no Brasil.....	39
Quadro nº 8: Receita identificada com a palavra ‘ambiental’ no ementário das naturezas de receita-2019 versão junho2018.....	40
Quadro nº 9: Metodologias de precificação dos bens ambientais.....	42
Quadro nº 10: Denominação das receitas ambientais.....	43
Quadro nº 11: Resumo do Protocolo da pesquisa.....	51
Quadro nº 12: Resumo das ações de sustentabilidade do IFMT de 2013 a 2017.....	66

Índice de Figuras

Figura nº 1: Tesourômetro instalado na Universidade Federal de Minas Gerais em julho/2017 (Foto: Divulgação).....	03
Figura nº 2: Mapa dos principais biomas da natureza brasileira:.....	15
Figura nº 3: Infográfico explicativo sobre os três estágios da receita pública. (Ascom/CGU).....	38
Figura nº 4: Localização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da expansão de 2008.....	48
Figura nº 5: Localização dos <i>campi</i> do IFMT.....	55
Figura nº 6: Foto de usina fotovoltaica implantada no IFMT.....	94

Índice dos Gráficos

Gráfico 1. Há um processo contínuo de educação ambiental com servidores e alunos visando a criação de uma consciência ambiental?	80
Gráfico 2: O IFMT desenvolve ações para minimizar os cortes e contingenciamentos?.....	81
Gráfico 3: O IFMT orienta a Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública A3P?.....	83
Gráfico 4. Total de Campus participante da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).....	84
Gráfico 5. Total de Campus que possui plano de gestão de logística sustentável (PLS)?.....	85
Gráfico 6. Total de Campus que realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?.....	85
Gráfico 7. Há um processo contínuo de educação ambiental com servidores e alunos visando a criação de uma consciência ambiental?	86
Gráfico 8. Mensuração da redução de consumo como receitas ambientais nos balanços orçamentários e financeiros do IFMT?	88
Gráfico 9. A legislação da Contabilidade Pública permite a evidenciação das receitas ambientais em contas contábeis específicas?	88
Gráfico 10. Há orientação por parte da alta gestão do IFMT para que, a execução de ações pelos <i>campi</i> , promovam a redução de gastos com energia elétrica, água e papel?.....	90
Gráfico 11: Ações que geraram receitas ambientais pela redução de consumo.....	92
Gráfico 12. Consumo total de energia elétrica do IFMT	93
Gráfico 13: ações ambientais que geraram aumento em valores no orçamento.....	95

Índice de Apêndices

Apêndice I – Gestão ambiental e licitações sustentáveis nos relatórios de gestão do IFMT.....	111
Apêndice II – Questionário.....	117
Apêndice III – Identificação das receitas geradas pelas ações ambientais.....	119

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

1 Questão de partida

A motivação para a realização da pesquisa originou-se da redução de repasse financeiro e orçamentário para o Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, instituto este, que consiste em uma autarquia pertencente a Rede Federal de Educação. A redução de repasse trouxe como consequência a dificuldade de o IFMT manter suas atividades. Os contingenciamentos e cortes no orçamento brasileiro têm retardado e limitado as tomadas de decisão quanto à aplicação dos recursos, pois a Administração Pública fica refém de realizar a “manutenção” das atividades com o mínimo de recurso, muitas vezes com prejuízos na qualidade e quantidade dos serviços ofertados. (Câmara notícias, 2018)

A mídia escrita e falada tem retratado a angústia dos gestores públicos, como evidenciado no Quadro 1, com as previsões de cortes e contingenciamento no orçamento. Em relação à educação, a Agência de Notícias da Câmara dos Deputados Federais, afirma que, segundo o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Francisco Brandão: “se não houver proposta de recomposição orçamentária, diversos programas e projetos de expansão da educação tecnológica do Brasil que estão dando certo serão encerrados”. (Câmara notícias, 2018)

Quadro nº 1: Notícias relativas aos cortes no orçamento em todo o território brasileiro

Notícia	Fonte	Data	Acessível em
Com cortes no orçamento, como fica a Pátria Educadora?	Diretoria Executiva da CNTE	23/07/2015	http://appsindicato.org.br/com-cortes-no-orcamento-como-fica-a-patria-educadora/
Corte no orçamento da educação em 2016 será superior ao deste ano	Por: Caio Zinet	05/09/2015	http://educacaointegral.org.br/reportagens/corte-orcamento-da-educacao-em-2016-sera-superior-ao-desse-ano/
ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil	Por Estadão Conteúdo - UOL Educação	21/10/2015	http://abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/6275-onu-condena-cortes-de-orcamento-da-educacao-no-brasil

Educação e PAC são áreas mais afetadas por novo corte no Orçamento	Por: Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil, Brasília	30/03/2016	http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/educacao-e-pac-sao-areas-mais-afetadas-por-novo-corte-no-orcamento
Temer tira R\$ 4,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação	Fonte: ANDES-SN	03/04/2017	http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8734
Cortes e contingenciamento no orçamento colocam Institutos Federais em estado de alerta	Por: Fernanda Canofre	01/07/2017	https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/07/cortes-e-contingenciamento-no-orcamento-colocam-institutos-federais-em-estado-de-alerta/
Cortes no orçamento de universidades paralisam obras, pesquisas e assistência a estudantes	Por Junia Oliveira	06/08/2017	https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2017/08/06/internas_educacao,889667/cortes-no-orcamento-de-universidades-paralisam-obras-pesquisas-e-assi.shtml
Universidades e escolas em risco: Qual impacto dos cortes de Temer na educação em Alagoas?	Por: Hammel Amorim, do coletivo Afronte, de Maceió, AL	08/08/2017	https://esquerdaonline.com.br/2017/08/08/universidades-e-escolas-em-risco-qual-impacto-dos-cortes-de-temer-na-educacao-em-alagoas/
Orçamento das universidades federais do País cai R\$ 3,4 bilhões em três anos	Por: Luiz Fernando Toledo, O Estado de S. Paulo	31/08/2017	https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,orcamento-das-universidades-federais-do-pais-cai-r-3-4-bilhoes-em-tres-anos,70001957732
Cortes orçamentários afastam país de educação pública de qualidade para todos	Por Cleo Manhas, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)	11/04/2018	http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2018/abril/cortes-orcamentarios-afastam-pais-de-alcancar-educacao-publica-de-qualidade-para-todos

Fonte: Elaboração própria a partir da consulta em diversos *websites* em 30/05/2018.

Em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei complementar nº 101/2000 que limita o gasto público, o governo brasileiro tem utilizado de vários instrumentos legais no sentido de conter os gastos públicos e equilibrar suas contas. Nesse sentido, foi publicado

nos últimos anos decretos, portarias e outras orientações que culminaram no contingenciamento e cortes orçamentários. Dentre tais ordenamentos jurídicos, destacam-se: Decreto Presidencial nº. 8.197/2014 e Portaria MPOG nº. 58/2014, Decretos Presidenciais nº. 8.389/2015 e nº 8.456/15, Decreto Presidencial nº. 9.018/2017, Portaria MPOG nº 28, de 16/02/2017, Portaria MPOG nº 234/2017, Ofício Circular nº 07/2017/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC, Ofício Circular nº 44/2017/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC.

Esses instrumentos criam insegurança na gestão da Administração Pública e retardam a oferta de serviços públicos obrigatórios, como saúde, segurança e educação. Como forma de demonstrar os cortes no orçamento vê-se a Figura nº 1, o montante de recursos não disponibilizados para a ‘Educação’ de 2015 até julho/2017.

Figura nº 1: Tesourômetro instalado na Universidade Federal de Minas Gerais em julho/2017 (Foto: Divulgação)



Fonte: Globo News em 29/08/2017 17h01min. Atualizado 29/08/2017 20h12min.

Em consequência da crise financeira que o Brasil atravessa e do consequente atraso e cortes no repasse orçamentário e financeiro, as organizações públicas são forçadas a procurarem fontes de receitas alternativas, como parcerias, convênios, acordos e o aumento da geração de receitas próprias, tais como as oriundas de projetos de sustentabilidade ambiental.

A sustentabilidade pode ser entendida como a gestão dos recursos naturais preocupada com o desenvolvimento sustentável e com a preservação dos mesmos para a geração futura, como nos apresenta o Instituto Ethos¹:

É a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade. (Instituto Ethos, 2017, p.10)

O desenvolvimento sustentável é conceituado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (WCED), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. “É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”. (WWF, 2017).

Uma empresa orientada para a sustentabilidade está plenamente consciente das suas responsabilidades em relação às diferentes partes interessadas e adota métodos e ferramentas que lhe permitem melhorar seu desempenho social e ecológico. (Perrini & Tencati, 2006, p. 298).

Diante do contexto que perpassa o cenário nacional e mundial o Brasil segue avançando e as preocupações com a sustentabilidade passam a permear as organizações públicas, particularmente as de educação, que passaram a desenvolver projetos sustentáveis de educação ambiental.

Nesse sentido, segue também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, autarquia resultante do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Técnica (nível médio e subsequente) e Tecnológica (nível superior) do País, elaborado pelo Governo Federal em 2007, expansão esta, que chegou a Mato Grosso para atender a demanda da região pela implantação de políticas públicas voltadas para a

¹O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma entidade sem fins lucrativos, cuja missão é conscientizar e auxiliar as empresas associadas a administrar seus negócios de modo a torná-los sustentáveis. Criado em 1998, com sede na Rua Bela Cintra, 952, 9º andar, Consolação, São Paulo (SP) – CEP 01415-904. Contato: (11) 3897-2400 ou escreva para atendimento@ethos.org.br

formação profissional e tecnológica, beneficiando diretamente os municípios vulneráveis do Estado de Mato Grosso.

O IFMT foi criado pela Lei nº 11.892, de 29/12/2009 – Lei de Criação dos Institutos Federais, regulamentada pela Portaria nº. 4, de 06/01/2009, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 07/01/2009. O IFMT originou-se da junção de três autarquias: Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e do Centro Federal de Educação Tecnológica–CEFET Cuiabá e do CEFET Mato Grosso. Após essa junção, houve o fortalecimento e expansão, possuindo atualmente 29 unidades: 1 Reitoria, 15 *campi* pertencentes ao IFMT, 05 *Campi* Avançados e 08 extensões vinculadas às Unidades Gestoras Executoras. (Relatório Gestão 2017).

Considerando a consolidação do IFMT no cenário político-econômico-educacional do Estado de Mato Grosso, buscou-se com esta pesquisa analisar por meio do estudo dos Relatórios de Gestão do IFMT do período de 2013 a 2017 como as ações de sustentabilidade podem contribuir na geração de receitas ambientais e conseqüentemente no aumento das receitas próprias, auxiliando assim no suprimento da redução dos repasses orçamentários.

O financiamento público no Brasil é viabilizado principalmente por meio dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União-OFSS. Sendo o orçamento o instrumento pelo qual se viabiliza a execução das políticas públicas, com a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas, de acordo com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual, leis de iniciativa do Poder Executivo (Art. 165, CF/88).

O repasse financeiro do orçamento governamental para as instituições públicas de ensino custearem as suas despesas, inclusive as relativas à sustentabilidade é realizado de acordo com o estabelecido no Plano Plurianual-PPA, que define de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes; e, para as relativas aos programas de duração continuada. O repasse também obedece ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Brasil, 2018)

Ademais do PPA e LDO, os repasses orçamentários seguem o que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo que a LOA compreende: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público conforme previsto no Art. 165 da Constituição Federal de 1988.

A alta gestão do IFMT presta contas de suas atividades por meio do Relatório de Gestão Anual-RAG do exercício que é apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, conforme está obrigado nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da Portaria TCU nº. 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno presentes na Portaria CGU nº. 500/2016. (Relatório Gestão, 2016)

As demonstrações contábeis do IFMT estão apresentadas conforme dispõe a Lei n.º 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-NBCASP, em especial a NBC T 16.6, editadas conforme a Portaria nº 184/08, do Ministério da Fazenda, que dispõe acerca das diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo que para efetiva contabilização das Receitas e Despesas e elaboração das Demonstrações Financeiras Contábil-DFCs utiliza-se o Sistema de Administração Financeira do Poder Executivo Federal – SIAFI².

Esta pesquisa analisou os RAG e os balanços orçamentários e financeiros do IFMT do período de 2013 a 2017, por tratarem da previsão e execução das receitas e despesas. (Art. 102 da Lei nº 4.320/64). O balanço orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução,

²É o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>

demonstrando o resultado orçamentário (NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis). O Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT recebe autorização orçamentária por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA.

O balanço financeiro, segundo a Lei nº. 4.320/1964, que estatui as normas gerais do Direito Financeiro Brasileiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte.

O IFMT tem como parte das políticas e metas de gestão institucional desenvolver programas e projetos que fomentem e fortaleçam a sustentabilidade nos diversos ambientes e setores, bem como na gestão das ações realizadas pelo IFMT.

Um dos resultados positivos destas ações foi a participação do Programa de Inovação do Ministério da Educação em prol da eficiência do gasto público, no qual conquistou o 2º lugar no ‘Desafio da Sustentabilidade’, na categoria dos Institutos Federais. Neste sentido obteve a descentralização de crédito orçamentário referente ao Prêmio de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O Desafio da Sustentabilidade foi estruturado em 4 fases, a saber: (1) identificação de soluções inovadoras por meio de consulta pública; (2) recomendação às IFEs para implementação dessas soluções; (3) avaliação periódica da obtenção de resultados; e (4) estímulo e acompanhamento da implementação projetos inovadores de alto impacto para a eficiência do gasto público. (Anuário da Eficiência do Gasto Público, 2015, p.18)

Após a realização de uma consulta pública o Projeto Desafio da Sustentabilidade, foi lançado por meio do Edital nº 01/2014, pelo MEC em parceria com a Universidade Federal de Lavras, e teve como objetivo:

[...] identificar, avaliar e selecionar propostas inovadoras para a redução de custos nas Instituições Federais de Ensino, tendo como bases a participação social, a sustentabilidade e a eficiência do gasto público. (Coletânea Desafio da Sustentabilidade, 2015, p. 3)

Com o prêmio recebido o IFMT iniciou o desenvolvimento de diversos projetos de ações de sustentabilidade que contribuíram para a redução de gastos com o consumo de energia elétrica e água, além de promover outros voltados à sustentabilidade da Instituição. (Relatório de Gestão, 2015, p. 70).

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar se as ações de sustentabilidade ambiental realizadas pelo IFMT podem contribuir para a geração de receitas ambientais de forma a aumentar o orçamento público do IFMT.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1 – Evidenciar os cortes e contingenciamentos do orçamento.
- 2 – Conhecer as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo IFMT
- 3– Identificar nas demonstrações contábeis o registro de receitas ambientais.
- 4 – Analisar o aumento da receita orçamentária por meio das ações de sustentabilidade ambientais.

1.3 Contributo do estudo

A relevância da pesquisa consiste em contribuir para que as organizações públicas tenham nas receitas ambientais oriundas de projetos de sustentabilidade, uma alternativa para suprir a redução do repasse orçamentário e financeiro por parte do governo, consequência da crise econômica mundial e nacional. Desta forma, além de conseguir manter com eficiência e qualidade suas atividades fins, também contribuirão para uma maior consciência da importância da preservação do meio ambiente via projetos de educação ambiental, de forma a conservar os recursos naturais para as gerações futuras.

Outra contribuição almejada se refere ao melhoramento da identificação contábil das receitas ambientais, pois apesar das mesmas constarem nos Relatórios Anuais de Gestão, não aparecem identificadas de forma específica em valores nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da União-DCON separadas das demais receitas de serviços. Assim será

analisada a possibilidade de manter e aumentar as Receitas Ambientais, a fim de que estas contribuam para o equilíbrio orçamental das instituições.

1.4 Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em cinco capítulos e também os elementos pré e pós-textuais pertinentes ao trabalho.

Os capítulos foram configurados na seguinte ordem:

I - No primeiro capítulo consta a contextualização do problema de investigação com a Questão de partida; Objetivos gerais e específicos da pesquisa; Contributo do estudo; e Estrutura da dissertação.

II - No segundo capítulo está o referencial teórico com a explicitação dos seguintes assuntos: Contextualização da sustentabilidade ambiental; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL; O compromisso brasileiro com a sustentabilidade do meio ambiente; Políticas ambientais na administração pública no Brasil; Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. Trabalhou-se ainda no referencial teórico os conceitos e a aplicação da administração pública; contabilidade pública; orçamento público; despesa pública; receita pública; e valoração e receitas ambientais.

III –No terceiro capítulo foi detalhada a metodologia utilizada na realização desta pesquisa, sendo estruturado na seguinte ordem: A escolha e justificativa do tema; Proposta metodológica; Protocolo de pesquisa do estudo de caso; Educação profissional e tecnológica em Mato Grosso e a caracterização da unidade de análise: o IFMT; Relatório de gestão anual do IFMT no período 2013 a 2017; Coleta de dados nos relatórios de gestão e balanços; e Metodologia de análise de dados.

IV - O quarto capítulo apresenta a discussão dos dados.

V – O quinto capítulo apresenta as considerações finais e as sugestões para pesquisas futuras.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem o propósito de apresentar o aporte teórico no qual está sustentada esta pesquisa. Assim, apresenta-se neste capítulo a revisão bibliográfica sobre os conceitos considerados centrais para tratar o tema em estudo, bem como o respectivo enquadramento político e legal nacional e internacional.

2.1 Contextualização da sustentabilidade ambiental

O debate acerca do desenvolvimento sustentável se fortalece por volta da década de 1950, período em que há uma pressão sobre as grandes organizações para que estas repensassem a forma de produzir, preocupando-se com a preservação dos recursos naturais e com as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável é conceituado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (WCED), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. “É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”. (WWF, 2017)

Na visão de Tinoco e Kraemer (2004), nesse período, as empresas teriam sido pressionadas sobre a exploração dos recursos ambientais e do trabalho, ocorrendo manifestações na Europa e nos Estados Unidos da América sobre os danos da produção empresarial; da obsessão pelo lucro; da produção de armas, destacando-se o contexto da guerra do Vietnã.

O repúdio à guerra do Vietnã (1964-1973) deu início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e das ações da bolsa de valores das empresas ligadas ao conflito bélico na Ásia. Diversas instituições passaram a exigir uma postura ética e um novo tipo de ação empresarial em relação às questões sociais e ambientais (Costa, 2008, p.89).

A pressão sobre as grandes organizações contou com o apoio de agentes externos, ou seja, os acionistas minoritários conseguiram apoio de diversas classes profissionais, tais como contadores, jornalistas, grandes pesquisadores, dentre outros, o que levou a questão da sustentabilidade para além dos muros empresariais, assim, o debate ganha espaço nas

organizações públicas estatais, nas não governamentais e passa a ser um assunto de relevância mundial.

Esta situação levou os países a se organizarem em fóruns e conferências com o objetivo de estabelecer as bases da sustentabilidade. Um dos grandes marcos da preocupação dos países com a sustentabilidade foi a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo em 1972, preocupada com a questão do esgotamento dos recursos naturais e tendo como resultado uma Declaração e a criação do Plano de Ação Mundial para o Meio Ambiente, por parte das Nações Unidas.

A partir do Relatório Brundtland, publicado em 1987 sob o título de “Nosso Futuro Comum” foi possível o despertar para uma gestão consciente, preocupada com o Desenvolvimento Sustentável, que de acordo com o Relatório consiste no modelo de desenvolvimento que se preocupa com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Este relatório pode ser considerado:

um marco no processo de debates sobre a interligação entre as questões ambientais e o desenvolvimento, pois faz um alerta para a necessidade das nações se unirem na busca de alternativas para os rumos vigentes do desenvolvimento. Afirma também, que o crescimento econômico que não melhora a qualidade de vida das pessoas e das sociedades não poderia ser considerado desenvolvimento. De forma paralela, o relatório também mostra que seria possível alcançar um maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais, conciliando crescimento econômico com conservação ambiental. (Nascimento, 2012, p. 20)

Em 1990 houve uma ampliação das temáticas de desenvolvimento sustentável em todas as partes do mundo. Destaca-se nesse período, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a ECO 92 (Rio 92) e a criação da Agenda 21, que consiste num programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos, com intuito de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, e contou com a contribuição de governos e sociedade civil de 179 (cento e setenta e nove) países. (Câmara, 2009)

Em 1994, no âmbito da *International Standard Organization* (ISO), foram criados grupos de trabalho para o desenvolvimento de normas, contendo diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões que possibilitem uma gestão e um produto com “qualidade ambiental”, tendo como resultado a aprovação e publicação em 1996 das normas ISO 14001 e ISO 14004. (Barata, Kligerman e Gomez, 2007)

A família de normas ISO 14000 é desenvolvida pelo Comitê Técnico ISO / TC 207 e seus vários subcomitês. A família de normas ISO 14000 fornece ferramentas práticas para empresas e organizações de todos os tipos que buscam gerenciar suas responsabilidades ambientais. A ISO 14001: 2015 e seus padrões de suporte, como a ISO 14006: 2011 enfocam os sistemas ambientais para alcançar esse objetivo. (ISO 14000 *family*, 2018). (tradução própria)

Nos dois últimos anos da década de 1990, a comunidade internacional se mobiliza para detalhar instrumentos de certificação que garantam por parte das organizações públicas e privadas o cumprimento dos padrões de sustentabilidade. Nesse instante surgem os selos de certificação, tais como: SA 8000 (*Social Accountability International*), incluindo direitos humanos e temas sociais à política empresarial; a *Occupational Health and Safety Assessment Series (OHSAS 180001)*, lidando com a saúde e segurança no trabalho e a AA 1000 que busca normatizar a qualidade da contabilidade, auditoria e relatórios ético-sociais.

Barata, Kligerman e Gomez (2007), em seu estudo sobre “a gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica”, falam da “implementação de diversos instrumentos de gestão ambiental nas empresas ao longo da década 90”. Na visão dos autores esses instrumentos foram desenvolvidos para melhorar o desempenho ambiental da empresa e promovem vantagens econômicas como a “redução de custos, aumento de competitividade, abertura de novos mercados e diminuição das chances de serem surpreendidas por algum tipo de ônus imprevisível e indesejável”. Os argumentos econômicos, para os autores, já justificariam a postura da administração pública em “velar pela conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente”

Em 2000, as Nações Unidas promovem a Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de líderes mundiais, na qual são lançadas as Metas do Milênio que mobilizam governos, empresas e sociedade civil.

Há o lançamento do *Global Reporting Initiative* – GRI, um modelo de Relatório de Sustentabilidade, já em sua terceira versão, como parte da iniciativa das Nações Unidas do *Global Compact*. É a legitimação da sustentabilidade pelas Nações Unidas Nações Unidas que através do GRI apresentaram o “*triple bottom*”, ou seja, a sustentabilidade deveria ocorrer considerando as dimensões econômica, social e ambiental.

Fechando a metade da década, em 2004 e 2005, realizaram-se a Conferência Internacional para criação da norma *International Organization for Standardization* – ISO

de Responsabilidade Social, que consiste numa série de normas desenvolvidas que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental nas organizações.

O gerenciamento da questão da sustentabilidade deve envolver pelo menos, três metas de desempenho: social, ecológica (ambiental) e econômica, identificando a possibilidade de realizar as oportunidades de melhorias nas três dimensões a fim de obter fortes contribuições para toda a organização e para a sustentabilidade em geral (Figge, Tobias, Schaltegger, & Wagner, 2002)

As ações das empresas que pensam para a sustentabilidade refletem suas responsabilidades em relação às diferentes partes interessadas e adotam métodos e ferramentas que lhe permitem melhorar seu desempenho social e ecológico. (Perrini & Tencati, 2006, p. 298)

O conceito de desenvolvimento sustentável perpassa por vertentes como a sustentabilidade social, a econômica, a ambiental, a espacial (no sentido local) e a cultural, (Y. Sachs, 2004).

Segundo Schenini e Nascimento (2002), o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1991), elaborado a partir da solicitação da Organização das Nações Unidas, tratou da “situação da qualidade ambiental mundial” e apresentou como ótica do desenvolvimento sustentável a responsabilidade dos “próprios indivíduos como responsáveis em manter a sustentabilidade do planeta em função de sua própria preservação”.

É neste cenário nacional e mundial que o Brasil segue avançando e as preocupações com a sustentabilidade passam a permear as organizações públicas, particularmente as de educação que se voltam a projetos sustentáveis e educação ambiental

2.2 O Protocolo de Quioto

O Protocolo de Quioto, tratado internacional que veio complementar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, criado em 1997, definiu as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) “para os países desenvolvidos e os países que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima”.

Segundo notícia publicada no sitio Atualidade Parlamento Europeu, de 07 de março de 2018, as emissões atmosféricas mundiais por poluente em 2015, foi de 81,2% de Dióxido

de carbono (CO₂), 10,6% de Metano (CH₄), 5,5% de Óxido nitroso (N₂O) e 2,5% de Hidrofluorcarbonetos (HFCs). (Atualidade Parlamento Europeu - Sociedade07-03-2018 - 16:38)

Para entrada em vigor em 16 de fevereiro de 2005, o Protocolo exigiu a “ratificação por, no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção e que fossem responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990”. (Brasil, 2018)

O Protocolo de Quioto estabeleceu períodos para o cumprimento do compromisso, sendo que cada país negociou a sua própria meta de redução.

- Entre 2008-2012, 37 países industrializados e a Comunidade Europeia comprometeram-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para uma média de 5% em relação aos níveis de 1990.

- No segundo período de compromisso, entre 2013-2020, as Partes se comprometeram a reduzir as emissões de GEE em pelo menos 18% abaixo dos níveis de 1990 no período de oito anos. (Ministério do Meio Ambiente, 2018)

O Protocolo resultou no compromisso assumido pelos países desenvolvidos de reduzirem suas emissões de GEEs, tendo suas metas de reduções especificadas no Anexo B do Protocolo (Moreira & Giometti, 2008)

O Protocolo de Quioto propõe por três mecanismos a forma de cumprir suas metas de redução ou limitação de emissões de gases de efeito estufa, o que se dá pelo Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, sendo este último, o único mecanismo que permite a participação dos países que não fazem parte do Anexo I do Protocolo.. (PNMCB)/2008)

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) favorece a compensação da emissão dos GEE pelos países desenvolvidos, por meio da implementação de atividades de projetos nos países em desenvolvimento que resultem na redução das emissões de GEEs ou no aumento da remoção de CO₂, mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outros. (Moreira & Giometti, 2008)

Por meio do MDL, uma parte do Anexo I do Protocolo de Quioto pode comprar Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que são commodities comercializáveis geradas por um projeto MDL.

O interesse na compra de Certificados de Redução de Emissões está no fato de que os custos de redução de emissões nos países desenvolvidos podem alcançar valores superiores a US\$ 500 por tonelada de CO₂, ao passo que os custos de redução de

emissões em países não relacionados no Anexo I do protocolo podem variar de US\$ 5 a US\$ 30 por tonelada do mesmo gás. (Felipetto, 2007, p. 14-15)

[...]desde que o governo do país anfitrião concorde que a atividade de projeto é voluntária e contribui para o desenvolvimento sustentável nacional, e que as reduções de emissão ou remoções de gases de efeito estufa sejam certificadas dentro dos procedimentos e regras estabelecidas no âmbito do Protocolo. (PNMCB/2008)

De forma a ampliar a capacidade de sobrevivência do Planeta Terra, os administradores devem considerar em suas decisões a adoção de concepções administrativas e tecnológicas que contemplem a solução dos problemas ambientais. (Barbieri, 1997)

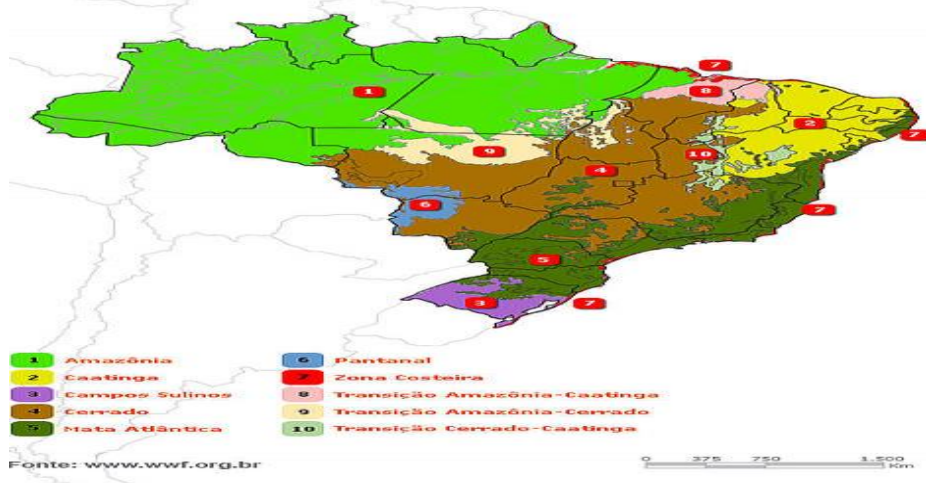
2.2.2 O compromisso brasileiro com a sustentabilidade do meio ambiente

O Brasil é uma república federativa, localizada na América do Sul, que possui uma extensão territorial de 8.514.876 km². Por sua grande extensão é o quinto maior país do mundo e faz fronteira com dez países sul-americanos. A ONG WWF-Brasil, destaca a importância da biodiversidade, das reservas de água e das florestas brasileiras:

O Brasil é dono de uma das biodiversidades mais ricas do mundo, possui as maiores reservas de água doce e um terço das florestas tropicais que ainda restam. Estima-se que aqui está uma em cada 10 espécies de plantas ou animais existentes.(WWF-Brasil, 2018)

Estão localizados no território brasileiro o total de dez biomas: 1-Amazônia, 2-Caatinga, 3-Campos Sulinos, 4-Cerrados, 5-Mata Atlântica, 6-Pantanal, 7- Zona Costeira, 8-Transição Amazônia-Caatinga, 9-Transição Amazônia-Cerrado, 10 Transição Cerrado-Caatinga, conforme demonstrado na Figura 2 que representa a Geografia dos biomas no Brasil. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE,

Figura nº 2: Mapa dos principais biomas da natureza brasileira:



Fonte: © WWF-Brasil

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas o ‘bioma’ é:

Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. (IBGE, 2004)

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima do Brasil - PNMCB traz que o art. Art. 6º da Lei 12.187/2009 relaciona o MDL como um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, sendo o mesmo um instrumento econômico e que no Brasil existe potencial para sua utilização.

[...] o principal instrumento econômico existente para a promoção de medidas voluntárias de mitigação de emissões de GEE. O sucesso deste instrumento no Brasil e o potencial ainda existente para a realização de novas atividades de projeto no âmbito do MDL merecem destaque. Nesse sentido, o Plano Nacional preservará a adicionalidade de atividades de projeto de MDL no Brasil, considerando que este é um efetivo instrumento econômico de promoção de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa no país. (PNMCB, 2008, p. 13-14).

Projetos de fontes renováveis de energia limpa “podem gerar créditos de carbono no âmbito do MDL”, pois produzem reduções de emissões de gases efeito estufa adicionais àquelas que ocorreriam caso o atendimento fosse feito pelos métodos tradicionais (geração com combustível fóssil). O Plano Nacional prevê que os benefícios financeiros provenientes da “comercialização dos créditos de carbono, além de tornarem viáveis os projetos de fontes alternativas renováveis na Região Amazônica, ainda podem impulsionar o desenvolvimento da região em bases sustentáveis”. (PNMCB/2008).

O governo federal brasileiro espera que o MDL auxilie o País no “estabelecimento de medidas adicionais de mitigação da mudança do clima”. A previsão é que isso aconteça “sem criar ônus substanciais aos desenvolvedores do projeto, na medida em que os créditos podem ser adquiridos por países desenvolvidos para fins de cumprimento de suas obrigações no âmbito do Protocolo de Quioto”. (PNMCB/2008)

A ideia do MDL consiste em que cada tonelada de CO₂ deixada de ser emitida, ou retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada no mercado mundial por meio de Certificados de Emissões Reduzidas. (Araújo, 2008, p. 26).

Para a quantificação das emissões de GEE, foi elaborado o *Greenhouse Gas Protocol (GHG)*, desenvolvido nos EUA, em 1998, pelo *World Resources Institute*. Para ajudar no delineamento dos projetos foram definidos três escopos:(FGV, 2009)

- Escopo 1: Emissões diretas de GEE – relativa às atividades provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa.

- Escopo 2: Emissões indiretas de GEE de eletricidade – contabiliza as emissões da geração de eletricidade adquirida ou consumida pela empresa.

- Escopo 3: Outras emissões indiretas de GEE – decorrentes das atividades da empresa que são produzidas em fontes que não pertencem ou não são controladas pela empresa, tais como a geração de resíduos.

No ano de 2008, o método foi adaptado para ser utilizado no Brasil pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e pelo *WRI* em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável(CEBDS), com o *World Business Council for Sustainable Development (WBSCD)* e com 27 Empresas Fundadoras.

Na elaboração do PNMCB em 2008, foi visualizado pela equipe que os projetos de MDL brasileiros são especificamente do tipo “redução de gás de efeito estufa, visando à redução de CO₂ e CH₄ (gás metano), e dos tipos projetos por escopo setorial liderado por projetos de energia renovável e de suinocultura”. (PNMCB, 2008)

Segundo Barcellos & Hacon, (2016), o Brasil se comprometeu a uma redução absoluta de emissões de gases de efeito estufa para conter o aquecimento global de 37% até 2025, e de 43% até 2030, quando assinou o acordo firmado na 21^a Conferência entre as Partes sobre o Clima (COP21) da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em dezembro de 2015 em Paris. O acordo firmado na COP 21 pode ser “um acordo considerado histórico pelos observadores” de extensão global, com quatro objetivos sintetizados em:

Manter o aumento da temperatura média global em "bem menos" 2°C com relação aos níveis pré-industriais e procurar limitar este aumento de temperatura a 1,5°C;

Alcançar o balanço entre fontes e sumidouros de Gases do Efeito Estufa (GEE) durante a segunda metade deste século;

Revisar os termos do acordo a cada 5 anos;

Prover anualmente 100 bilhões de dólares para medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento. (Barcellos & Hacon, 2016).

Segundo o Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2017), as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, sigla em inglês) apresentadas pelo Brasil ao Acordo de Paris abordam os setores florestal, energia, transporte, indústria e agricultura compreendidos no Quadro nº 2.

Quadro nº 2: Setores e ações apresentadas na NDC Brasileira

SETOR	NDC PROPOSTA PELO BRASIL – AÇÕES
Florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; • Fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; • Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de floresta até 2030, para múltiplos usos; • Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biodiesel na mistura do diesel; • Alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Expansão do uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030; • Expansão do uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação eólica, biomassa e solar; • Alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.
Transporte	Promover medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes e no transporte público em áreas urbanas.
Indústria	Promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono.

Agricultura	Fortalecer o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura, inclusive por meio da restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagem degradadas até 2030 e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (LPF) até 2030.
-------------	--

Fonte: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas COPPE | UFRJ + PBMC + ICS | 21

O Brasil assumiu voluntariamente o compromisso nacional de promover “ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020” com base no “segundo Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal³”. (Art. 12 da Lei 12.187/2009)

2.3 Administração pública no Brasil

Araújo & Arruda (2009, p. 8), mencionam que a Administração Pública no Brasil acontece em dois níveis, a administração direta e a indireta. O primeiro nível compreende a estrutura administrativa em todas as esferas de governo (União, Unidades da Federação- Estados e Municípios) e do três Poderes (Legislativo: Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas; Executivo: Presidência da República, Ministérios, Secretarias de Governo e Agências Públicas; e Judiciário: Tribunais de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública e suas subdivisões com seus respectivos departamentos e seções).

Ainda segundo os autores, o segundo nível é a administração indireta, e constitui-se de entidades públicas dotadas de personalidade jurídica própria, que se encontram vinculadas aos poderes por meio de determinação legal, e são as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, incluindo as Estatais dependentes, como definidas na Quadro n. 3.

Quadro nº 3: Entidades públicas da administração pública indireta no Brasil

FORMA JURÍDICA	FUNÇÃO OU ATIVIDADE
----------------	---------------------

³ Tratado internacional em que os países signatários comprometem-se a substituir as substâncias que demonstrarem ser responsáveis pela destruição do ozônio, a partir de 16 de setembro de 1987, entrando em vigor em 1 de janeiro de 1989.

Sociedade de economia mista	personalidade jurídica de direito privado, criado por lei para exercício de atividade econômica sob a forma de sociedade anônima, cujas ações, que permitem direito a voto, pertencem na maioria ao Estado e não possuem privilégios fiscais
Fundações	objetivam a realização de atividades não lucrativas e que podem ser realizadas tanto pelo setor público ou privado, mas que são de interesse coletivo, como educação, cultura, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, entre outros.
Fundos especiais	representam a concentração de recursos de várias origens visando, por meio de financiamento ou negociação, desenvolver ou consolidar uma atividade estatal específica, seja da administração direta ou indireta. A criação destes fundos está prevista nos artigos 165, §9º, II e 167, IX da Constituição Federal.
Empresa pública	personalidade jurídica de direito privado e participação exclusiva do Estado no seu capital e direção, portanto é de propriedade única do Estado. Mas não possui privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, conforme art.173, § 2º da CF
Autarquias	criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, sujeitas à fiscalização do Estado. Possuem patrimônio próprio e atribuições estatais específicas

Fonte: Adaptado de Araújo & Arruda, (2009).

2.3.1 Políticas públicas ambientais no Brasil

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009, define mudança climática como [...] direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Brasil. Lei 12.187, 2009)

O Art. 5º da Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009, estabelece entre as diretrizes da PNMC o estímulo e apoio dos governos federal, estadual, municipal e distrital no desenvolvimento de programas e ações relacionadas à mudança do clima, e ainda a promoção e desenvolvimento de pesquisas tecnológicas:

V - o estímulo e o apoio à participação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, assim como do setor produtivo, do meio acadêmico e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e na execução de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima;

VI - a promoção e o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados...

Como instrumentos da PNMC o Art. 6º da Lei 12.187 prevê a execução de medidas e relatórios, entre tais as previstas nos incisos XII, XIII, XIV, que estimulam “o desenvolvimento de processos e tecnologias que contribuem com a redução e remoção de GEE”, a serem empreendidas pela administração pública:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;

XIII - os registros, inventários, estimativas, avaliações e quaisquer outros estudos de emissões de gases de efeito estufa e de suas fontes, elaborados com base em informações e dados fornecidos por entidades públicas e privadas;

XIV - as medidas de divulgação, educação e conscientização;

A lei da PNMC traz em seu Art. 8º-a previsão de disponibilização de recursos financeiros pelas “instituições financeiras oficiais” como “linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que visem atender aos objetivos da lei”.

Quando da emissão de decretos que regulamentem “princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais” estes deverão ser compatíveis com o que estabelece a PNMC, conforme previsto em seu Art. 11º, parágrafo único:

Parágrafo único: Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em

atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs. (Brasil. Lei 12.187, 2009)

O monitoramento ambiental no Brasil toma impulso em 2015, com a criação do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros que visa “articular e dar maior coerência aos esforços de monitoramento em curso no País, além de expandir o monitoramento da cobertura vegetal para os biomas brasileiros até 2018”. (MMA, 2016)

Possuir um sistema nacional de monitoramento florestal robusto que permita monitorar e elaborar relatos sobre as atividades de REDD+ é um dos requisitos que os países devem cumprir para a implementação de REDD+. É válido destacar que os países podem adotar sistemas subnacionais como medida interina, a exemplo do que o Brasil vem fazendo com sua abordagem por biomas. (MMA, 2016)

Em 2015, através da Portaria nº 370, de 2 de dezembro, foi publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, a ENREDD+ Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal, tendo como Marco de Políticas Públicas Nacionais, com o objetivo de

[...] contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais. (MMA, 2016, p. 21)

A ENREDD+ deve esforçar-se por “integrar as estruturas de gestão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas”. Tratando de forma harmônica as “políticas voltadas para a mudança do clima, a biodiversidade e as florestas nos níveis federal, estadual e municipal”, contribuindo com a “mobilização de recursos internacionais em escala compatível com a meta nacional voluntária de corte de emissões até 2020”. (MMA, 2016)

Conforme informado na ENREDD+, a legislação brasileira sobre políticas ambientais avançou nos últimos 20 anos, por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)²⁵, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.985/2000)²⁶, a Lei sobre Dados e Informações do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 10.650/2003), as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição

dos Benefícios da Biodiversidade (Decreto nº 5.902/2004, Portaria MMA nº 09/2007), a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto nº 7.747/2012), o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA (Decreto nº 8.505/2015), conforme relacionado no Quadro nº 4, entre outras. (MMA, 2016, p. 15)

Quadro nº 4: Legislação relativa à sustentabilidade no Brasil.

ANO	NOME DA LEI	MATÉRIA
1934	Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro	Aprova o Código de Caça e Pesca
1934	Decreto nº 24.643, de 10 de julho	Decreta o Código de Águas.
1938	Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro	Aprova e baixa o código de pesca. Revoga o Dec. 23672, 02/01/1934, na parte referente a pesca
1965	Lei nº 4.771, de 15 de setembro	Institui o novo Código Florestal.
1967	Lei nº 5.197, de 3 de janeiro	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
1967	Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
1968	Decreto nº 62.934, de 2 de julho	Aprova o Regulamento do Código de Mineração
1981	Lei nº 6.938, de 31 de agosto	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
1988	Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro	Altera a redação dos Arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.
1988.	CF de 05 de outubro	Art. 5º ... LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; Art. 23. ... VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; Art. 24 ... VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Art. 170... VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o

		<p>impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.</p> <p>Art. 186</p> <p>... II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;</p> <p>Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.</p>
1997	Lei nº 9.433, de 8 de janeiro.	<p>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</p>
1998	Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro	<p>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</p>
2002	Portaria nº 510/2002	<p>Oficializa a criação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P</p>
2006	Decreto nº 5.940, de 25 de outubro	<p>Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.</p>
2007	Decreto nº 6.263, de 21 de novembro	<p>Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima-CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.</p>
2008	Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro	<p>Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências</p>
2009	Lei nº 11.959, de 29 de junho	<p>Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.</p>
2009	Lei nº 12.187, de 29 de dezembro	<p>Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.</p>

2010	Instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro	dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências
2010	Lei nº 12.305, de 2 de agosto	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
2010	Decreto nº 7.302, de 15 de setembro	Dá nova redação ao Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005, que instituiu, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.
2010	Decreto 12867 de 15 de setembro	Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado -PPCerrado, altera o Decreto de 3 de julho de 2003, que institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica.
2012	Lei nº 12.651, de 25 de maio	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
2012	Decreto nº 7.746, de 5 de junho	“regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
2012	Instrução normativa nº 10, de 12 de novembro	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
2015	Decreto nº 8.576, de 26 de novembro	Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.
2015	Portaria MMA nº 370, de dezembro	Estabelecer a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação

		Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-ENREDD+
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consultas no sítio <http://www.planalto.gov.br>

A relação do Quadro 4 informa a existência de leis, decretos, instruções normativas, portarias, resoluções e a própria Constituição Federal que demonstram o quanto o Brasil está preocupado em estabelecer as condições e normas de forma a que as ações do homem não prejudiquem a natureza.

2.3.2 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é um programa cuja ação coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades administrativas rotineiras. A A3P foi oficializada pela Portaria nº 510/2002. (MMA, A3P, 2018)

Em 1999 a Administração Pública Federal iniciou a conscientização da sustentabilidade em suas atividades administrativas por meio da Agenda Ambiental na Administração Pública, identificada como A3P, cujos princípios são a inserção dos critérios ambientais que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo; até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais.

Este programa incentiva um novo modelo de gestão pública em que recursos materiais, naturais, financeiros e humanos sejam utilizados de forma mais eficiente e responsável. Coordenada pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, via solicitação dos interessados, a A3P leva a sua experiência aos órgãos governamentais.

A proposta da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, estrutura-se em seis Eixos Temáticos prioritários fundamentados pela política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos. (MMA, 2018)

Os seis eixos temáticos da A3P são: Uso dos recursos naturais; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; compras

sustentáveis; construções sustentáveis e gestão de resíduos sólidos. E os principais aspectos ambientais a serem observados são: consumo de energia elétrica, consumo de água, consumo de material de escritório, consumo de copos descartáveis, geração de ruídos, geração de lixo, geração de emissões veiculares. (MMA, 2018)

Para colocar em prática a A3P o órgão público deve seguir alguns passos:

✓ 1º PASSO: Criar a comissão gestora da A3P: que ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implementação do programa e deverá planejar, executar e monitorar as ações da agenda.

✓ 2º PASSO: Elaborar diagnóstico que deverá mapear os gastos da instituição com energia, água, materiais de escritório, dentre outros; revisar os programas já existentes de licitação, descarte de resíduos, capacitação, saúde e segurança do servidor, qualidade de vida no ambiente de trabalho; avaliar os recursos físicos e financeiros disponíveis para a efetivação do programa; promover a conscientização de todos os setores envolvidos acerca da importância da agenda para a instituição.

✓ 3º PASSO: Elaborar o plano de gestão socioambiental (PGS) que deve conter as ações, os objetivos e as metas, bem como os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis. O PGS também deve organizar um cronograma de execução coerente, adequando as ações às metas pré-estabelecidas, além de definir os indicadores para acompanhamento e aprimoramento das atividades, sempre de acordo com a realidade institucional previamente diagnosticada. Durante o desenvolvimento do Plano de Gestão, é importante envolver o maior número de colaboradores e setores possível. No caso de entes federais, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS) deve coincidir com o Plano de Logística Sustentável (PLS), que pode ser usado alternativamente ao PGS da A3P.

✓ 4º PASSO: Mobilizar e sensibilizar: processos contínuos que envolvem o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, que deverão ser amparadas e encorajadas pela Comissão Gestora. Para execução esta etapa, a Comissão Gestora deve desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações a serem implementadas, tais como campanhas, cursos, treinamentos, publicações de material educativo, entre outros; e as estratégias de comunicação entre os diferentes setores (cartazes, adesivos, etc.). A Comissão

Gestora deve direcionar as ações de sensibilização e capacitação de modo a satisfazer as necessidades da instituição e incentivar a adoção de uma postura socioambiental adequada por parte de todos os servidores e funcionários. A mobilização deve ser permanente, uma vez que a mudança de hábitos demanda adaptação e envolvimento coletivo.

✓ 5º PASSO: avaliação e monitoramento: deve construir um sistema de avaliação pensado para verificar o desempenho das ações, identificar falhas e desenvolver novas abordagens para as atividades que não atingirem os resultados esperados, por isso, é importante definir indicadores que mensurem os avanços alcançados. Os indicadores são ferramentas essenciais no processo de planejamento e monitoramento. Eles são fundamentais no fornecimento de informações em alto nível de especificidade, que aprimoram o conhecimento acerca da realidade da instituição e possibilitam a construção de subsídios que permitem a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão ambiental.

A implantação da Agenda Ambiental na Administração pública é realizada por meio da assinatura formal do Termo de Adesão entre o MMA e o órgão interessado. E demanda comprometimento institucional, coletivo e individual. (MMA, A3P, 2018)

2.4. Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que, aplicada ao setor público, ocupa-se das técnicas e registros que evidenciem os aspectos qualitativos e quantitativos dos atos e fatos que alteram o orçamento, as finanças e o patrimônio.

Conforme apreendido das afirmações realizadas por Araújo & Arruda, (2009), a contabilidade aplicada ao setor público está voltada para o estudo, o registro, o controle, a orientação e a demonstração da organização e execução dos orçamentos, atos e fatos administrativos da fazenda pública, do patrimônio público e suas variações, nas três esferas de governo Federal, Estadual e Municipal.

O resgate da contabilidade patrimonial no setor público tem como objetivo evidenciar que o objeto da contabilidade é o patrimônio e não somente o controle do orçamento, fazendo uma separação dos mesmos, para que seja registrado e controlado o patrimônio público (Machado, Freytag & Maliski, 2012, p. 100)

Segundo Silva (2014), os resultados da contabilidade pública fornecem aos gestores públicos “apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas”. Para este autor, o objeto da contabilidade se expande na área pública para além do conceito tradicional de “estudo do patrimônio” e passa a ser

O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o Patrimônio Público, sendo esse patrimônio o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. (Silva, 2014, p. 70)

A percepção de Araújo & Arruda (2009), é a de que a contabilidade pública deve obedecer aos princípios contábeis geralmente aceitos na Contabilidade Geral e em todos os ramos da contabilidade, a saber:

- ✓ Princípio da entidade: o patrimônio de uma entidade não se confunde com o da outra;
- ✓ princípio da continuidade: a entidade terá vida contínua, exercício após exercício, na contabilidade pública, esse princípio poderia até ser conceituado como princípio da gestão continuada;
- ✓ princípio da oportunidade: os registros contábeis devem ser feitos oportunamente, ou seja, no tempo certo, assim como na extensão correta. A escrituração deve ser tempestiva e íntegra;
- ✓ princípio do registro pelo valor original: os ativos devem ser registrados pelo seu valor real de aquisição ou produção e ou de contratação, com as devidas atualizações; os passivos pelos valores dos compromissos constantes dos documentos comprobatórios da dívida. O Art. 106 da Lei 4.320 de 1964 admite a atualização dos valores tendo como base o registro pelo valor de entrada;
- ✓ princípio da atualização monetária: significa reconhecer os efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda nacional (inflação) nos registros contábeis; princípio da prudência significa estimar os valores que afetam o patrimônio devem preferir menor valor para o ativo e maior valor para o passivo;
- ✓ princípio da competência significa confrontar a receita com a despesa simultaneamente quando estas ocorrem.

Na contabilidade aplicada ao setor público - CASP o princípio da competência é parcialmente aceito, já que as despesas podem ser empenhadas em um exercício e permanecer em restos a pagar os quais poderão ser cancelados no exercício seguinte, ou seja, não se realizar, como estabelece a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que rege os procedimentos da contabilidade pública no Brasil: Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nêle arrecadadas; II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Para colaborar na convergência das normas brasileiras de contabilidade pública com as regras internacionais, o Ministério da Fazenda, publicou a Portaria MF nº 184, de 25/08/08. A qual dispõe sobre diretrizes que os entes públicos devem observar relativas “aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes” com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, publicadas pelo *International Federation of Accountants – IFAC* e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, aprovadas pelas Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137, de 21 de novembro de 2008, e ainda a Resolução CFC nº 1.268/09 em vigor conforme a NBC T 16 – tratam de “Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental”. A Resolução CFC Nº. 1.136/08 foi a que aprovou especificamente a NBC T 16.9 que trata da depreciação, amortização e exaustão. (Vicente, Morais & Platt Neto, 2012)

A Resolução CFC Nº. 1.136 de 21 de novembro de 2008, que aprovou a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão entrou em vigor na data da sua publicação, com adoção de forma facultativa, e de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, publicou os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (MCASP), por meio de Portarias (467/09, 749/09 e 751/09), atualizado pelas Portarias 4/10, 664/10, 1/11, 406/11, 2/12 e 437/12. A obrigatoriedade de adoção dos padrões estabelecidos foi determinada pela STN, para o exercício de 2013, para todos os entes da Federação.

Para a denominada “Contabilidade Pública”, o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16 - (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) teve como previsão inicial o exercício de 2012.

O regime financeiro da contabilidade pública é um pouco mais amplo do que o regime de caixa, pois pode reconhecer no seu alcance as variações de itens a pagar e receber, segundo Pigatto, Holanda, Moreira & Carvalho (2010), em contrapartida com o alcance da Lei nº 4.320, no entanto, que é mais restritivo, visto que para o art. 35 da Lei nº 4.320/64 receita é o recurso arrecadado.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 estabelece as normas gerais do Direito Financeiro Brasileiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; trata sobre a receita e despesa pública; sobre a proposta orçamentária, exercício financeiro, execução orçamentária, controles interno e externo, contabilidade orçamentária, financeira, industrial e patrimonial dos balanços públicos. Em seu Art. 35, possibilitou a administração pública no Brasil adotar o

[...] regime de caixa para as receitas efetivamente ingressadas no exercício financeiro e regime de exercício e/ou de competência para as despesas empenhadas pagas e não pagas, constituindo-se no total das despesas executadas no exercício financeiro. (Silva, 2006, p. 37)

Segundo Darós & Pereira (2009) as diretrizes de harmonização abrangeriam a contabilidade pública, sendo que a expectativa para a área pública era de que até o ano de 2012 houvesse a convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*). Os autores retratam também as dificuldades que enfrentaria pois:

[...] um dos pontos principais da transição na contabilidade pública é a mudança do enfoque contábil, eminentemente centrado no controle orçamentário, para uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas. (Darós & Pereira, 2009, p.1)

Existem divergências na legislação contábil aplicável ao ‘setor público’ quanto ao reconhecimento referente ao regime contábil a ser adotado, pois

[...] as NBC T 16 estabelecem que as receitas e despesas devem ser reconhecidas pelos respectivos fatos geradores (competência integral), independentemente do momento da execução orçamentária. (Lima, Guedes, & Santana, 2009)

Convém lembrar que Jann & Reichard (2002) em seu estudo sobre “Melhores práticas na modernização do Estado”, mencionam sobre o conceito de “contabilidade em tempo real”, onde o gestor poderia ter acesso às informações de forma ágil para a tomada de decisões, ou seja, as transações financeiras seriam registradas conforme a execução, no momento exato em que ocorressem.

Esse tipo de sistema contábil, afirma-se, é muito mais informativo, no que concerne a todos os tipos de transações e ativos relevantes, do que o tradicional sistema contábil público, com base no fluxo de caixa. Ele é capaz de informar aos chefes de divisão ou seção o custo total de suas unidades e dos serviços produzidos, fornecendo assim dados relevantes para decisões voltadas para mais eficiência. Além do mais, ele promove a justiça intergeracional, visto que registra o consumo de recursos no período em que ele ocorreu. Isso parece ser especialmente relevante para dívidas de longo prazo ou pensões de servidores a serem pagas no futuro. De fato, tal sistema contábil fornece um quadro mais realista da situação econômica e financeira do governo como um todo, ou de uma determinada organização do setor público. (Jann & Reichard, 2002, p.44).

Dentre as várias normas existentes citamos a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08, que trata da obrigatoriedade da depreciação, amortização e exaustão para os bens do patrimônio público.

As demonstrações contábeis do IFMT estão apresentadas conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial a NBC T 16.6, editadas conforme a Portaria nº 184/2008 e suas alterações, do Ministério da Fazenda, que dispõe acerca das diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sendo que para efetiva contabilização das Receitas e Despesas e elaboração das Demonstrações Financeiras Contábeis - DFCs utiliza-se o Sistema de Administração Financeira do Poder Executivo Federal – SIAFI.

A certificação dos registros nos sistemas da Administração Pública Federal é realizada diariamente no SIAFI via Conformidade de Registro de Gestão, nos termos do Manual SIAFI/Tesouro Nacional “Macro função 020314 – conformidade de registro de gestão” da Instrução Normativa STN nº. 06/2007 e do artigo 8º do Decreto nº. 976/09.⁴

Já a certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI é realizada mensalmente por meio da Conformidade Contábil. A conformidade contábil tem como base

⁴Disponível no site <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>

os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo seu registro (Manual SIAFI/STN – Macro função 020315 - conformidade contábil).

Para a Conformidade Contábil há um servidor responsável em cada Unidade Gestora Executora, sendo designado profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

2.4.1 Orçamento público

Azevedo, Lima & Lima (2004), afirmam que o Estado Moderno e particularmente o modelo de Estado Democrático de Direito do qual o Brasil faz parte utiliza-se da Administração Pública para conduzir as relações internas e externas que visam garantir a soberania, a ordem e a oferta de serviços aos cidadãos.

A Administração Pública que é o instrumento utilizado pelo Estado para tributar, legislar, regular e exercer o poder de polícia por meio dos órgãos e instituições, têm sofrido grandes mudanças nos processos de execução dos serviços públicos garantidos pelo Estado. Para executar, por meio da Administração Pública as funções pertencentes ao Estado, este conta com o financiamento público, entendido aqui, como a captação de recursos financeiros para a gestão das atividades do Estado.

Historicamente, a luta pelo direito de autorizar as receitas veio logo seguida do controle das despesas, exigindo a demonstração completa e minuciosa de cada tributo e de cada gasto programado, com especificações dos fins e limites, para que os Parlamentos (que representavam o povo) não fossem ludibriados pelos monarcas e ministros.

Quanto mais um regime se afasta do ideal do Estado de Direito, tanto menos o Parlamento decide o conteúdo do orçamento público, da tributação e das despesas.

Seria esta a concepção do orçamento moderno, graças ao qual os representantes dos contribuintes condicionam sua aprovação ao emprego dos recursos públicos aos fins que mais interessam ao povo representado. (Azevedo, Lima & Lima, 2004, p. 19-20)

No Brasil, o financiamento das atividades e serviços oferecidos ao público é evidenciado por meio dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Sendo o orçamento o instrumento pelo qual se viabiliza a execução das políticas públicas, este faz a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas, de acordo com o Plano Plurianual, a

Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual, cujas leis são de iniciativa do Poder Executivo (Art. 165, CF/88). O repasse financeiro do orçamento governamental para as instituições públicas de ensino é realizado de acordo com o estabelecido nas leis supracitadas. No Brasil, a Constituição exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. (NBC TSP Estrutura Conceitual, 2016)

A Administração pública no Brasil, nos últimos anos vem enfrentando dificuldades para a realização de seus objetivos, devido aos contingenciamentos e cortes, e ainda os constantes atrasos nos repasses orçamentários e financeiros. Esta situação de dificuldade se deve a que a execução do orçamento propriamente dita fica condicionada à arrecadação financeira que sustenta o Estado, e que é influenciada pelas oscilações da economia.

O contingenciamento é um meio legítimo e tecnicamente necessário para tentar colocar em ordem a consecução da política fiscal do governo. É como uma “permissão legal e motivada para a postergação ou para a não execução do programa de trabalho aprovado na lei orçamentária.” (Gontijo, 2013, p. 6)

Como forma de gerir as atividades em meio ao descompasso causado pelas dificuldades orçamentárias, a Administração lança mão dos TEDs - Termo de Execução Descentralizada, definido pelo Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como sendo:

[...] instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática. (Decreto nº 8.180/2013)

Esse instrumento substituiu o Termo de Cooperação, definido na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, como [...] instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

Segundo o manual de elaboração do orçamento, a existência de Receitas de Operações Intraorçamentárias, ou seja, a transferência de orçamento de uma instituição pública para outra, não são consideradas novas receitas orçamentárias, e sim operações intraorçamentárias, pois:

[...] são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente federativo. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são contrapartida de despesas classificadas na modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, que, devidamente identificadas, evitam a dupla contagem na consolidação das contas governamentais. (MTO/2017, p. 19)

A contabilidade pública no Brasil passa por uma transição, pois além do controle orçamentário e financeiro, evidencia também aspectos de controle patrimonial conforme estabelece a NBC T 16.1, item 5, “o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público”. A contabilização desse patrimônio sofreu alterações com as NBCASP, pois atualmente é dada ênfase ao seu registro e controle. (NBC T 16.1)

As receitas e despesas públicas são evidenciadas no balanço financeiro e no balanço orçamentário, conforme estabelece a NBC T 16.6 itens 20 e 23:

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Redação dada pela Resolução CFC n.º 1.268/09)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Resolução CFC n.º 1.268/09)

No Brasil o orçamento público é elaborado segundo o Manual Técnico do Orçamento-MTO, que contém as instruções para elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual estabelece que as receitas públicas são:

[...] ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. (MTO/2017, p. 16).

O Art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, permite a chamada “Reserva de Contingência”, dotação global usada pela União como “fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação”.

Art. 91º sob a denominação de Reserva de Contingência, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais. (Decreto-Lei nº 200/1967)

Para o desenvolvimento das atividades deve-se pensar e elaborar o planejamento que é parte fundamental da administração pública, sendo este firme e flexível ao mesmo tempo, pois, as programações anuais elaboradas devem ser mantidas, aprimoradas e servir de lista de ações, direcionando as atividades a serem executadas. Elas servirão de base ao orçamento, elemento indispensável à administração de qualquer empreendimento. (Crepaldi 1993)

2.4.2 Conceito de Despesa e Receita pública

A despesa pública nas instituições federais no Brasil pressupõe uma ação planejada, a partir do estabelecimento das políticas no Plano Plurianual (PPA) e da indicação das premissas e metas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo complementado pela fixação das correspondentes despesas na Lei Orçamentária (LOA). A Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu limites para a execução das despesas em relação à arrecadação de receitas. A possibilidade de corrigir o que foi planejado e ajustar os limites é conhecido como os “contingenciamentos orçamentários”, objeto do estudo de Faria & Zuccolotto (2016).

Alguns critérios são estabelecidos para a efetivação dos contingenciamentos, como resume Faria & Zuccolotto (2016), no Quadro nº 5.

Quadro nº 5: Critérios para contingenciamento – LDO 2012-2015

Exercício	Critérios para Contingenciamentos
LDO 2012 (Lei nº 12.465/2011)	Contingenciamento proporcional à participação de órgão no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias fixadas na lei orçamentária de 2012.
LDO 2013 (Lei nº 12.708/2012)	Contingenciamento proporcional à participação de órgão no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias (discricionária e não abrangida pelo PAC – RP2 ediscricionária e abrangida pelo PAC – RP 3).

LDO 2014 (Lei nº 12.919/2013)	Contingenciamento proporcional à participação de órgão no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias (discricionária e não abrangida pelo PAC – RP2 ediscricionária e abrangida pelo PAC – RP 3).
LDO 2015 (Lei nº 13.080/2014)	Contingenciamento proporcional à participação de cada órgão no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias (discricionária não abrangida pelo PAC– RP 2; discricionária abrangida pelo PAC – RP 3 e; discricionária decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais – RP 6).

Fonte: Faria & Zuccolotto (2016).

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, que atualiza a discriminação da despesa por funções, conforme tratado no inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, da Lei no 4.320/64 estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, conforme demonstrado no Quadro nº 6.

Quadro nº 6: Conceitos das despesas públicas.

Função	é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público
Subfunção	representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público
Programa	o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
Projeto	um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo
Atividade	um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo

Operações Especiais	as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
---------------------	--

Fonte: adaptado da Port 14/1999 pela autora.

Para a realização dos gastos com a prestação dos serviços necessários à sociedade, como segurança, saúde, educação, “o governo precisa arrecadar dinheiro”. A disposição desse dinheiro é chamada de “receita pública”, a qual é arrecadada por meio de “impostos, de aluguéis e venda de bens, prestação de alguns serviços, venda de títulos do tesouro nacional, recebimento de indenizações”, entre outros. (Portal da Transparência, 2018)

O processo de escrituração contábil da receita pública se dá por meio da previsão, do lançamento e da arrecadação e recolhimento.

A receita pública é primeiramente estimada quando da elaboração do orçamento, o que vem a ser uma previsão do que o governo planeja receber. “Essa previsão é constantemente atualizada, para evitar que o governo gaste mais do que recebe”. Posteriormente é efetuado o lançamento. Esse lançamento acontece “cada vez que o governo identifica quem tem que pagar quanto e quando”, o que ainda é apenas uma ideia pois, “não significa que o dinheiro entrou nos cofres públicos”. Por último ocorre a arrecadação e o recolhimento, “que é quando os valores são realmente obtidos pelo governo e passam a ficar disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, podendo então ser aplicado nas políticas públicas”. Esses estágios da receita podem ser vistos na Figura 3. (Portal da Transparência, 2018)

Figura nº 3: Infográfico explicativo sobre os três estágios da receita pública



Fonte: Portal da Transparência, recuperado em 27/06/2018 de <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica>

As receitas públicas podem ser entendidas no orçamento como a previsão de valores a receber e as despesas como a fixação dos valores a pagar. (Mota, 2009, p. 17)

As receitas públicas podem ser das fontes próprias e da fonte tesouro. A receita própria exige o esforço do próprio órgão e é facultativa. A fonte de receita tesouro é compulsória e deriva do poder do Estado. Existe ainda a receita vinculada, “cujo produto da arrecadação destina-se ao atendimento de finalidades específicas na forma da legislação”. (Portal da Transparência, 2018)

No Brasil é disponibilizada à população a possibilidade de “acompanhar a execução da Receita Pública” no Portal da Transparência, por meio do acesso ao site <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica>.

O Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, que alterou o Art. 11 da Lei 4.320/64, classificou a receita pública no Brasil nas categorias econômicas de Receitas Correntes e Receitas de Capital. As receitas correntes são as tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. As receitas de capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente. (Decreto-Lei 1939/1982)

O Ementário da Receita publicado em 2010, estabelece conforme definido no Quadro nº 7, que

A classificação da receita por natureza visa a identificar a origem do recurso segundo o fato gerador. A fim de possibilitar identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos, esta classificação é formada por um código numérico de 8 dígitos que a subdivide em seis níveis – Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea. (Ementário da Receita, 2010, p. 44)

Quadro nº 7: Classificação da Receita pública no Brasil

Categoria Econômica	1 - Receitas Correntes: Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e
---------------------	--

	constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.
Origem da Receita	A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a natureza da procedência das receitas no momento em que ingressam no Orçamento Público.
Espécie da receita	Espécie é o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da Origem Receita Tributária, identifica-se as espécies “Impostos”, “Taxas” e “Contribuições de Melhoria”.
Rubrica	A Rubrica agrega determinadas espécies de receitas cujas características próprias sejam semelhantes entre si; dessa forma, detalha a espécie, por meio da especificação dos recursos financeiros que lhe são correlatos. Exemplo: A Rubrica “Impostos sobre o Patrimônio e a Renda” é detalhamento da Espécie “Impostos”.
Alínea	A alínea é o detalhamento da Rubrica e exterioriza o “nome” da receita que receberá o registro pela entrada de recursos financeiros. Exemplo: A Alínea “Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza” é o detalhamento da Rubrica “Impostos sobre o Patrimônio e a Renda”.
Subalínea	A subalínea constitui o nível mais analítico da receita, utilizado quando há necessidade de se detalhar a Alínea com maior especificidade. Exemplo: A subalínea “Pessoas Físicas” é detalhamento da Alínea “Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza”

Fonte: Ementário da Receita/ 2010. Adaptado pela autora.

A versão atualizada do Ementário, publicada sob o título “Ementário das Naturezas de Receitas-2019_Versão_Junho-2018.xlsb, que orienta a elaboração do orçamento público para 2019, quando estabelece a classificação da receita pública, não se refere a “receita ambiental” especificamente, pois após análise e consulta pela palavra ‘ambiental’ só foi possível verificar as existências das receitas demonstradas no Quadro nº 8:

Quadro nº 8: Receita identificada com a palavra ‘ambiental’ no ementário das naturezas de receita-2019 versão junho2018

Código da Receita	Especificação	Descrição
-------------------	---------------	-----------

1.1.2.1.04.0.0	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	Agrega as receitas relativas à taxa pelo poder de polícia para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
1.3.4.4.01.1.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral – Principal	23% são destinados aos Estados produtores de bens minerais; 65% aos Municípios produtores de bens minerais; 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; e 10% ao Departamento nacional de Produção Mineral - DNPM, que destinará 2% dessa cota-parte à proteção ambiental em regiões mineradas, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
1.3.4.6.02.1.1	Outras Concessões Florestais – Valor Mínimo – Principal	Destinação legal (inciso I do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2006): O valor mínimo a ser exigido anualmente do concessionário, independentemente da produção ou dos valores por ele auferidos com a exploração do objeto da concessão, será distribuído da seguinte forma: 70% ao órgão gestor para a execução de suas atividades; 30% ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;
1.3.4.6.99.3.1	Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais – Principal	Registra receitas decorrentes da indenização pela supressão de vegetação, no interior de florestas nacionais, para execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas em lei.
1.4.0.0.00.1.0	Receita Agropecuária	Agrega as receitas de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido. Compreende as atividades de cultivo agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental, de extração de madeira

	em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais, além do cultivo de produtos agrícolas.
--	--

Fonte: Ementário das Naturezas de Receitas-2019_Versão_Junho-2018.xlsb, aba NovoER-2019.
Adaptado pela autora.

2.4.3 Valoração e Receitas ambientais

O valor dos bens ambientais não é conhecido das pessoas, ou seja, “não se consegue dizer o preço de uma paisagem, do ar puro ou dos últimos exemplares de uma espécie”. Valorar a natureza pode ser útil para a tomada de decisão pela administração pública, no sentido de “fazerem leis mais eficientes para evitar a super exploração dos recursos naturais”, pois pela lei da demanda, se o preço da natureza aumentar vai reduzir o consumo de produtos como energia, água, minérios, solos, florestas. (Ribeboim, 2009)

Métodos e técnicas de valoração foram desenvolvidos ao longo dos anos, com o propósito de obter preços dos bens ambientais, conforme relação apresentada por Ribeboim, 2009 no Quadro nº 9:

Quadro nº 9: Metodologias de precificação dos bens ambientais

Métodos de valoração ambiental	Aplicações
Reparação do dano	Avaliação de danos já ocorridos
Avaliação contingente	Serve para qualquer tipo de avaliação
Custo de viagem	Avaliação de parques para uso recreativos e visitação
Preços hedônicos	Avaliação da qualidade ambiental nas cidades
Despesas defensivas	Avaliação dos custos de proteção contra má qualidade ambiental e contra insegurança pública

Fonte: Ribeboim, 2009, pg. 202.

A prática ambiental tem revelado a geração de receitas proveniente das ações de reciclagem de resíduos e rejeitos, cujos processos geram a preservação do meio ambiente e a geração de empregos para famílias de baixa renda. (Braz, Slomski, Valmor, & Megliorini 2009)

A deterioração da qualidade ambiental e a exaustão dos recursos naturais acarretadas pela atividade econômica precisam ser levadas em consideração quando do cômputo de perdas e ganhos para a sociedade, inclusive com a incorporação desses custos nas

contas nacionais. Para isso, pouco tem sido mais eficaz do que a valoração monetária do meio ambiente. (Ribeboim, 2009, p. 209)

A contabilidade deve registrar os atos e fatos ocorridos na empresa de forma que “as denominações contidas no plano de contas devem identificar facilmente os elementos patrimoniais” (Albuquerque, 2009, p. 121)

Nesse sentido as receitas ambientais são oriundas dos resultados de ações de sustentabilidade ambiental entendida como a gestão dos recursos naturais preocupada com o desenvolvimento sustentável e com a preservação dos mesmos para as gerações futuras. Diversas experiências, principalmente das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social (Jacobi, 2003, p. 203)

A prática das ações ambientais trazem benefícios para a organização, que segundo Dias, (2008) apud Callado & Callado (2009), podem ser menores gastos com matérias-primas, energia e disposição de resíduos; - redução (ou eliminação) de custos futuros decorrentes de processos de recuperação de áreas poluídas;- menores gastos com penalidades legais;- menores custos operacionais e de manutenção. Callado & Callado (2009),

A possibilidade de retorno econômico advindo dos investimentos ambientais, perpassam pela “inserção das questões ambientais na administração estratégica organizacional”. Essas mudanças podem proporcionar lucro ou redução de custos. (Machado & Oliveira, 2009)

Também para Tinoco e Kraemer (2004, p.187-188), “a receita ambiental decorre de prestação de serviço especializado em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água.”

Assim, as receitas ambientais podem ser resumidas em receitas com vendas de produtos e serviços, aproveitamento, redução de gastos e incremento na receita operacional pelo reconhecimento da sustentabilidade como visto no Quadro nº 10.

Quadro nº 10: Denominação das receitas ambientais

Vendas de Produtos	- produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo - produtos reciclados
--------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> - de tecnologia desenvolvida para atividades de despoluição - produtos elaborados a partir de resíduos da atividade principal e que não podem ser relacionadas a estas
Venda de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços especializados em gestão ambiental - serviços de gestão ambiental
Aproveitamento de	<ul style="list-style-type: none"> - aproveitamento de gases e calor
Redução de	<ul style="list-style-type: none"> - consumo de água - consumo de energia - consumo de papel - consumo de produtos cujos materiais não sejam biodegradáveis.
Incremento na receita	<ul style="list-style-type: none"> - originada de vendas a partir da atuação da empresa, socialmente reconhecida pelos consumidores, podendo ser medida pelos índices de satisfação do consumidor.

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004); Callado & Callado (2009), Machado & Oliveira, (2009).

A Norma Brasileira Contábil NBC T 15 trata da relevância das informações de caráter social e ambiental divulgadas pelas empresas (CFC, 2004). Essa divulgação é voluntária, pois ainda falta a lei que obrigue a divulgação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental prevista no item 15.1.3 da referida norma.

Em se tratando da geração e distribuição de riqueza, a NBC T 15 informa que as mesmas deverão ser apresentadas conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3 alterada pela NBC TG 09, a qual “representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”. (NBC T 15, 2004, NBC TG 09, 2008).

Entretanto a NBC TG 09, não faz diferenciação para as instituições públicas. Quando trata da elaboração do balanço social, pois estabelece no item 7, que:

As entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I, aplicável às empresas em geral, enquanto que para atividades específicas, tais como atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias) e de seguros, devem ser utilizados os modelos específicos (II e III) incluídos nesta Norma. (NBC TG 09, 2008)

Ao tratar do alcance e da apresentação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, a Resolução do CFC nº 1,162/09, acrescenta à NBC TG 09, a recomendação da divulgação das informações de caráter social e ambiental “por todas as entidades que divulgam demonstrações contábeis”.

Assim, as informações de caráter social e ambiental são de divulgação voluntária pelas empresas, inclusive pelas instituições públicas, isto é, não são obrigatórias por lei. Essas informações quando tornadas públicas “tem o objetivo de proporcionar maior transparência”. (Silva, Pereira, Silva & Valadares, 2017, 46-47)

Dessa forma, essa transparência se torna necessária por evidenciar quais são os recursos gerados internamente e a forma como estes estão sendo distribuídos na esfera social, bem como o reflexo da empresa no que tange à sustentabilidade, que pode ser entendido como uma preocupação com a manutenção de meios de subsistência para as gerações futuras. (Silva, Pereira, Silva & Valadares, 2017)

Entretanto o objetivo principal da implantação de uma gestão ambiental não é a geração de receitas, mas sim, mitigar os problemas ambientais em prol da sociedade, isso não impede que a organização tire algum proveito econômico durante o processo. (Santos, A. O., Silva, F.B., Souza, S. Sousa, M.F.R.; 2001)

O presente estudo vê a possibilidade das organizações públicas terem aumento no orçamento por meio da realização de ações de sustentabilidade ambiental. A entrada de recursos para aumentar o orçamento pode acontecer tanto por meio de receitas orçamentárias, como os Termos de Descentralização TEDs, como pela produção de receitas pela própria organização, chamadas de receitas próprias e ainda pela redução do consumo.

Esta revisão da literatura permitiu-nos estruturar o trabalho de campo de forma mais consistente. No capítulo III a seguir será descrita a metodologia e exposto o modelo de investigação em duas etapas: a análise documental e o questionário.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1 A escolha e justificativa do tema

A realização desta pesquisa originou-se do conhecimento das limitações enfrentadas pelas organizações públicas devido à redução do repasse financeiro e orçamentário, particularmente o Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, pertencente a Rede Federal de Ensino, que apresenta dificuldades para a manutenção do desenvolvimento de suas atividades. Os contingenciamentos e os cortes no orçamento brasileiro têm retardado e limitado as tomadas de decisão quanto à aplicação dos recursos. (Relatório de Gestão do IFMT, 2017, p. 72)

Diante da redução de repasse orçamentário e a consequente dificuldade na execução das atividades essenciais do IFMT, necessário se faz, buscar alternativas para suprir esta defasagem de recurso. Desta feita, a hipótese desta pesquisa consiste em considerar que as ações de sustentabilidade ambiental possam contribuir para o equilíbrio orçamental do IFMT.

O objetivo geral ou principal desta pesquisa é analisar se as ações de sustentabilidade ambiental realizadas pelo IFMT podem contribuir para a geração de receitas ambientais de forma a aumentar o orçamento público da instituição.

Ademais, temos como objetivos específicos:

- 1 – Evidenciar os cortes e contingenciamentos do orçamento do IFMT;
- 2 – Conhecer as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo IFMT;
- 3 – Identificar nas demonstrações contábeis o registro de receitas ambientais do IFMT;
- 4 – Analisar o aumento da receita orçamentária por meio das ações de sustentabilidade.

Com esta pesquisa espera-se contribuir na identificação contábil das receitas ambientais, pois apesar das mesmas constarem nos Relatórios de Gestão, não está refletido

nos Balanços orçamentários e financeiros, uma vez que fazem parte das demais receitas de serviços, sem terem um registro em conta própria.

A pesquisa busca evidenciar a possibilidade de manter e aumentar as Receitas Ambientais, a fim de que estas promovam a sustentabilidade econômica das instituições que dispõem de recursos naturais.

O IFMT para executar as atividades inerentes ao desenvolvimento da política de educação pública, pertencente ao Estado, depende do financiamento público da União, sendo este proveniente da captação de recursos financeiros oriundos dos tributos para a gestão das atividades do Estado.

O crescimento do IFMT, por meio da expansão de seus diversos *campi* no espaço territorial; na ampliação da oferta de cursos com a consolidação do ensino da pesquisa e da extensão, torna-o importante no cenário político-econômico-educacional do Estado de Mato Grosso.

Com esta pesquisa pretendeu-se por meio do estudo dos Relatórios de Gestão do IFMT no período de 2013 a 2017 e dos balanços orçamentários e financeiros, dos relatórios de consumo de energia elétrica, contextualizar como as ações de sustentabilidade podem contribuir para a geração de receitas ambientais e conseqüentemente ao aumento do orçamento.

Nesse sentido, Jacobi (2003), sinaliza que é possível a sustentabilidade produzir resultados “econômicos e sociais”:

Diversas experiências, principalmente das administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social (Jacobi, 2003, p. 203).

3.2 Proposta metodológica

A escolha pelo método do estudo de caso foi devido a necessidade de isolar uma instituição pública: o IFMT; uma entidade entre todas da Rede Federal, que atua na oferta de educação técnica e tecnológica, para assim evidenciar de modo preciso as conseqüências dos cortes e contingenciamentos no orçamento público por parte do governo, os quais trouxeram dificuldades para as instituições quanto à execução de suas atividades-fins.

De acordo com Yin (2015), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade e no qual são utilizadas várias fontes de

evidência, podendo também ser algum evento ou entidade, além de um único indivíduo. (Yin, 2015, p. 33)

O Instituto Federal do Estado de Mato Grosso – IFMT, é uma instituição pertencente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação no Brasil. Esta Rede é composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFET, Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFET, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está implantada e se consolidando em todos os Estados brasileiros, como visto na Figura nº 4.

Figura nº 4: Localização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da expansão de 2008



Fonte: MEC, 2018. Recuperada de <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>

A revisão bibliográfica da pesquisa incidu sobretudo sobre o corpo de conceitos que se cruzam no debate da questão em estudo, especificamente: Sustentabilidade ambiental; o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL; o compromisso brasileiro com a sustentabilidade do meio ambiente; a administração pública no Brasil, as políticas ambientais na administração pública no Brasil, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, a contabilidade pública, o orçamento público, a despesa pública, a receita pública; as receitas ambientais, a educação profissional e tecnológica, a educação profissional e tecnológica em Mato Grosso e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. (Gil, 2008)

A pesquisa foi exploratória e foi utilizado a metodologia qualiquantitativa por compreendermos a necessidade de realizar a articulação entre os dados obtidos no aspecto numérico com as reflexões necessárias no que tange a sustentabilidade ambiental por meio da análise documental dos relatórios de gestão do período de 2013 a 2015. Também foram utilizados relatórios auxiliares das despesas com energia elétrica no período de 2015 a 2017, e ainda a análise dos balanços orçamentários e financeiros de 2013 a 2017 e os dados referente a receita prevista e executadas disponíveis no Portal da Transparência.⁵

De posse do conhecimento do aporte teórico e da análise documental dos relatórios de gestão, dos balanços orçamentários e financeiros e ainda dos dados do Portal da Transparência, fizemos ainda a aplicação de questionário eletrônico *google form*, a fim de verificar se houve, por parte dos gestores do IFMT uma participação ativa no planejamento e execução das ações de sustentabilidade, com objetivo de auferir ganho econômico ou apenas o ganho ambiental, bem como, se há previsão de continuar com a política ambiental de forma a auferir e acrescentar valores ao orçamento.

Os questionários foram previamente testados com Gestores do Instituto Federal de Goiás, sendo que neste momento foi corrigido a repetição da questão nº 6.

A aplicação do questionário foi direcionada ao Gestores do IFMT, a saber: o Reitor, pró-reitores e diretores-gerais dos *campi*, por serem estes a ‘alta gestão’ do IFMT, tendo em vista que da Reitoria e Pró-Reitorias são os *campi* orientados a executar as atividades para atingir o tripé ensino-pesquisa-extensão, objetivo principal do IFMT.

A amostra para a aplicação do questionário da pesquisa foi de 25 pessoas, sendo selecionados para responder aos questionários o reitor, os pró-reitores e os diretores-gerais,

⁵<http://www.portaltransparencia.gov.br/receitas>

por serem estes os efetivos gestores do IFMT. Da amostra de 25, foi excluído o responsável pela Instituição por ter autorizado a pesquisa e ser considerado participante da mesma.

Assim, restarem efetivamente 24 pessoas a quem foram encaminhados e-mails solicitando que respondessem ao questionário. Dentre os 24, tivemos o retorno de 16 respostas. Portanto sendo validado o total de 16 pessoas respondentes do questionário. Os gestores do IFMT que responderam ao questionário oficial da pesquisa se identificaram como: 2 pró-reitores, 14 diretores-gerais.

A aplicação do questionário se deu por meio eletrônico *google form*, tendo em vista a praticidade econômica e contribuição com a sustentabilidade ambiental pelo não consumo de papel.

Utilizamos as aplicações por meio eletrônico, *google forms* e e-mail, por serem formas que ensejam uma oportunidade de “obter grande quantidade de dados com economia de tempo e reduzido custo” (Gil, 2008, p.56).

Também foi enviado por e-mail o questionário em formato editável para que o gestor fizesse a opção de responder na forma que lhe fosse favorável. Nesse sentido obtivemos 2 respostas em documento por e-mail e 14 resposta pelo *google form*.

As respostas ao questionário foram tabuladas em planilha eletrônica do *excell*, a partir das quais foram construídos os gráficos que auxiliaram na discussão e análise dos dados.

A pesquisa no IFMT foi autorizada pelo Reitor substituto da instituição, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo CEP/IFMT/CAAE: 92390218.0.0000.8055, Número do Parecer: 2.806.878.

O período de cinco anos foi escolhido para evidenciar se houve permanência das ações implementadas. E a escolha dos dezenove *campi*, mesmo havendo as diferenças geográficas ou de inclinação econômica dos cursos ofertados em cada um deles, se deu pelo fato de que os RAG apresentam a consolidação das ações da instituição como um todo e ainda é possível que as ações se repitam, devido à busca de atender a legislação nacional sobre a sustentabilidade a que estão sujeitas as instituições públicas.

Além da análise dos RAG e dos balanços orçamentários e financeiros, foram enviados por e-mail aos *Campi* e Reitoria uma solicitação de documentos auxiliares que informassem os gastos com energia elétrica, com o propósito de evidenciar se já houve

redução de consumo nos *campi*, após a implementação de ações sustentáveis, dentre elas, a criação de usinas fotovoltaicas.

Esta solicitação foi respondida por 16 unidades, das 19 que compõem o IFMT, e foram enviados relatórios que informaram os gastos com energia elétrica, retirados do Sistema Esplanada Sustentável-SISPES⁶ dos anos de 2015, 2016 e 2017. O levantamento desses dados considerando este período de três anos, foi devido a ser este, o período de instalação das usinas fotovoltaicas.

3.3. Protocolo de Pesquisa no Estudo de caso

Segundo Yin (2015, pg. 97), o protocolo de investigação do estudo de caso se faz necessário para melhor encaminhamento entre a “preparação” e o “compartilhamento” da pesquisa. Esta pesquisa é um estudo de caso único e foi escolhido por “estarem as fontes de dados disponíveis” e acessíveis, conforme demonstrado no Quadro nº 11 de forma detalhada.

O protocolo desta pesquisa constituiu-se em linhas amplas da elaboração da questão da pesquisa, escolha do tema, elaboração dos objetivos principal e específicos, escolha do estudo de caso como metodologia, revisão bibliográfica, pesquisa documental, análise dos dados dos documentos RAGs, DICONs, Documentos Auxiliares, Questionário aplicado e conclusão.

Quadro nº 11: Resumo do Protocolo da pesquisa

	Documento analisado	Informação coletada	Acessível em
Primeira etapa	Relatorios de Gestão Anual do IFMT, referente os anos de 2013 a 2017	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização da unidade de análise - Realização das Ações de sustentabilidade - Previsão e Execução das despesas orçamentárias - Previsão e Execução das receitas 	http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/
	Relatórios SISPES referente ao Consumo de Energia Elétrica	-Consumo em Kwp e valor gasto em R\$ de energia eletrica referente os anos de 2015 a 2017.	Solicitado por e-mail aos diversos Campi

⁶O SisPES é direcionado ao monitoramento do consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto na Portaria MP nº 23/fev/2015. <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sispes>

	Balanços Orçamentário e financeiro referente 2013 a 2017	- Previsão e Execução das receitas	Relatórios de Gestão
	Relatórios de Receitas do Governo Federal por Unidades Gestoras e Origens referente 2013 a 2017	Valores da previsão e execução das receitas do IFMT no ultimo nível de classificação: subalínea, referente 2013 a 2017.	Portal da Transparência - http://www.portalthransparencia.gov.br/receitas
	Revisão Bibliográfica	Referencial teórico sobre: - sustentabilidade ambiental, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, o compromisso brasileiro com a sustentabilidade do meio ambiente, políticas ambientais na administração pública no Brasil, Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, administração pública, contabilidade pública, orçamento público, despesa pública, receita pública, receitas ambientais, educação profissional e tecnologia, a educação profissional e tecnológica em Mato Grosso e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT.	Livros, Artigos, Sites oficiais, Teses, Dissertações, Legislação.
Segunda etapa	Aplicação de Questionario: aprovação CEP/IFMT, conforme CAAE n.º CEP/IFMT/CAAE: 92390218.0.0000.805 5, Parecer: 2.806.878.	Observar se o IFMT desenvolveu e orientou a implementação de ações com a finalidade de suprir a falta do orçamento, observar a legislação e promover a educação ambiental.	Realizado por e-mail e <i>google form</i>

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 Caracterização da unidade de análise: IFMT

Embora a história da educação profissional em Mato Grosso passe necessariamente pela fundação em 1909 da Escola de Aprendizes Artífices, atual Instituto Federal de Mato Grosso como principal ofertante da modalidade ao longo dos tempos, vale salientar a presença de outros atores que ofertaram ou ofertam educação profissional no Estado.

[...] a história do ensino profissional no Estado de Mato Grosso teve início no período imperial (final da primeira metade do século XIX), a partir do governo central, através da criação de um Arsenal de Guerra, contemplando em seu interior a Companhia de Aprendizes Artífices. Eram ofertadas aulas de primeiras letras e aprendizagem de ofício, como carpinteiro, ferreiro, seleiro, funileiro, sapateiro, alfaiate, latoeiro, torneiro, armeiro, espingardeiro, coronheiro e tanoeiro. O público alvo eram crianças e jovens entre 8 e 14 anos, filhos de pobres, órfãos e menores abandonados. Em janeiro de 1899, através do Decreto nº 3195, houve a extinção desta Companhia (CRUDO, 1999).

Uma importante instituição que ofertou cursos de profissionalização em Mato Grosso no século XIX foi a Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha. Os cursos eram ofertados na capital e tinham como público a população livre pobre. Também merece registro a presença da Congregação São Francisco de Sales, os salesianos que chegaram a Cuiabá em 1894 e fundaram o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios São Gonçalo que ofertou curso de Ciências e Letras às “elites dirigentes” e cursos de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição do couro para as “massas populares” (Francisco, 2000).

Muito tempo depois dos salesianos nos anos 1960 e 1970, a Escola Técnica de Comércio de Cuiabá ofertou cursos diversos, sobretudo os Técnicos em Contabilidade e em Comércio até sua desativação em 1975. Neste período também diversas escolas estaduais ofertavam cursos técnicos nas áreas de Administração, Contabilidade e Magistério por força da Lei Federal 5692/1971 que tornou o ensino técnico oferta compulsória.

A década de 1990 marcou a retomada da oferta de educação profissional pela rede estadual, sobretudo até 1997 e pouco tempo depois em 2002 foi criado o Centro Público de Formação Profissional – CENFOR que passaria mais adiante a denominar-se CEPROTEC e que atualmente são as Escolas Técnicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica mantidas pelo governo estadual e presentes nos municípios de Cuiabá, Chapada dos

Guimarães, Alta Floresta, Sinop, Lucas do Rio Verde, Barra do Garças, Rondonópolis, Poxoréu, Diamantino, Pontes e Lacerda e Tangará da Serra.

O chamado Sistema “S”, que compreende em Mato Grosso SENAI, SENAC, SENAR e SENAT, também é responsável por significativa oferta de ensino profissional tanto na capital quanto no interior. A FATEC SENAI já oferta Cursos Superiores de Tecnologia em Cuiabá e Rondonópolis.

Constitui o Estado de Mato Grosso no Brasil, uma região de grande importância nacional e com potenciais cada vez mais crescentes nos campos econômicos, culturais e sociais. Sua grande extensão territorial e a ocorrência de peculiaridades em cada meso e microrregiões, assim como entre municípios, têm feito com que ocorram ilhas de desenvolvimento, geralmente embasadas nas *commodities* do agronegócio, enquanto outras regiões encontram-se sem perspectivas de desenvolvimento. (Relatório Gestão 2014, p. 46)

A expansão da educação técnica e tecnológica do Instituto Federal de Ciência e Tecnológica de Mato Grosso-IFMT, caracteriza-se pelo comportamento do mercado de atuação, pois o Estado de Mato Grosso é localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, ocupando uma extensão territorial de 903.357,91 km², tendo como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O).

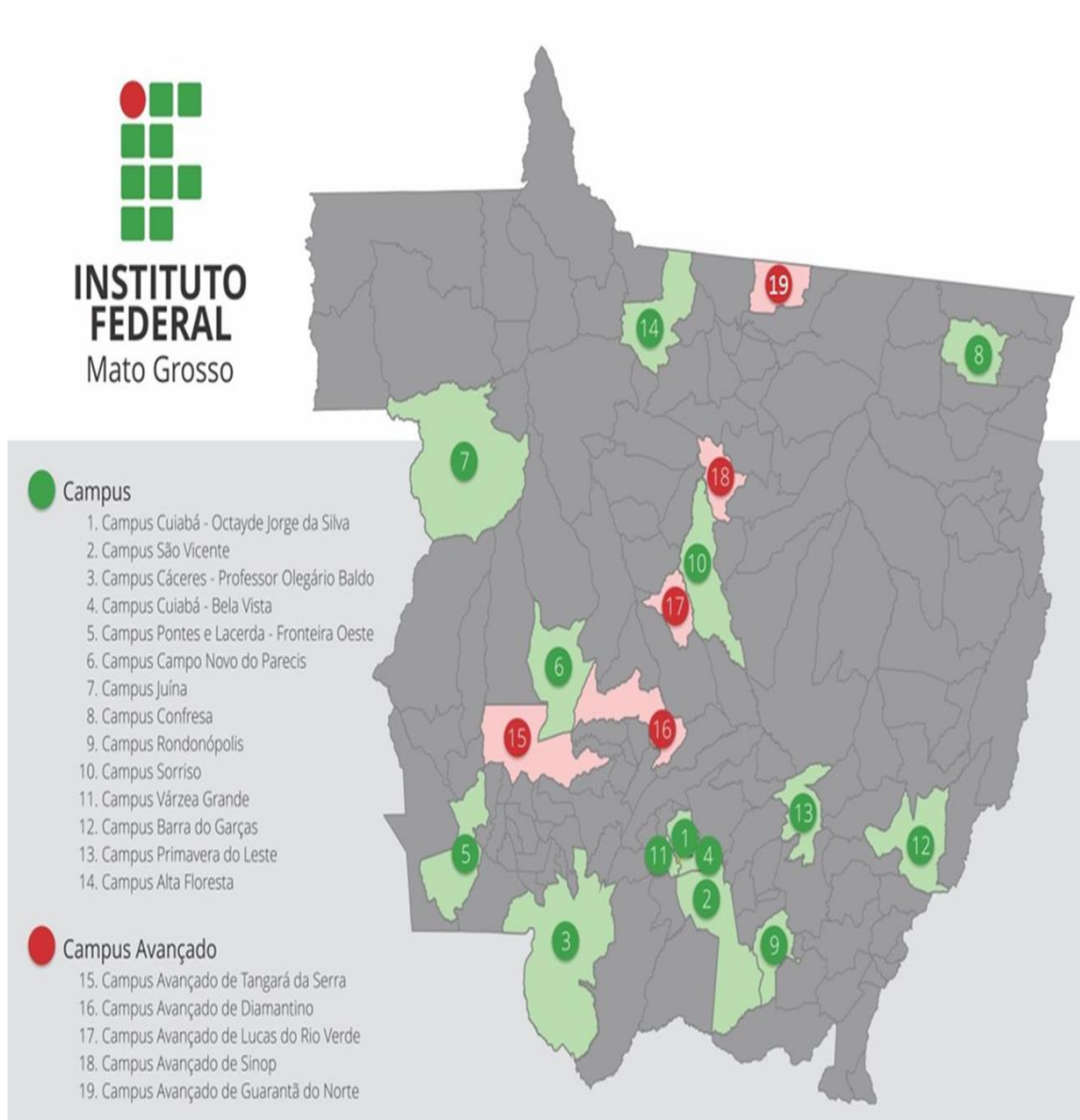
Assim, é grande a demanda educacional que apresenta o estado de Mato Grosso para um desenvolvimento constante e ordenado, especialmente em termos de educação tecnológica e profissional. O IFMT configura uma importante instituição de educação profissional e tecnológica na oferta de ensino, além de promover a pesquisa e a extensão, estimulando docentes e estudantes através de programas que ofertam bolsas para desenvolvimento e fortalecimentos de seus projetos.

A abrangência territorial da oferta do ensino tanto presencial quanto à distância do IFMT compreende o total de 25 (vinte e cinco) municípios atendendo uma população de 4.067.535 habitantes, conforme estimativas do IBGE em 01/07/2017. (Relatório de Gestão, 2017, p. 15-16)

Atualmente (2017), o IFMT é constituído pelas unidades: Reitoria, com sede em Cuiabá, *Campus Cuiabá*, *Campus São Vicente*, *Campus Cáceres*, *Campus Cuiabá-Bela*

Vista, *Campus* Fronteira Oeste, *Campus* Campo Novo do Parecis, *Campus* Juína, *Campus* Confresa, *Campus* Rondonópolis, *Campus* Sorriso, *Campus* Várzea Grande, *Campus* Barra do Garças, *Campus* Primavera do Leste, *Campus* Alta Floresta, *Campus* avançado Tangará da Serra, *Campus* avançado Diamantino, *Campus* avançado Lucas do Rio Verde, *Campus* avançado Sinop, *Campus* avançado Guarantã do Norte, além das extensões localizadas nos municípios de Araputanga, Campo Verde, Canarana, Jaciara, Jauru, Paranaíta, Poconé e Sapezal. Conforme mostrado na Figura nº 5.

Figura nº 5: Localização dos *campi* do IFMT



Fonte: Relatório Gestão IFMT\2017

O IFMT possui *campi* localizado em três principais biomas da natureza brasileira: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

No Bioma da Amazônia localiza-se, por exemplo: os *campi* da região norte de Mato Grosso: Campus Alta Floresta, Campus Juína e Campus Avançado de Guarantã do Norte e de Sinop.

No Bioma do Cerrado localiza-se, por exemplo: os *campi* Cuiabá, Bela Vista, Rondonópolis e São Vicente.

No Bioma do Pantanal localiza-se, por exemplo: os *campi* da região oeste de Mato Grosso: Campus Cáceres-Prof. Olegário Baldo e Campus Pontes e Lacerda.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, autarquia federal, é resultado do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do País, elaborado pelo Governo Federal em 2007. Foi criado pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – Lei de Criação dos Institutos Federais, regulamentada pela Portaria nº. 4, de 06/01/2009, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 07/01/2009. O IFMT foi criado a partir da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, do CEFET Cuiabá e do CEFET Mato Grosso.

A expansão e o crescimento do IFMT pode ser verificada comparando que em 2015 o atendimento era de 16.664 alunos e que o previsto para 2018 era chegar a 22 mil alunos, segundo o plano de oferta de cursos e vagas planejados no PDI 2014/2018, no entanto, em 2017 já havia ultrapassado a meta física prevista para 2018. (Relatório de gestão, 2017)

Como competência institucional, as atividades do IFMT devem promover a produção científica, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à conservação do meio ambiente. (Relatório de gestão, 2016, p.18)

A missão que o IFMT, vem cumprindo é de “Educar para vida e para o trabalho”, por este motivo tem trabalhado no ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, especialmente nos projetos de pesquisa e na interdisciplinaridade dos conteúdos ministrados. Assim, em se tratando das metas específicas, destaca-se o desenvolver programas e projetos que fomentem e fortaleçam a sustentabilidade nos diversos ambientes e setores, que objetiva ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações.

A estrutura orgânica de governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso de acordo com o Estatuto, aprovado pela Resolução CONSUP nº. 1, de 1º de setembro de 2009 e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP nº. 05, de 23 de abril de 2012, possui a seguinte configuração: Órgão Deliberativo e Consultivo máximo: Conselho Superior; Órgão Consultivo: Colégio de Dirigentes; Órgãos Consultivos Especializados: Conselho de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura; e Conselho de Planejamento e Administração; Órgão de Planejamento e Executivo: Reitoria; e Diretorias-Gerais dos *Campi*; Órgão de Controle: Auditoria Interna; Órgão de Assessoramento: Assessoria Jurídica; Procuradoria Federal; Ouvidoria; Comissão de Ética; CPPD e NPPD; e CIS.

Atendendo à legislação e a demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs:

[...]“ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.”

O IFMT tem encontrado dificuldades como a carência de pessoal para atender toda demanda de trabalho oriunda da expansão e do contingenciamento de cotas de limite de empenho realizado pela Presidência da República junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A própria gestão do IFMT, reconhece no Relatório Anual de Gestão do exercício financeiro de 2017, os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças na sua atuação como sendo:

- Pontos Fortes: Processos democráticos; alta qualificação dos servidores; possibilidade de formação plena do indivíduo com a verticalização do ensino; abrangência geográfica do IFMT; oferta de cursos gratuitos em diferentes modalidades; o trabalho pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; política de permanência de alunos por meio de auxílio estudantil; comprometimento do quadro de servidores para o atingimento dos objetivos institucionais; experiências exitosas dos *campi* em ações de ensino, pesquisa e extensão; autonomia pedagógica.

- Pontos Fracos: Necessidade de padronização dos processos; precisa ter um planejamento e execução mais efetivos; dar transparência nos atos administrativos;

fragilidade na comunicação interna e externa; falta de percepção da unicidade institucional; problemas na infraestrutura física dos *campi* e setores da reitoria; distribuição geográfica da instituição; inexperiência dos servidores em algumas atividades institucionais; rotatividade de servidores em setores da administração e também nos *campi*.

- Oportunidades: Parcerias com governo e prefeitura e instituições particulares; alta demanda por cursos nos diferentes *campi* da instituição; atuação em regiões distintas no Estado de Mato Grosso; interação com aos arranjos produtivos dos municípios que sediam os *campi* do IFMT; trabalhar com uma política nacional de formação da rede federal de educação profissional e tecnológica; reconhecimento institucional do ensino técnico profissionalizante no Estado de Mato Grosso; possibilidades de parcerias para desenvolvimento de pesquisa e tecnologias; qualificação dos servidores com vistas ao desenvolvimento institucional; estabelecimento de uma identidade visual forte e respeitada.

- Ameaças: Descontinuidade da política de valorização da educação profissional nos moldes dos IFS; falta de um planejamento de expansão e fortalecimento da rede EBTT; evasão de estudantes; dificuldade para firmar parcerias para obtenção de recursos não orçamentários; fragilidade na comunicação interna e externa e bem como a articulação com a rede EBTT; perda de servidores qualificados; limitação legal para publicidade institucional.

3.4.1 Relatório de gestão anual do IFMT no período 2013 a 2017

A alta gestão do IFMT presta contas de suas atividades através do Relatório de Gestão do exercício que anualmente é apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, conforme está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, da Portaria TCU nº. 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno presentes na Portaria CGU nº. 500/2016. (Relatório Gestão, 2016)

O Relatório de Gestão-RG é elaborado de acordo com normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas, em cumprimento às determinações contidas além de outras, a Decisão Normativa Nº 161/2017 e a Portaria Nº 65/2018, assim como nas orientações contidas no Sistema de Prestação de Contas – e-Contas.

Além de cumprir requisitos legais, o RG consolida as informações sobre a gestão da Reitoria e dos quatorze *Campi* pertencentes ao IFMT, além dos 05 *Campi* Avançados e 08 extensões vinculadas às Unidades Gestoras Executoras (RTR e *Campi*). Também apresenta à sociedade, como o IFMT aplica os recursos públicos para alcançar os resultados nas ações de ensino, pesquisa e extensão e mostra as dificuldades encontradas para atingir os objetivos propostos no exercício.

Os relatórios de gestão são tornados públicos após a aprovação pelo Conselho Superior do IFMT – CONSUP e estão disponibilizado normalmente até o mês de março de cada ano no sitio <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>.

Interessa neste trabalho analisar os Relatórios de Gestão dos anos de 2013 a 2017, especificamente no que tange à execução orçamentária e financeira, de forma a demonstrar a necessidade que a instituição pública federal tem de manter constância e firmeza nos recebimentos dos valores repassados pelo Orçamento Governamental e no tocante às ações de sustentabilidade analisar se essas ações contribuem para a entrada de receitas ambientais, o que conseqüentemente deve aumentar as receitas próprias, as quais reforçam o orçamento.

As principais dificuldades enfrentadas pelo IFMT no período analisado referente a execução orçamentária e financeira foram o contingenciamento de cotas de limite de empenho, os cortes no orçamento, e a inconstância nos repasses financeiros, realizados pela Presidência da República junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio de instrumentos legais como: Decreto Presidencial nº. 8.197/2014 e Portaria MPOG nº. 58/2014; Decretos Presidenciais nº. 8.389/2015 e nº 8.456/15; Ofício Circular nº 07/2017/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC, Ofício Circular nº 44/2017/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC; Portaria MPDG nº 28, de 16/02/2017; Portaria MPDG nº 234/2017; Decreto Presidencial nº. 9.018/2017.

Outro fator que também afeta a gestão orçamentária são as limitações de gastos em determinadas naturezas de despesas, como exemplo: diárias, passagens, limpeza, vigilância, locação de imóveis e serviços operacionais, entre outras, pois essas limitações provocam a necessidade de um ‘replanejamento’ imediato, prejudicando obrigações do IFMT junto a alguns fornecedores já contratados.

[...] a insuficiência de pessoal, desafios regionais (distâncias), limitações orçamentárias, atrasos nos repasses financeiros e outros. E diante de tal situação, os

gestores do IFMT, tiveram por muitas vezes limitar as opções de atuação e até mesmo suspender algumas ações, em razão das limitações internas e externas da Instituição. (Relatório gestão 2014, p.49-50)

O IFMT enfrentou nos períodos analisados, além de diversas greves de servidores, o fracionamento dos repasses financeiros a partir de 2015 os quais não eram possíveis estimar pois dependiam da arrecadação financeira do Governo Federal. Os repasses não contemplavam todos os compromissos do período, gerando acúmulos e atrasos nos pagamentos aos fornecedores.

No exercício de 2017, o IFMT ficou limitado nos primeiros três meses do ano a executar apenas 1/18 (um dezoito avos) mensalmente do valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 para a sua unidade. Essa imprevisibilidade, quanto ao limite orçamentário, comprometeu o planejamento de execução dos *Campi*, dificultou o atendimento de demandas urgentes, e adiou aquisições essenciais.

As dificuldades como a limitação no quadro de pessoal em alguns setores considerados estratégicos foram apresentadas especialmente pelos *campi* na execução do orçamento. Como no âmbito dos Institutos a execução é realizada de forma descentralizada, ou seja, cada campus é uma Unidade Gestora Executora, houve *campi* que não conseguiu, apesar do esforço, servidores suficientes para executar o orçamento de forma tempestiva.

Em relação à execução física e financeira da despesa do IFMT, propriamente dita, das ações da Lei Orçamentária Anual verificou-se que os relatórios de gestão apresentam análises das ações que são vinculadas aos programas do Plano Plurianual (PPA) executadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Entre todas as ações, observa-se que há 3 (três) tipos de classificação: relativas ao pagamento do quadro de pessoal; referentes a recursos descentralizados; e as executadas diretamente pelo IFMT.

Em vista da proposta desta pesquisa ser relativo à questão de vislumbrar o aumento do orçamento por meio de ações de sustentabilidade, daremos destaque àquelas ações que por algum motivo registraram a redução entre o valor previsto e executado.

3.4.2 Análise documental – Coleta de Dados

O percurso da análise documental iniciou-se buscando conhecer as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo IFMT. Foi efetuado utilizando como critério verificar

as ações de sustentabilidade realizadas pelos dezenove *campi* do IFMT evidenciadas nos Relatórios Anuais de Gestão. Após a identificação das ações de sustentabilidade foram construídas tabelas em *excell* nas quais foram alocadas as ações executadas por todos os *campi* e Reitoria, buscando agrupar por tipos de ações.

A coleta de dados nas demonstrações contábeis foi realizada a partir dos balanços orçamentários e financeiros, especificamente no que tange aos valores das receitas próprias. Paralelamente ao levantamento de dados nos balanços foi realizada a pesquisa no sítio do portal da transparência, detalhando as receitas por subalínea, que é o último nível de detalhamento. De posse dos dados foram construídas tabelas demonstrando os valores previstos e executados durante os cinco anos. Tanto a coleta de dados nos balanços quanto da coleta dos dados no portal da transparência não conseguimos identificar receita ambiental.

A coleta de dados nos documentos auxiliares foi realizada a partir da solicitação por e-mail aos diversos *campi* e reitoria de documentos que demonstrasse o consumo e os valores pagos em reais referentes a energia elétrica. Foi enviado o relatório do SISPEs referente os anos de 2015 a 2017, sendo que o Campus Alta Floresta inicia apresentação de fatura em abril/2017, Lucas do Rio Verde a partir de abril/2016, Barra do Garças a partir de jan/2016 e Diamantino a partir de junho/2016. Sinop informa que o consumo de energia é pago pela Prefeitura Municipal; e os *campi* de Confresa, Cuiabá-Bela Vista, Primavera do Leste, Campus Avançado Guarantã do Norte, não enviaram os documentos. A partir dos dados coletados foram construídos planilhas e gráficos de forma a demonstrar se houve variação no consumo.

Para demonstrar os cortes e contingenciamentos orçamentários acontecidos no IFMT, foram analisadas as ações vinculadas aos programas do Plano Plurianual (PPA) executadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conforme a Lei Orçamentária Anual, vinculadas ao OFSS – orçamento fiscal e da seguridade social, relatadas nos relatórios de gestão e apresentadas em 3 (três) tipos de classificação: relativas ao pagamento do quadro de pessoal; referentes a recursos descentralizados e as executadas diretamente pelo IFMT. (RGA, 2016)

Com vistas a este estudo de caso, a análise relativa aos cortes e aos contingenciamentos se deteve nas ações executadas diretamente pelo IFMT, e informadas nos relatórios de gestão, tendo em vista que as outras ações não recebem interferência da

alta gestão da instituição na execução, pois são geridas diretamente pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, ou são apenas descentralizadas de outras unidades da administração pública.

Dentre as ações previstas na Lei Orçamentária Anual foram detalhadas em tabelas do *excell* e analisadas as que são gerenciadas pelo IFMT, as quais são: 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Ação 2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica, 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação. Foram analisados por cada ano a dotação inicial, a dotação final e a diferença entre as dotações e entre esta e o valor total empenhado, pois isso refletiu os cortes e os contingenciamento do orçamento nas respectivas ações.

[...] desenvolver ações de sustentabilidade que contribuem para a redução de gastos com o consumo de energia elétrica e água, além de promover a ideia de sustentabilidade na Instituição, como: efetuar trocas de lâmpadas, equipamentos de refrigeração e torneiras, para redução do consumo de energia elétrica e água, resultando em economia e menor impacto ao meio ambiente. Tais medidas proporcionarão, também, maior conforto à comunidade do IFMT, promovendo, paralelamente, maior sensibilização da comunidade interna em relação à sustentabilidade. (Relatório de Gestão/2015, p. 69)

Para levantar os dados da execução orçamentária da despesa, nesta pesquisa, e demonstrar a redução dos repasses, seja por meio de cortes ou por meio de contingenciamentos, analisou-se especificamente as Ações 20RL, 20RL, 2994, 4572;

O orçamento total das ações analisadas no período de 2013 até 2017, teve um aumento de 9% em relação ao inicialmente planejado, ou seja de R\$ 478.808.969,00 acrescido de R\$ 39.942.033,18 chegando ao total disponibilizado de R\$ 519.751.002,18. Entretanto desse total disponibilizado foi empenhado somente o valor de R\$ 418.920.694,17, correspondendo a 81%. Já o valor não executado refletiu uma redução de R\$ 99.830.308,01 igual à 19% do valor colocado à disposição do IFMT, conforme demonstrado na Tabela nº 1. Além das dificuldades administrativas normais, a exemplo da falta de servidores, o que os Relatórios de Gestão deixam esclarecidos é que a redução se deve aos contingenciamentos que atrasam os procedimentos de planejamento e execução das despesas.

Observa-se que a instituição teve impacto positivo na dotação orçamentária final e impacto negativo na execução da dotação, demonstrada pelos valores da despesa empenhados correspondentes à não execução da despesa com as ações 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Ação 2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica, 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação num total superior a 15%, conforme a Tabela nº 1 demonstra.

Tabela nº 1: Demonstrativo do orçamento não executado nas Ações analisadas do IFMT de 2013 a 2017

Ações	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D-B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
20RG - Expansão	91.777.032,00	31.580.466,75	123.357.498,75	68.418.137,29	(54.939.361,46)
20RL - Funcionamento	315.141.246,00	7.871.956,43	323.013.202,43	292.941.162,06	30.072.040,37
Ação 2994 Assistência ao Educando	61.713.857,00	-	61.713.857,00	50.358.837,63	(11.355.019,37)
4572 - Capacitação de Servidores	10.176.834,00	489.610,00	10.666.444,00	7.202.557,19	(3.463.886,81)
Sub total	478.808.969,00	39.942.033,18	518.751.002,18	418.920.694,17	(99.830.308,01)
Totais em percentuais			Aumento de 9%	Execução de 81%	Contingenciamento de -19%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Relatórios de Gestão do IFMT de 2013 a 2017.

Em 2016, a Ação 20RG que é a ação de Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, teve a dotação inicial aumentada em R\$ 5.824.800,11 o que aconteceu devido aos recursos orçamentários que o IFMT recebeu por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e representou 61% do total da despesa empenhada nesta ação. Neste ano merece destaque o investimento por meio de TEDs do valor de R\$ 1.402.315,68 em Usinas Fotovoltaicas. (RGA, 2016, pg.52).

Na análise da ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, teve corte no orçamento e contingenciamento no ano de 2016, e apenas contingenciamento em 2017, o que gerou atrasos na execução do planejamento que pode ser vislumbrado pela diferença do total empenhado. Nesta ação as despesas de investimento foram com equipamentos permanentes e obras e instalações e em custeio com contratos de serviços terceirizados para atender os serviços de apoio às “atividades fim”.

Já a dotação inicial prevista para a Ação 20RL que é a ação que visa manter o funcionamento das unidades que compõem o IFMT, teve uma redução em relação ao previsto de R\$ 1.418.855,87, a qual é decorrente de bloqueio em obediência aos cortes orçamentários definidos pela Presidência da República, e representou 2% do total previsto. Ao valor do corte no orçamento desta ação foi acrescido o valor de R\$ 620.512,81, representado pelo resultado da dotação final e o valor empenhado, ocorrido pelo contingenciamento de cotas de limite de empenho. (RGA, 2016, p.52)

A Ação 2994 que trata da Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica refletiu que em 2016 e 2017 teve apenas contingenciamento. Esta Ação 2994 é de fundamental importância no contexto de uma instituição de ensino, visto que a sua finalidade precípua é garantir a permanência e bom desempenho do estudante na instituição por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, monitoria, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando.

A análise da Ação 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, refletiu que em 2017 teve contingenciamento. Esta ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos trabalhos, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. A realização desta ação é voltada ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários,

congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Também grande parte é utilizada para subsidiar auxílio financeiro em virtude de bolsas que foram concedidas aos servidores que são alunos de pós-graduação no Mestrado Interinstitucional (Minter) em Contabilidade e Finanças e em Assessoria e Administração realizado junto ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), Minter em Educação (UFG), Minter em Computação (UFF), Mestrado em Educação (UERJ), Doutorado em Educação em Ciências e Matemática, e Doutorado Interinstitucional em Sociologia (UFSCar).

As ações 20RG, 20RL, 2994 e 4572 foram analisadas de forma individualizada visto que são essenciais para o atendimento da finalidade institucional do IFMT. É importante que se apresente uma contextualização mais detalhada visto que essas ações são geridas diretamente pela Instituição, sendo esta responsável direta pelo atendimento dos objetivos a que elas se propõem.

A Ação 2000 não teve dotação inicial. Apenas o aumento relativo ao ganho com o prêmio, fechando a dotação final em R\$ 999.998,98. Apesar do esforço para alcançar a premiação, teve apenas o valor de R\$ 664.182,75 do recurso empenhado, ou seja 66%. Tendo o valor de -R\$ 335.816,23 não executado refletindo a redução de 34% entre a dotação final e o valor empenhado. A não execução desse recurso não aparece justificada nos relatórios de gestão, entretanto, após averiguação por telefone e e-mail, constata-se que a não execução foi devido a atrasos no processo de licitação para aquisição dos itens de custeio. O recurso gasto com investimento ocorreu por adesão a Ata de Registro de Preços. O benefício maior foi relatado como a aquisição de Kits de energia solar e ar condicionado tipo inverter. Vários campi foram beneficiados, como São Vicente, Juína, Pontes e Lacerda.

As ações de sustentabilidade foram analisadas e alocadas nos seguintes grupos: Ações que resultam em acréscimo orçamentário e financeiro; Ações de mobilização e sensibilização; Ações que resultam da redução dos gastos orçamentário e financeiros; Ações futuras de sustentabilidade; e Dificuldades para a realização das ações de sustentabilidade ambiental.

Em vista dos diversos cortes e contingenciamentos orçamentários sofridos pelas organizações públicas no Brasil nos últimos anos, foi proposto analisar as ações de sustentabilidade ambiental do IFMT como possibilidades da geração de receitas próprias, o que aconteceu em três etapas.

Partindo da ideia de que as ações de sustentabilidade podem aumentar o orçamento público, seja por meio de novas receitas seja por meio da redução dos custos, foi necessário verificar a existência de tais ações no IFMT; o que foi feito por meio da análise documental. Os documentos analisados para levantamento de dados foram os Relatórios Anuais de Gestão-RAG do IFMT, do período de 2013 a 2017 e os balanços orçamentários e financeiros do IFMT, de forma a verificar como as ações de sustentabilidade realizadas pelos dezenove *campi* do IFMT poderiam contribuir com o aumento do orçamento da instituição.

Para verificar as ações de sustentabilidade do IFMT, escolhemos analisar os Relatórios de Gestão (RG) do período de 2013 a 2017 publicados no sitio da instituição. E para verificar as receitas próprias foram analisados os dados das Demonstrações Contábeis disponibilizados no portal da transparência, pois estes são os principais documentos de prestação de contas da alta gestão do IFMT.

As ações de sustentabilidade ambiental são relatadas nos relatórios de gestão como executadas pelos diversos *campi*. A partir do levantamento individualizado por *campi* foi possível consolidar as informações das mesmas conforme demonstrado no Quadro nº 12, haja vista que são comuns ao IFMT como todo.

As ações de sustentabilidade ambiental informadas no RG do IFMT foram agrupadas em quatro categorias: 1 - ações que resultam em incremento orçamentário e financeiro imediato ou futuro; 2 - ações que resultam na redução dos gastos orçamentário e financeiros, imediato ou futuro; 3 - ações de mobilização e sensibilização, normalmente realizadas por meio de parcerias e em eventos; 4 - ações que resultam em planejamento e estudos de futuras ações.

Quadro nº 12. Resumo das ações de sustentabilidade do IFMT de 2013 a 2017

<p>1-AÇÕES QUE RESULTAM EM AUMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO</p>	<p>- Em 2014, seleção projetos de pesquisa aplicada na área de sustentabilidade, alunos com bolsas de Iniciação científica resultou em um aumento no orçamento R\$ 192.000,00 a título de ‘bolsas’ para os alunos.</p> <p>- Conquista do 2º lugar no Desafio da Sustentabilidade, promovido pelo MEC em 2015 obteve aumento por meio de TEDs no orçamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).</p>
<p>2-AÇÕES QUE RESULTAM NA REDUÇÃO DOS GASTOS</p>	<p>- Implantação de 2 etapas de Usina Fotovoltaica no <i>Campus Juína</i> com uma produção de 50 kilowats pico (kwp) e uma economia anual de R\$ 30 mil referente as 2 etapas.</p>

ORÇAMENTÁRIO
E FINANCEIROS

- No *Campus* Pontes e Lacerda, o sistema de geração fotovoltaica já foi instalado e aguarda liberação da concessória fornecedora de energia. A potência é de 25 kwp, gerando uma economia de implantação de R\$ 191 mil e economia de R\$ 15 mil.

- Em 2017 foram instaladas as usinas nos *Campi* Confresa, Diamantino, Guarantã do Norte e Tangará da Serra. As quatro unidades possuem uma produção de 70 kwp, geram 8.750 kwh, com um valor de investimento cada uma de em torno R\$ 467 mil

- Aquisição de equipamentos elétricos com a classificação de consumo de energia "A" conforme certificado do INMETRO;

- Impressão de documentos em frente e verso da folha de papel,

- Impressão de documentos na fonte Spranq Eco-Sans, conhecida como ecofonte, que economiza cerca de 40% do uso de tinta nas impressões;

- Confecção de blocos de anotações com as impressões destinadas para utilização como rascunho.

- Adoção pelos servidores do uso de xícaras e canecas de vidro reduzindo significativamente o uso de copos descartáveis de café e água;

- Construção do prédio definitivo do IFMT - *Campus* Alta Floresta, com: sistema de aproveitamento da água da chuva; sistema de reuso da água; favorecimento da penetração da luminosidade natural no interior do prédio; favorecimento da penetração da ventilação natural no interior; e, Telhas isotérmicas.

- Instalação de torneiras com acionamento por pressão e fecho automático,

- instalação de caixas de descargas em vez de válvulas hidras

- aquisição e utilização de veículos tipo Flex, óleo diesel S-10, utilização de ureia em micro-ônibus;

- utilização de meios eletrônicos (e-mails) para a transmissão de mensagens entre departamentos evitando, ao máximo, cópias de documentos em papéis e ligações telefônicas;

- uso de lanternas com bateria/pilha recarregáveis

- reutilização de óleos vegetais utilizados no preparo de refeições para fabricação de sabão.

- coleta seletiva de resíduos orgânicos para realização de compostagem, proporcionando adubo orgânico utilizado em aulas práticas.

- reaproveitamento da água resultante dos condicionadores de ar, para redução de consumo na lavagem predial.

	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de lâmpadas de Leds, compactas e fluorescentes, que tem nível de economia especialmente alto, reduzem as emissões de CO2 em comparação com as lâmpadas incandescentes similares. - Reaproveitamento de resíduos da construção civil (madeiras) para construção do aprisco para carneiros e viveiros de muda. - Aquisição de Squeezes (garrafas plásticas) para alunos, visando substituir o gasto com copos descartáveis. - Contratação de serviço de recarga de toner; - Reforma predial com utilização de tintas e solventes com componentes atóxicos; além de paredes pintadas com cores claras que exigem menor nível de iluminação artificial. - Na reforma de telhados da Biblioteca e Refeitório, foram utilizadas telhas termoacústicas visando uma resistência nas trocas constantes de calor externo e interno nas edificações, possibilitando uma redução na utilização de condicionadores de ar e melhoria no ambiente de trabalho. - pinturas com cores claras que exigem menor nível de iluminação artificial. - Implantação de lago lonado, onde em um lago cavado no chão, com capacidade para 200 mil litros foi forrado com plástico para acumular/armazenar água da chuva do período de chuvas para uso durante o período de escassez (seca).
<p style="text-align: center;">3-AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO COM PARCEIROS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria com o MPE–Ministério Público Estadual, com o qual foi possível realizar Campanhas de educação ambiental com a finalidade de sensibilizar a sociedade nas suas várias instâncias na busca da sustentabilidade - Ações educativas durante a Semana do Meio Ambiente, - Instalação do “ecoponto” para coletas seletivas de resíduos; - projetos de sustentabilidade com os alunos e servidores voltado para a educação nas questões de economia de água, luz, papel, etc; - Realização de Oficina de Compostagem Escolar Urbana; - doação de papelões, papel e resíduos plásticos para catadores da cidade. - parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o plantio de árvores nativas para implantação de um bosque nas dependências do <i>Campus</i> Confresa, além de auxiliar no plantio de árvores no município.
<p style="text-align: center;">4-AÇÕES FUTURAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo e trabalho no projeto da instalação de “Cata-vento”, como fonte de energia limpa.

	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de ensino e pesquisa pelo Campus Rondonópolis, com as seguintes propostas: Coleta Seletiva Solidária; Formação de cooperativa de catadores; Diagnóstico dos Aspectos com Impactos Ambientais feitos pelo projeto de pesquisa de Sistema de Gestão Ambiental para o <i>Campus</i> Rondonópolis; Aproveitamento do resíduo agroindustrial da soja para enriquecimento nutritivo de biscoito “tipo cookies” destinado ao público infantil; - Levantamento dos tipos de resíduos gerados no <i>Campus</i> Rondonópolis; Classificação e quantificação por análise pontual dos resíduos gerados;
<p>5– DIFICULDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como dificuldades na execução de ações sustentáveis, foi relatado a resistência quanto ao uso de lixeiras seletivas pela comunidade em geral do <i>Campus</i> SVC, o que traz grandes dificuldades na realização da coleta seletiva. - No <i>Campus</i> sorriso não existe coleta seletiva de todos os materiais selecionados tanto pelo poder público municipal quanto cooperativa, não recebem todos os materiais.

Fonte: Relatórios de Gestão do IFMT de 2013 a 2017. Adaptado pela autora.

O IFMT busca informar sobre os principais resultados da gestão ambiental e adoção de parâmetros para garantir a implantação da sustentabilidade ambiental. Isto fica evidenciado em várias das ações que refletem este trabalho rumo às práticas sustentáveis, dentre elas: o lançamento de editais de pesquisa e extensão na área da sustentabilidade, a implantação em alguns *Campi*/reitoria de residuários que maximizam a separação, reaproveitamento e reciclagem de materiais, a prática de processos licitatórios sustentáveis, a sensibilização da comunidade institucional para a sustentabilidade, a prática de políticas inclusivas, a prática de políticas de qualidade de vida, a educação ambiental, a participação em editais externos para implantação de usinas elétricas solares, a aquisição e instalação de usinas elétricas solares.

A partir de 2015 foi iniciado o trabalho para a construção do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (PLS-IFMT), que visa o direcionamento das ações e esforços, a serem empreendidos no funcionamento institucional. Construído de forma coletiva e representativa, este documento é o resultado do processo de sensibilização da comunidade institucional associado às ações de sustentabilidade que estão em curso e tem precípuo em seu corpo o fortalecimento das ações de sustentabilidade no âmbito e alcance da instituição de forma a alargar o objetivo de um caminhar que potencialize o seu funcionamento de forma

sustentável, buscando desde a concepção, estruturas funcionais que minimizem o uso de matéria, água e energia e amplie o ciclo de vida dos recursos naturais utilizados na instituição além de buscar a melhoria na qualidade de vida do servidor e da comunidade na qual o IFMT se insere e está inserido. (Relatório de Gestão, 2015)

No Relatório de Gestão do IFMT estão consolidadas as informações dos Campi, como Unidades Gestoras de orçamento, além das executadas pela própria Reitoria. Para que seja relatado sobre os aspectos da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, nos RAGs, os campi devem responder positiva ou negativamente às perguntas: 1- Participação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), pela unidade? 2 - Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006? 3 - As contratações realizadas pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012? e 4 - A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? conforme demonstrado na Tabela nº 2.

Tabela nº 2: Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis no período de 2013 a 2017, por assunto.

Participação dos <i>campi</i> na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), pela unidade?			
Ano	Participantes	Não participante	Não informado
2013	0	0	0
2014	3	11	
2015	3	12	
2016	4	11	
2017	2	12	

Total de Campus que realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?			
Ano	Realiza	Não realiza	Não informado
2013	0	0	0
2014	7	7	
2015	7	8	
2016	7	7	
2017	7	7	

Total de Campus que observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 nas contratações?			
---	--	--	--

Ano	Observam	Não observa	Não informado
2013	0	0	0
2014	13	1	
2015	15	0	
2016	14	0	1
2017	14	0	1

Total de Campus que possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?

Ano	Possui PLS	Não Nossui PLS	Não informado
2013			0
2014	3	11	0
2015	4	11	0
2016	6	8	1
2017	8	6	1

Fonte: Relatórios de gestão do IFMT, adaptado pela autora.⁷

O Relatório de Gestão do ano de 2013, relata as informações sobre a gestão ambiental em formato diferente; não traz a referência das 4 perguntas sobre os aspectos dos critérios de gestão ambiental e licitações sustentáveis dos anos de 2014 a 2017. Este relatório informa no item 10.2, os gastos específicos com o consumo de papel o total 8.563 resmas, energia elétrica o total de 2.921.348,42 Kwh, sendo que o campus Cuiabá Octayde não informou por ter demanda estimada; água 27.207,36 m³ informados apenas pelos campi Barra do Garça, Cuiabá Octayde, Pontes e Lacerda, Rondonópolis e a Reitoria. (Relatório de Gestão/2013, p 236-237)

O IFMT, como instituição da área de ensino, não se caracteriza como um órgão arrecadador de receita pública. As receitas financeiras do IFMT normalmente referem-se as transferências recebidas do MEC e as fontes de recursos próprios (recursos diretamente arrecadados pelo órgão). Desse modo, a Instituição apresenta poucas fontes de receitas próprias.

As principais fontes de receitas próprias do IFMT derivam da atividade-fim da instituição. Destaca-se como fontes de receitas próprias mais significativas: taxas de inscrição em concursos e processos seletivos (concursos públicos para ingresso na

⁷Lista de abreviações no início (pré-textuais)

instituição; vestibulares e processos seletivos para acesso aos cursos ofertados pelo IFMT); arrendamentos (cessão onerosa de área de imóvel rural pertencente ao IFMT do *Campus São Vicente*) e aluguéis (cessão onerosa de espaços nos imóveis da União: lanchonetes, restaurantes, residência de servidores, etc.).

O período no qual há maior arrecadação de receita é quando acontece o pagamento de inscrições para concurso público ou processo seletivo/vestibular do IFMT – Reitoria e *Campi*.

Em relação ao registro contábil das receitas, o IFMT apresenta as receitas classificadas como receitas próprias. Para evidenciar esses recursos durante o período de 2013 a 2017, além da análise nos relatórios de gestão foram verificados os valores lançados nos balanços financeiros e orçamentários do IFMT, sendo estes também detalhados para melhor verificação no último nível da receita pela divulgação dos dados no site Portal da Transparência.

Foi levantado junto ao Portal da Transparência as informações sobre a previsão e execução das receitas próprias, de forma a demonstrar que é possível o aumento das mesmas. Com esses dados foi construída a Tabela nº 3 em planilha *excell*, que demonstra a previsão de R\$ 15.856.485,00 e a execução de R\$ 14.819.895,01 demonstrando que houve um percentual de 93% executado em relação ao planejado.

Tabela nº 3: Receitas próprias do IFMT no período de 2013 a 2017

Categoria	Origem	Dados Orçamentários 2013 A 2017	
		Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)
Receitas correntes	Receita de serviços	9.883.152,00	8.119.049,94
Receitas correntes	Receita patrimonial	5.340.355,00	5.189.914,97
Receitas correntes	Outras receitas correntes	230.288,00	1.298.857,66
Receitas correntes	Receita agropecuária	269.539,00	211.432,44
Receitas correntes	Receita industrial	445,00	
Receitas correntes intra-orçamentarias	Receita de serviços		580,00
Receitas de capital	Alienação de bens	132.706,00	60,00
Total geral no período		15.856.485,00	14.819.895,01

Fonte: dados do Portal da Transparência. Adaptado pela autora

A consulta das receitas no Portal da Transparência, foi detalhada e identificado o total de 40 quarenta subalíneas, que é o último nível de detalhamento da receita pública, sendo: Alienação de animais reprodutores e matrizes; Alienação de moveis e utensílios; Alienação de bens moveis e semoventes-princ.; Alienação de veículos; Alugueis; Alugueis e arrendamentos-multas e juros; Alugueis e arrendamentos-principal; Arrendamentos; Indeniz. Por danos causados ao patr. Público; Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.; Multas e juros de mora de alugueis; Multas e juros previstos em contratos; Multa e juros taxa ocupação; Multas previstas em legisl. Especifica-princ.; Inscr. Em concursos e proc.seletivos-mul.jur.; Outras multas; Outras receitas; Outras receitas patrimoniais; Outras receitas-primarias-principal; Outras restituições; Outras restituições-multas e juros; Outras restituições-principal; Outros receitas de serviços; Outros ressarcimentos-principal; Outros serviços-principal; Receita agropecuária-principal; Receita da indústria de produtos alimentares; Receita da produção animal e derivados; Receita da produção vegetal; Recuperação de despesas de exercícios anteriores; Remuneração de depósitos bancários; Restit.de despesas de exerc.anteriores-princ.; Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.; Serviços administrativos; Serviços de estudos e pesquisas; Serviços de hospedagem e alimentação; Serviços educacionais; Serviços recreativos e culturais; Tar.inscr.concursos e processos seletivos e Taxa de ocupação de outros imóveis.

Não foi identificado nos balanços orçamentário e financeiros do IFMT, o registro de receitas ambientais, pois, conforme demonstrado na Tabela nº 3, não há uma receita ambiental.

Para a coleta de informações sobre a verificação do aumento do orçamento, foram selecionadas duas categorias de ações de sustentabilidade, sendo a receita por geração de recursos financeiros e a receita por reduções dos gastos financeiros.

Quanto à receita que resultou em aumento de valor efetivo no orçamento do IFE, restou demonstrado que em 2015, o IFMT recebeu por descentralização de credito, o valor de R\$ 999.998,98 para execução da Ação 2000 (Administração da Unidade) e também recebeu em 2014, seleção projetos de pesquisa aplicada na área de sustentabilidade, alunos com bolsas de Iniciação científica resultou em um aumento no orçamento R\$ 192.000,00 a título de 'bolsas' para os alunos.

Em relação à receita por redução de gastos financeiros, restou demonstrado:

- Implantação de 2 etapas de Usina Fotovoltaica no *Campus* Juína com uma produção de 50 kilowatts pico (kwp) e uma economia anual de R\$ 30 mil referente as 2 etapas.

- No *Campus* Pontes e Lacerda, o sistema de geração fotovoltaica já foi instalado e aguarda liberação da concessória fornecedora de energia. A potência é de 25 kwp, gerando uma economia de implantação de R\$ 191 mil e economia de R\$ 15 mil.

- Em 2017 foram instaladas as usinas nos *Campi* Confresa, Diamantino, Guarantã do Norte e Tangará da Serra. As quatro unidades possuem uma produção de 70 kwp, geram 8.750 kwh, com um valor de investimento cada uma de em torno R\$ 467 mil.

- Aquisição de equipamentos elétricos com a classificação de consumo de energia “A” conforme certificado do INMETRO;

- Impressão de documentos em frente e verso da folha de papel,

- Confeção de blocos de anotações com as impressões destinadas para utilização como rascunho.

- Adoção pelos servidores do uso de xícaras e canecas de vidro reduzindo significativamente o uso de copos descartáveis de café e água;

- Impressão de documentos na fonte *Spranq Eco-Sans*, conhecida como ecofonte, que economiza cerca de 40% do uso de tinta nas impressões;

- Construção do prédio definitivo do IFMT - *Campus* Alta Floresta, com: sistema de aproveitamento da água da chuva; sistema de reuso da água; favorecimento da penetração da luminosidade natural no interior do prédio; favorecimento da penetração da ventilação natural no interior; e, Telhas isotérmicas.

- Instalação de torneiras com acionamento por pressão e fecho automático,

- Instalação de caixas de descargas em vez de válvulas hidras

- Aquisição e utilização de veículos tipo Flex, óleo diesel S-10, utilização de ureia em micro-ônibus;

- Utilização de meios eletrônicos (e-mails) para a transmissão de mensagens entre departamentos evitando, ao máximo, cópias de documentos em papéis e ligações telefônicas;

- Uso de lanternas com bateria/pilha recarregáveis

- Reutilização de óleos vegetais utilizados no preparo de refeições para fabricação de sabão.

- Coleta seletiva de resíduos orgânicos para realização de compostagem, proporcionando adubo orgânico utilizado em aulas práticas.

- Reaproveitamento da água resultante dos condicionadores de ar, para redução de consumo na lavagem predial.

- Aquisição de lâmpadas de LEDs, compactas e fluorescentes, que tem nível de economia especialmente alto, reduzem as emissões de CO2 em comparação com as lâmpadas incandescentes similares.

- Reaproveitamento de resíduos da construção civil (madeiras) para construção do aprisco para carneiros e viveiros de muda.

- Aquisição de *Squeezes* (garrafas plásticas) para alunos, visando substituir o gasto com copos descartáveis.

- Contratação de serviço de recarga de toner;

- Reforma predial com utilização de tintas e solventes com componentes atóxicos; além de paredes pintadas com cores claras que exigem menor nível de iluminação artificial.

- Na reforma de telhados da Biblioteca e Refeitório, foram utilizadas telhas termoacústicas visando uma resistência nas trocas constantes de calor externo e interno nas edificações, possibilitando uma redução na utilização de condicionadores de ar e melhoria no ambiente de trabalho.

- Pinturas com cores claras que exigem menor nível de iluminação artificial.

- Implantação de lago lonado, onde em um lago cavado no chão, com capacidade para 200 mil litros foi forrado com plástico para acumular/armazenar água da chuva do período de chuvas para uso durante o período de escassez (seca).

Após a identificação das ações nos relatórios de sustentabilidade foram construídos quadros e tabelas nas quais as ações executadas por todos os *campi* e pela reitoria (RTR) foram alocadas por tipos de ações e analisadas mediante aporte teórico a partir de conceitos e contextualização da sustentabilidade, verificando a contribuição das receitas ambientais para o aumento de receitas, sejam elas próprias ou orçamentárias.

Foram analisados os relatórios do SISPEs e faturas dos gastos com energia elétrica. Com esses dados foi possível confrontar e demonstrar se efetivamente houve a redução dos gastos e conseqüente aumento de receita ambiental pela redução dos gastos, sendo esta redução proveniente de uma ação de sustentabilidade.

Em seguida serão tratados dados secundários, ou fontes secundárias, que, conforme Ferrari, “são aquelas contribuições provenientes da documentação já analisada e publicada”. Essas fontes também são chamadas de documentos de segunda mão. (FERRARI, 1982, p. 14)

Com os dados coletados nos relatórios do SISPEs e nas faturas de energia encaminhados pelos diversos *campi*, foi possível concluir que o IFMT teve um consumo de 16.880.901Kwh considerados o consumo ponta e fora de ponta. No período de 2015 a 2017, o gasto total foi de R\$ 12.542.042,08. O período da coleta dos dados da energia elétrica foi menor que a dos demais dados devido à disponibilidade dos relatórios do SISPEs.

Tabela nº 4: Total do consumo de energia elétrica do IFMT no período de 2015 a 2017

Campus	total geral (3 anos)		% do campus em relação ao total	
	Consumo	Valor	% consumo	% valor
RTR	1.088.146	R\$ 695.101,41	6%	6%
ALF	141.326	R\$ 109.791,22	1%	1%
BGA	352.395	R\$ 261.978,20	2%	2%
CAS	2.398.531	R\$ 1.743.067,82	14%	14%
CNP	1.344.659	R\$ 1.041.304,74	8%	8%
CFS	0	R\$ 0,00	0%	0%
CBA	4.046.145	R\$ 3.020.979,32	24%	24%
BLV	0	R\$ 0,00	0%	0%
JNA	883.948	R\$ 794.898,69	5%	6%
PLC	810.644	R\$ 636.751,26	5%	5%
PVL	0	R\$ 0,00	0%	0%
ROO	619.916	R\$ 453.664,07	4%	4%
SVC	3.176.059	R\$ 2.263.993,60	19%	18%
SRS	940.997	R\$ 687.214,60	6%	5%
VGD	344.858	R\$ 267.070,30	2%	2%
DMT	126.034	R\$ 114.253,46	1%	1%
GTA	0	R\$ 0,00	0%	0%
LRV	162.914	R\$ 118.199,48	1%	1%
SNP	0	R\$ 0,00	0%	0%
TGA	444.329	R\$ 333.773,91	3%	3%
TOTAL	16.880.901	R\$ 12.542.042	100%	100%

Fonte: relatórios do SISPEs e faturas das unidades consumidoras de energia elétrica do IFMT, adaptado pela autora.

Observa-se pela Tabela nº 4, que os *campi* que mais consumiram os recursos em reais foram a RTR com 6%, Cáceres com 14%, Campo Novo do Parecis com 8%, São Vicente com 18% e Cuiabá Octayde com 24%, somando juntos a 70% no total. Não foi considerado no levantamento os dados dos *campi* de BLV, CFS, PVL, GTA por não encaminharem os dados e SNP porque a fatura é paga pela prefeitura municipal da cidade onde o campus está estabelecido. Convém registrar também que o Campus Alta Floresta inicia apresentação de fatura em abril/2017, o campus Lucas do Rio Verde inicia as faturas a partir de Abril/2016, o campus Barra do Garças a partir de jan/2016 e Diamantino a partir de junho/2016.

Em se tratando do consumo total do IFMT com energia elétrica, o levantamento dos dados demonstra que em 2015 foi de 4.660.546 Kwa, em 2016 de 5.781.415 Kwa e em 2017 de 6.438.940 Kwa. É visível o aumento médio de 24% em 2016 em relação a 2015 e um aumento de 11% em 2017 em relação a 2016, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela n. 5: Demonstrativo do consumo total de energia elétrica do IFMT no período de 2015, 2016 e 2017.

Consumo total de energia elétrica do IFMT, em Kwh			
Ano	Kwh	aumento em kwh	aumento em %
2015	4.660.546	0	0%
2016	5.781.415	1.120.869	24%
2017	6.438.940	657.525	11%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios auxiliares IFMT

3.5 Metodologia de Análise de dados

Após relacionar as diversas ações de sustentabilidade verificadas nos relatórios de gestão do IFMT, no período pesquisado, foi realizado um questionário no sentido de verificar junto à gestão do IFMT, o interesse e a possibilidade de implementar ações que proporcionem a geração de receitas ambientais.

Os dados documentais serão triangulados com os dados recolhidos através dos questionários e analisados na ótica da Sustentabilidade Ambiental, Administração Pública, Contabilidade Pública, Orçamento e Educação Pública.

A triangulação dos dados é designada por Denzin & Lincoln (2006) por “bricolagem” e corresponde, na perspectiva dos autores a multiplicidade de “práticas metodológicas combinadas”. Já Richardson (2015), refere-se à triangulação de dados como um instrumento de iluminação da realidade sob diversos ângulos, observada como uma forma cristalina. Ou seja, trata-se da exposição simultânea de realidades múltiplas.

A triangulação pressupõe visualizar o mesmo fenômeno, ou a questão de pesquisa, mediante mais de uma fonte de dados. De posse dessa multiplicidade, nesta pesquisa serão comparados os resultados da análise dos dados levantados nos documentos e os resultados dos questionários aplicados fazendo a devida correlação com aporte teórico relativo ao objeto da pesquisa.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Discussão dos resultados

Para se avaliar os benefícios de uma atividade, normalmente mede-se o ‘custo x benefício’ que representa a relação entre o valor monetário dos fatores necessários para a atividade e o valor monetário do produto gerado por esta. O contador não deve ser subjetivo em suas avaliações, mas imparcial, neutro em relação a usuários da contabilidade, ou seja, a avaliar de forma impessoal os ativos da entidade (Crepaldi, 1993, p. 120).

Entretanto, na atividade pública a ‘avaliação’ não se processa da mesma forma que na atividade privada, especialmente na educação, pois o que se mede é apenas o gasto por aluno e quantos alunos são formados. Não existe a figura do ‘lucro’ ou resultado financeiro.

Os resultados da atividade pública da educação não se expressam no lucro, mas sim, nos ganhos para o indivíduo como consequência de sua formação, no aumento da atividade econômica devido a mais indivíduos qualificados para o trabalho e para a abertura e manutenção de negócios.

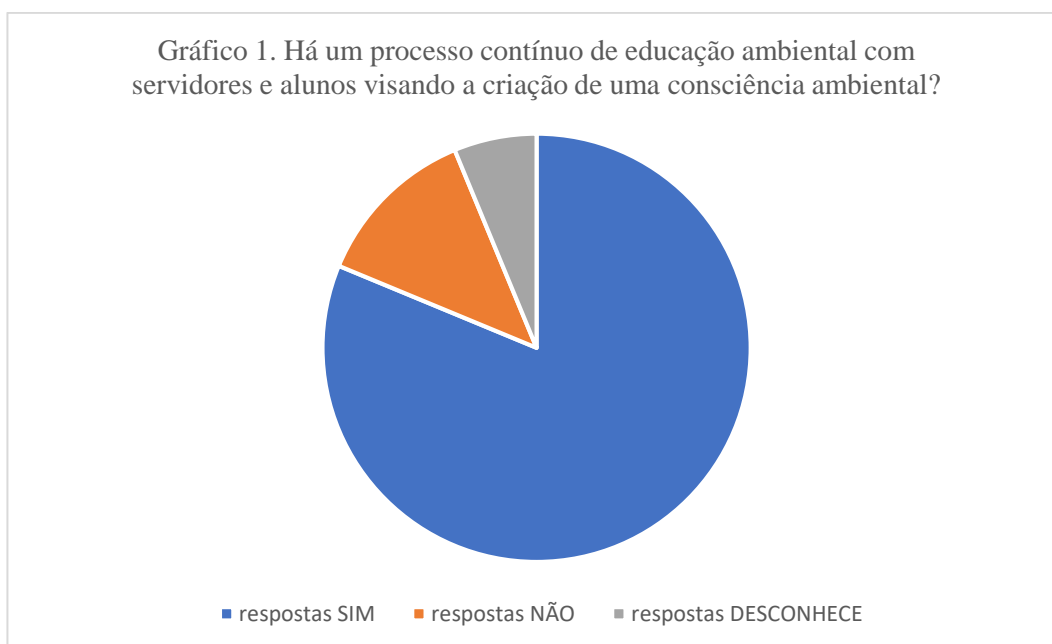
Ademais, a formação escolar também traz resultados sociais para toda a coletividade, considerando que a educação busca a formação de cidadãos críticos e atuantes socialmente, incluindo o respeito ao outro e ao meio ambiente, o que pode ser evidenciado por meios de práticas de sustentabilidade, por exemplo, ações de voluntariado por parte dos docentes, técnicos e particularmente dos discentes, aos quais deve ser anunciado a importância da cidadania sustentável, por meio de conteúdos inseridos nas ementas e matrizes curriculares.

Destacamos que:

A participação dos estudantes em projetos sociais permite a articulação entre o trabalho desenvolvido nas diversas unidades curriculares e a resposta a necessidades concretas das partes interessadas internas e externas e da comunidade, de forma mais geral [...]. O voluntariado permite a aquisição, por parte dos estudantes, de uma maior consciência social, mas também o reforço das competências adquiridas em contexto formal no seio das IES. (Marques, 2018, p. 78-79)

No tocante as ações de educação ambiental com servidores e alunos, estas são tidas por 81% dos gestores que responderam ao questionário aplicado na pesquisa como sendo um processo contínuo, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Há um processo contínuo de educação ambiental com servidores e alunos visando a criação de uma consciência ambiental?



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

O IFMT, tal qual a maioria das universidades no Brasil e no mundo, caminha alinhado às novas diretrizes e basiladores do nosso tempo que buscam um fortalecimento da cidadania, respeitando as diferenças e integrando nos projetos de ensino, pesquisa e extensão ações que promovam uma consciência da importância do voluntariado, do respeito ao meio ambiente e do retorno à sociedade, o que foi evidenciado nas ações relatadas nos RAG analisados por esta pesquisa.

O número de Bolsistas de Iniciação Científica em 2016/2017 foi 464 bolsas e as em andamento, 2017/2018, somam 320 bolsas e 128 voluntários. Houve uma pequena redução no número de bolsas devido aos cortes no orçamento pelo Governo Federal os *Campi* do IFMT não lançaram seus editais de bolsas PROIC Técnico e PROIC Graduação como nos anos anteriores.

Através de campanha de divulgação da importância da Iniciação Científica e ao mesmo tempo a permissão da inclusão da Modalidade “Bolsista Voluntário”, no edital de 2016/2017 participaram 113 bolsistas Voluntários, aumento de 45% em apenas um ano. (RAG, 2017, p.286)

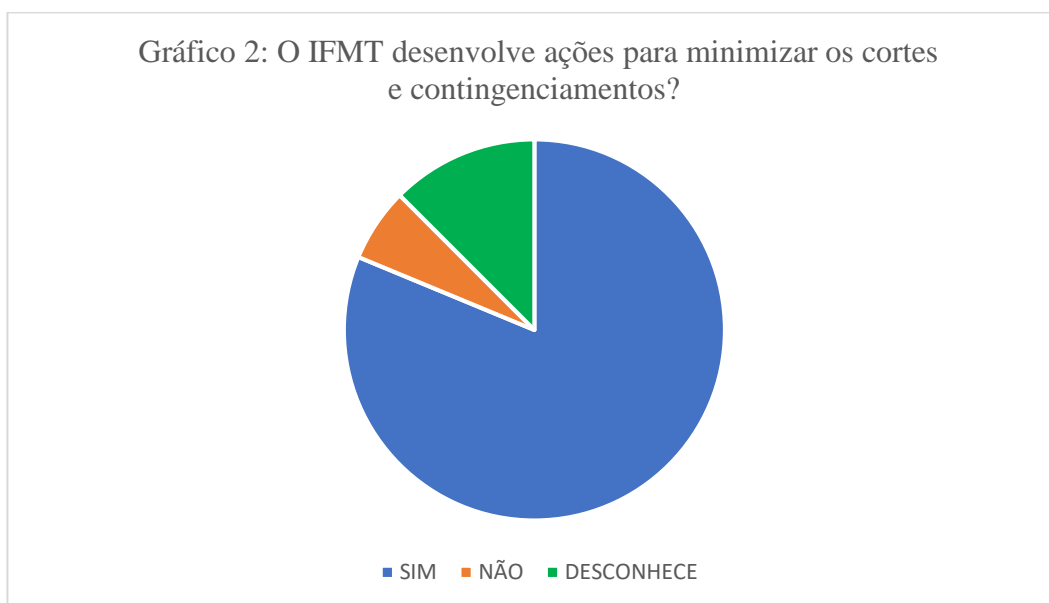
Mesmo com a crise e consequentes cortes no orçamento pelo Governo Federal, o IFMT manteve parceria com o CNPq e a FAPEMAT, conseguindo, assim, proporcionar o mesmo número de bolsas de Iniciação Científica do período 2016/2017. O relatório de gestão informa que houve um aumento de 11,7% em relação ao ano anterior no número de bolsistas voluntários. (RAG, 2017, p. 291)

Entretanto, dialogando com o primeiro objetivo específico desta pesquisa de evidenciar os cortes e contingenciamentos do orçamento do IFMT conseguiu-se demonstrar que tais cortes fizeram com que o IFMT enfrentasse dificuldades na execução de suas atividades, inclusive reduzindo ações de auxílio aos estudantes, bem como problemas com fornecedores e dificuldade na manutenção dos projetos de sustentabilidade, inseridos no ensino, pesquisa e extensão que são o tripé da instituição. Esta realidade é retratada nos relatórios anuais de gestão, como podemos destacar:

Em consonância a essa redução com despesas de investimento, alguns resultados planejados não puderam ser executados, como a aquisição de alguns equipamentos necessários nas unidades, bem como algumas reestruturações e obras. Demonstrando os impactos que as limitações e cortes orçamentários causam sobre os *campi* do IFMT

Quanto às maiores dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados para o ano de 2017, destacam-se: a carência de pessoal para atender toda demanda de trabalho oriunda da rápida expansão do IF em Mato Grosso; o contingenciamento de cotas de limite de empenho realizado pela Presidência da República junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (RAG- IFMT, 2016, p.72 e RAG-IFMT, 2017, p.10)

Conforme evidenciado nos RAG, os cortes e contingenciamentos são uma realidade normatizada pelos Decretos Federais e vivenciada pelo IFMT. Para superar as dificuldades o IFMT tem buscado desenvolver ações que minimizem tais efeitos. Isso pôde ser confirmado nas respostas dos gestores ao questionário aplicado nesta pesquisa, conforme demonstrado no Gráfico 2,



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

A questão do contingenciamento que vem sendo enfrentada pela maioria dos órgãos públicos do sistema federal brasileiro face a formação de superávit primário para pagamento de juros da dívida externa, o que tem sacrificado áreas sociais como é o caso da educação. Assim, Faria & Zuccolotto (2016) explicam que:

Na etapa da execução, é recorrente a necessidade de contingenciamentos orçamentários no sentido de permitir o atingimento de metas fiscais predefinidas. Esse mecanismo dá aos gestores espaço de manobra no sentido qualitativo e quantitativo das programações orçamentárias. A supressão de parcela do orçamento, a priori, representa ameaça à transparência, pois atribui incerteza sobre a execução do orçamento. (Faria & Zuccolotto, 2016 , p.150)

A instituição não tem como interferir nas decisões legais que estabelecem os repasses, como demonstramos por meio dos decretos de redução orçamentária. Também não pode arrecadar tributos; à exceção de pequenas taxas; restam poucas alternativas para equilibrar os seus custos, dentre elas, estão as ações de sustentabilidade.

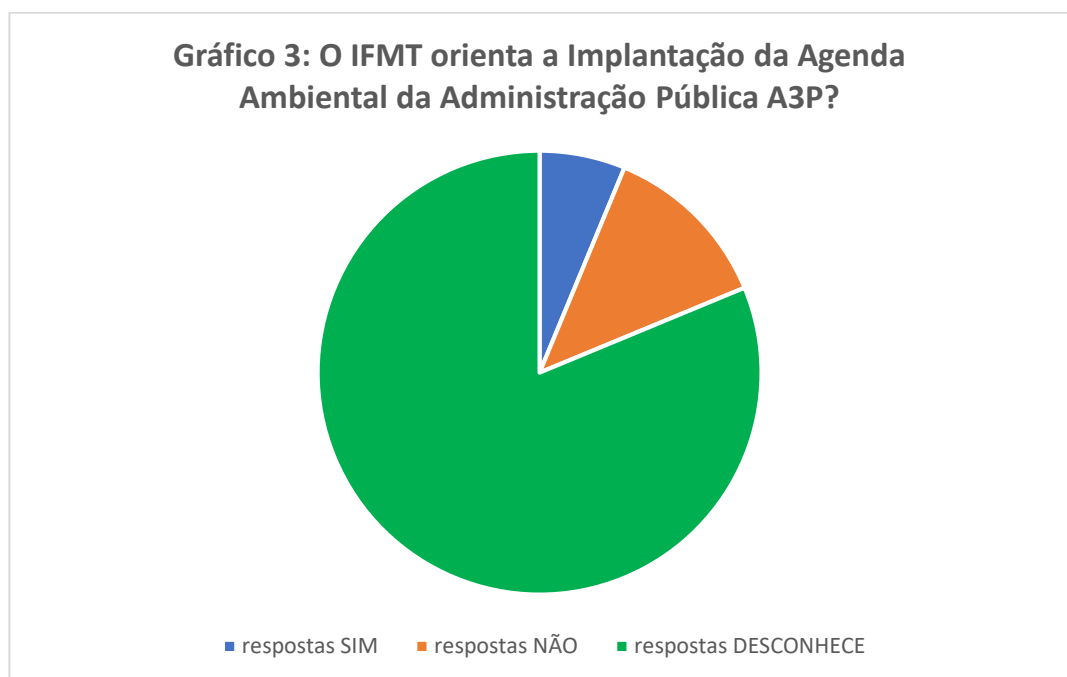
Diante da realidade de esforço do IFMT em implementar projetos de sustentabilidade e de educação ambiental, esta pesquisa analisou as ações dos diversos *campi* consolidadas nos relatórios de gestão do período de 2013 a 2017 e conseguiu identificar as reduções do orçamento e a variação nas receitas da instituição que prejudicaram o andamento das atividades de oferta de ensino à população.

Relativamente às ações de sustentabilidade ambiental, a pesquisa encontrou um amplo espectro de informações que confirmam esta tendência do IFMT por buscar tais ações como forma de aumentar sua receita ou reduzir sua despesa. Os Relatórios Anuais de Gestão destacam o esforço do IFMT em implementar ações sustentáveis. Nesse sentido, consta repetidamente em todos eles frases que destacam os esforços em promover a sustentabilidade, sendo estas no mesmo sentido da utilizada no RAG – 2017, conforme segue:

O Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT tem buscado o exercício da sustentabilidade em várias as ações que refletem este trabalho rumo às práticas sustentáveis, quais sejam: o lançamento de editais de pesquisa e extensão na área da sustentabilidade, a implantação em alguns *Campi*/reitoria de residuários que maximizam a separação, reaproveitamento e reciclagem de materiais, a prática de processos licitatórios sustentáveis, a sensibilização da comunidade institucional para a sustentabilidade, a prática de políticas inclusivas, a prática de políticas de qualidade de vida, a educação ambiental, a participação em editais externos para implantação

de usinas elétricas solares, a aquisição e instalação de usinas elétricas solares, dentre outras ações. (RAG-IFMT 2017, p.144)

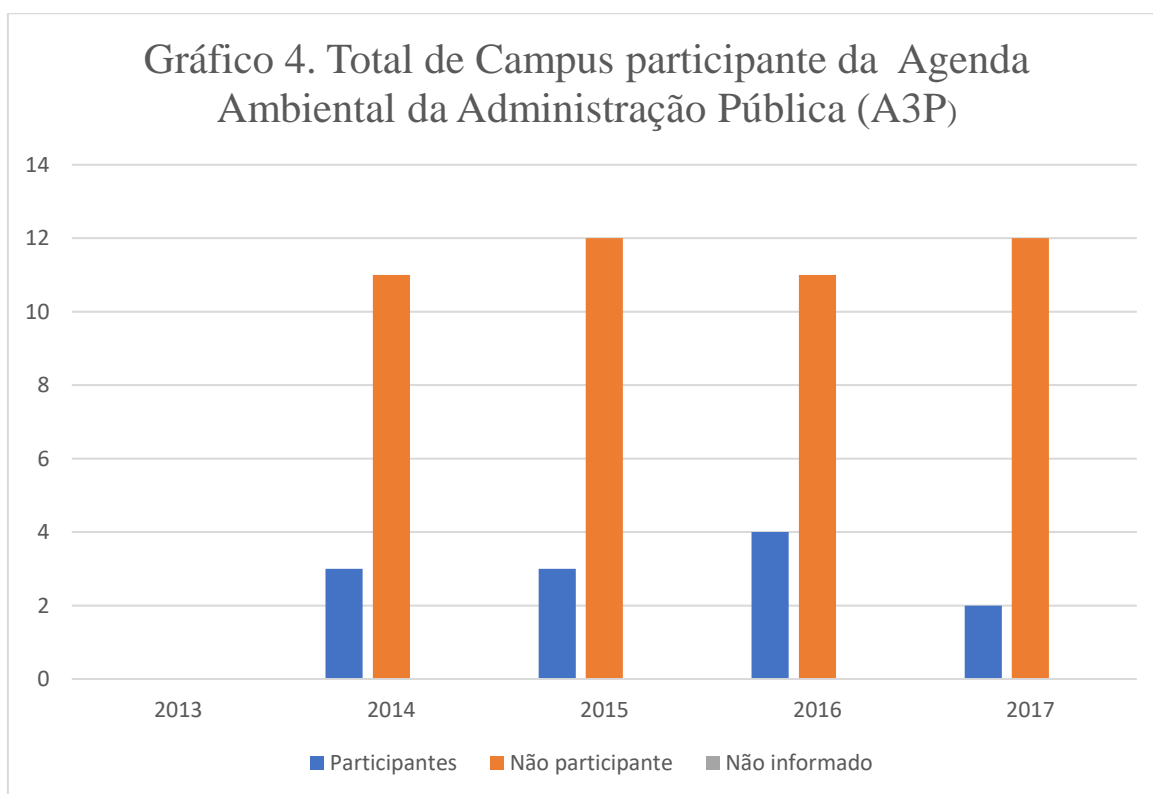
No questionário aplicado junto à reitoria e aos *campi*, as respostas demonstram que o IFMT tem buscado implementar ações de sustentabilidade. No entanto, os participantes reconhecem que ainda existe um longo percurso até que exista uma cultura organizacional onde a sustentabilidade seja uma prática cotidiana, conforme demonstrado nos Gráficos 1 e 3. Na pergunta 03 quando indagados se há um processo contínuo de educação ambiental que leve a formação de uma consciência ambiental, 81% das respostas foram SIM enquanto 13% responderam NÃO e 6% desconhecem. Já a pergunta 05 que indaga acerca da implantação da Agenda Pública Ambiental A3P nos *campi*, um tema mais específico e que requer conhecimento da legislação as respostas apontaram que apenas 6% afirmaram que SIM enquanto 13% responderam NÃO e expressivos 81% desconhecem.



Fonte: Elaborado pela autora.

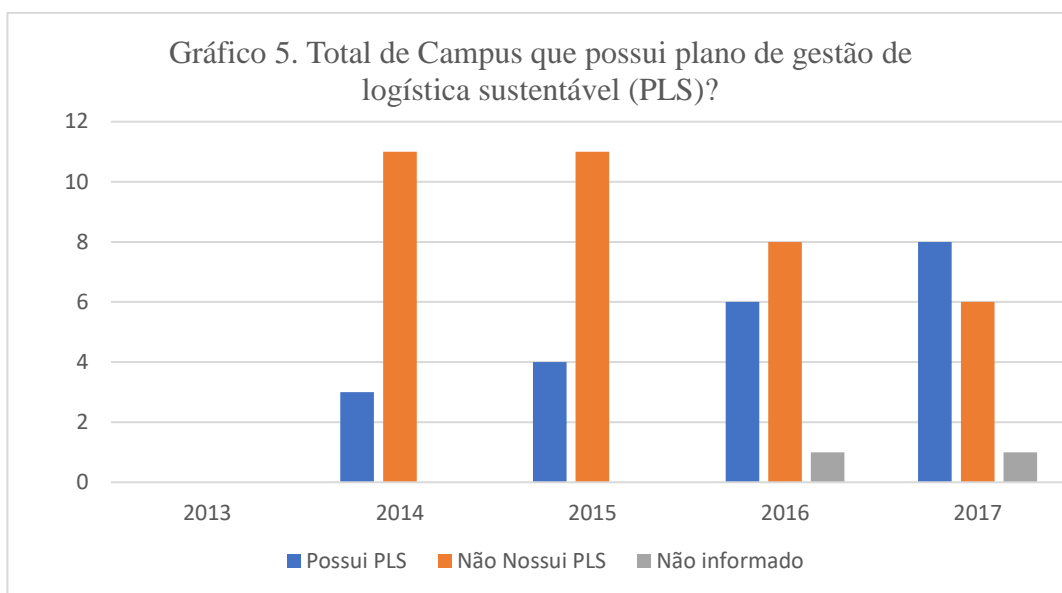
Apesar do RAG destacar que o IFMT têm se empenhado na busca de ações de sustentabilidade que tragam consciência e preservação ambiental, bem como algum possível aumento ao orçamento por meio das ações, em outras partes dos RAGs, bem como algumas questões específicas do questionário aplicado junto à reitoria e aos *campi* como implantação da A3P e PLS, revelam uma contradição explícita sobre o empenho de implementação das ações destacadas do RAG 2017, texto que se repete nos demais RAGs.

Relativamente ao que foi avultado por meio da Tabela 2 referente aos dados retirados dos RAGS demonstrado pelo Gráfico 4, onde a maioria dos *campi* não participa da implantação da A3P em comparação com o que foi constatado no questionário demonstrado no Gráfico 1, observou-se que 81% dos gestores responderam SIM quando se indaga sobre um processo contínuo de educação ambiental. No entanto, quando perguntados sobre a implantação da A3P, 81% disseram NÃO ao conhecimento da mesma. Sendo a A3P, uma ação que procura conscientizar sobre a importância da sustentabilidade suas atividades administrativas da Administração Pública no Brasil, negar seu conhecimento e afirmar que se faz ações para caminharem rumo à sustentabilidade, é, contraditório e mostra que para o IFMT, ainda há um longo percurso até que exista uma cultura organizacional onde a sustentabilidade seja uma prática cotidiana.



Fonte: Relatórios de gestão 2013 a 2017. Elaborado pela autora.

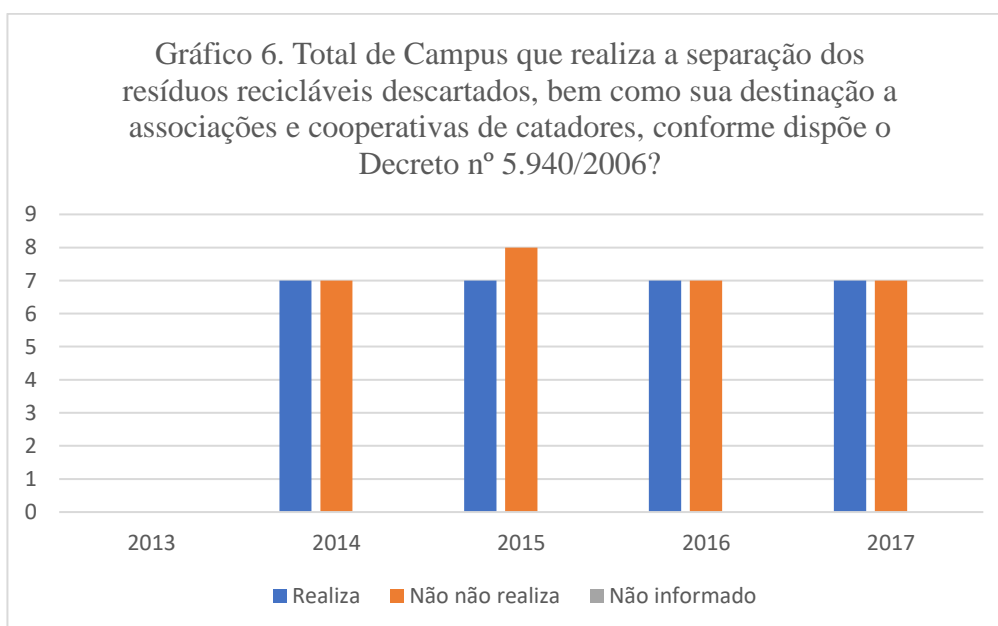
Quanto à elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012, os dados dos Relatórios Anuais de Gestão, demonstrados na Tabela nº 2 e no Gráfico 5, dão conta de que o mesmo foi sendo elaborado pelos diversos *campi* a partir do ano de 2014. Entretanto no ano de 2017 ainda é pouco o cumprimento desta obrigação legal, pois num total de 15 unidades, apenas 08 possuíam o PLS elaborado, correspondente a 53%, já que 6 unidades ainda não tinham elaborado e 1 não informou.



Fonte: Relatórios de gestão 2013 a 2017. Elaborado pela autora.

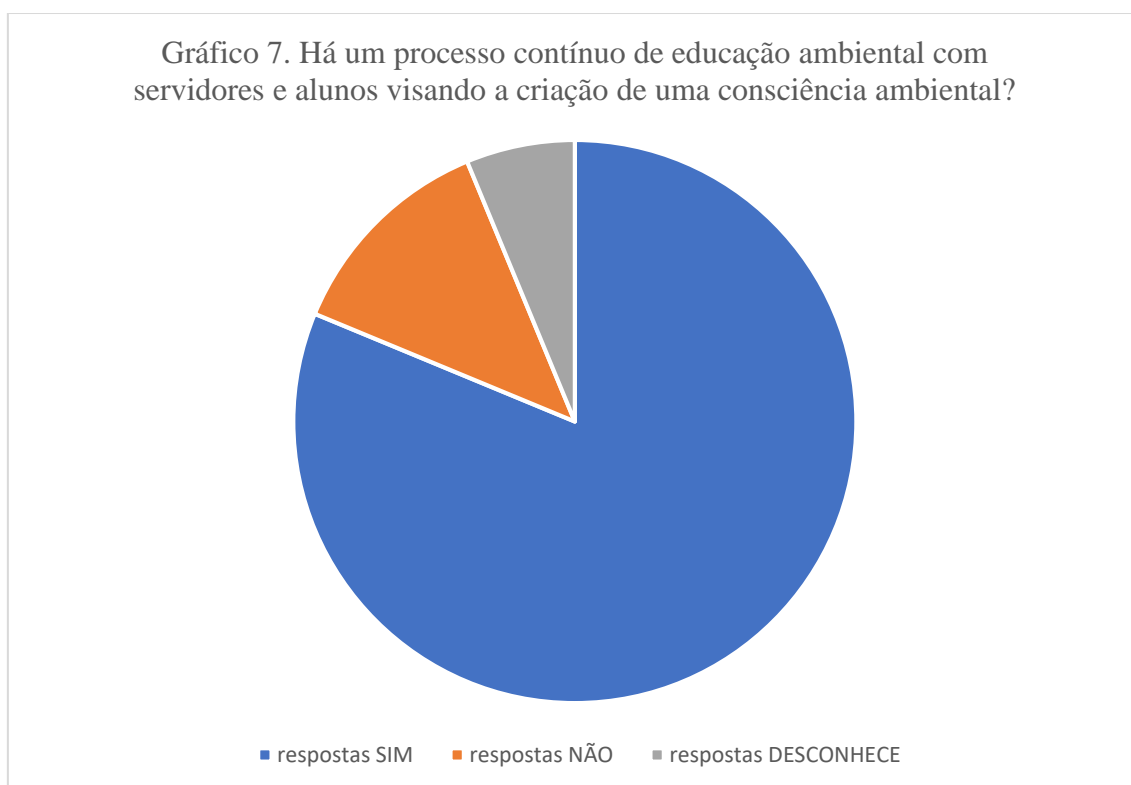
Considerando para além da previsão do art. 16 do Decreto 7.746/2012, é importante ressaltar que, segundo o 3º PASSO da implantação da A3P, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS) deve coincidir com o Plano de Logística Sustentável (PLS), que pode ser usado alternativamente ao PGS da A3P.

Relativo à separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006, os dados informados nos RAGs, conforme Tabela 2 e Gráfico 6, apenas metade dos *campi* realizam a separação dos resíduos.



Fonte: Relatórios de gestão 2013 a 2017. Elaborado pela autora.

Assim, quando as ações de educação ambiental com servidores e alunos são tidas por 81% do gestores que responderam ao questionário aplicado na pesquisa, conforme demonstrado no Gráfico 7, como sendo um processo contínuo, há que se entender que este se iniciou apenas no período pesquisado, embora se espere que este processo seja continuado no futuro, de forma a que o IFMT seja reconhecido como uma instituição que vivencia a sustentabilidade na sua amplitude social, econômica e ambiental, atuando como propulsora de uma vivência sustentável de sua regionalidade.



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

Analisando os relatórios de gestão, verificou-se conforme Quadro 12, que das ações de sustentabilidade ambiental relatadas pelo IFMT, pode-se deferir que as mesmas resultam em:

- 1 - Aumento orçamentário e financeiro imediato ou futuro;
- 2 - Redução dos gastos orçamentário e financeiros, imediato ou futuro;
- 3 - Mobilização e sensibilização da comunidade escolar, normalmente realizadas por meio de parcerias e em eventos; e
- 4 - Planejamento e estudos de ações para futuras implementações.

Do ponto de vista contabilístico as receitas ambientais tratadas nesta pesquisa, deveriam constar nos balanços orçamentários e financeiros que são as demonstrações de registro contábil das ações do IFMT constantes dos orçamentos da Contabilidade Pública; conforme previsto na legislação NBC T 16.6 itens 20 e 23 que trata do registro contábil.

Simultaneamente, o registro das receitas, e de outras contas contábeis, deveria ser tratado de acordo com o Manual Técnico do Orçamento, documento que orienta, a partir das leis LDO e LOA, a sua classificação em seis níveis – Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea conforme demonstrado no Quadro 7. Paralelamente, o registro das receitas deve obedecer ao Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, que alterou o Art. 11 da Lei 4.320/64 que trata da classificação da receita como corrente e de capital.

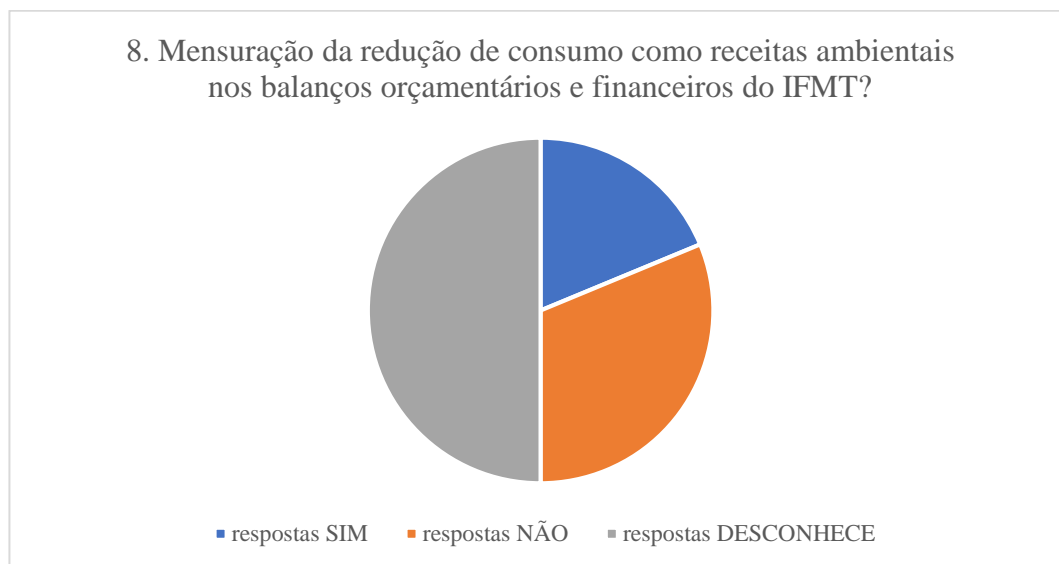
Entretanto, ao analisar os balanços financeiros e orçamentários do IFMT, não ficou evidenciado as receitas ambientais, propriamente ditas, considerando que no Ementário da Receita, publicado em 2010 e atualizado anualmente, e no Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, não há contas contábeis ou contas correntes específicas que retratem as ações ambientais, como por exemplo, os ganhos pela participação em eventos e projetos e ou a redução do consumo de energia, água, papel e material não biodegradável.

Isso ocorre, porque as receitas próprias resultantes de vendas ou prestação de serviços ambientais são registradas na rubrica de outras receitas ou de outros serviços, conforme Tabela 3, onde vemos o registro contábil da receita própria do IFMT no período de 2013 a 2017, por categoria e detalhado pela origem como receita de serviços, receita patrimonial, outras receitas correntes, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços e alienação de bens. Por este motivo não conseguimos identifica-las nas Demonstrações Contábeis, caso as mesmas tenham ocorridas no período pesquisado.

Destarte, apesar do esforço da consulta de dados no Portal da Transparência a fim de identificar o último nível da receita, como pode ser observado no APÊNDICE V, no qual está a tabela demonstrativa da Execução da Receita por Subalíneas do IFMT no período de 2013 a 2017, só foi possível identificar as receitas ambientais nos Relatórios de Gestão, mas, nesses elas só constam como ações e assim não se conseguiu verificar nos balanços orçamentários e financeiros o registro e a mensuração das mesmas.

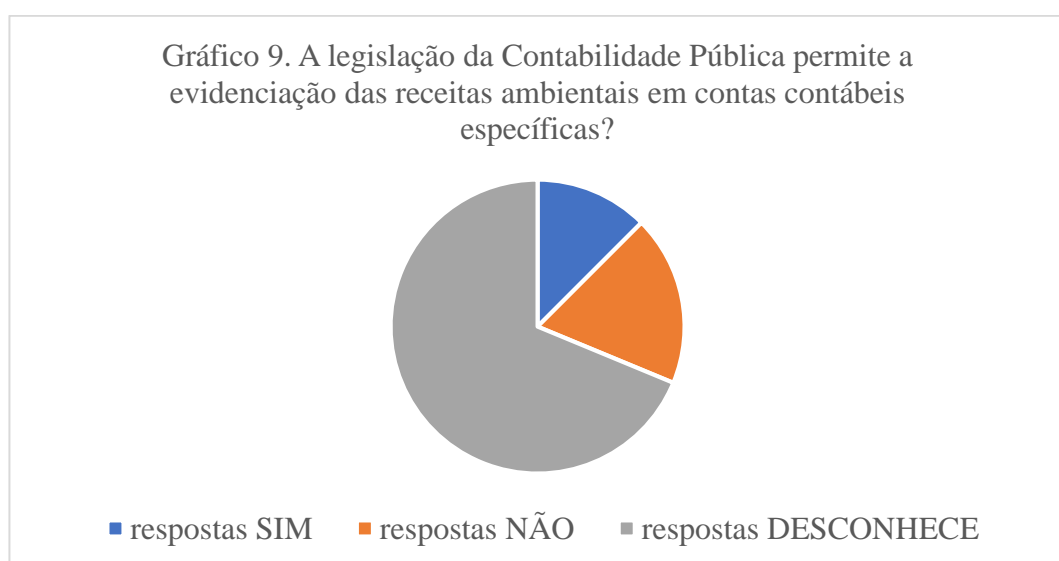
Relativamente ao consumo de energia elétrica, água e papel, os dados analisados a partir dos relatórios de gestão e do portal da transparência estão em consonância com a impressão dos gestores que responderam ao questionário aplicado na pesquisa. Ao serem

perguntados sobre se os possíveis ganhos com a redução de consumo com energia elétrica, água e papel estavam sendo mensurados como receitas ambientais nos balanços orçamentários e financeiros do IFMT, conforme demonstrado nos Gráficos 8, apenas 19% respondeu que sim, 31% respondeu não e 50% respondeu que desconhece.



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

Já quando foi perguntado sobre a permissão da legislação da Contabilidade Pública para que fosse evidenciado as receitas ambientais em contas contábeis específicas, conforme demonstrado no Gráfico 9, apenas 13% respondeu que sim, 19% respondeu não e 69% respondeu que desconhece.



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

Os demais ganhos que se considerou como receitas ambientais nesta pesquisa, foram os originários de economia orçamentária, quando da redução de despesas e consumo decorrente da implantação de ações e projetos ambientais, tais como as relacionadas à diminuição do consumo de energia elétrica, consequência da implantação das usinas fotovoltaicas.

Todas estas limitações da identificação do aumento das receitas ambientais, dada a questão de não constarem em uma rubrica exclusiva, leva a refletir sobre a necessidade de alteração na legislação orçamentária e ambiental de modo a incluí-las no orçamento como uma rubrica: 'Receitas Ambientais'.

Entretanto, sobre isso, o IFMT pode tão somente demonstrar via pesquisa como esta a importância de separar as receitas ambientais das receitas de serviços, considerando, não estar em sua competência o fazer ou alterar leis; o que no Brasil compete ao Congresso Nacional, por meio das suas duas casas: Senado Federal e Câmara Legislativa Federal.

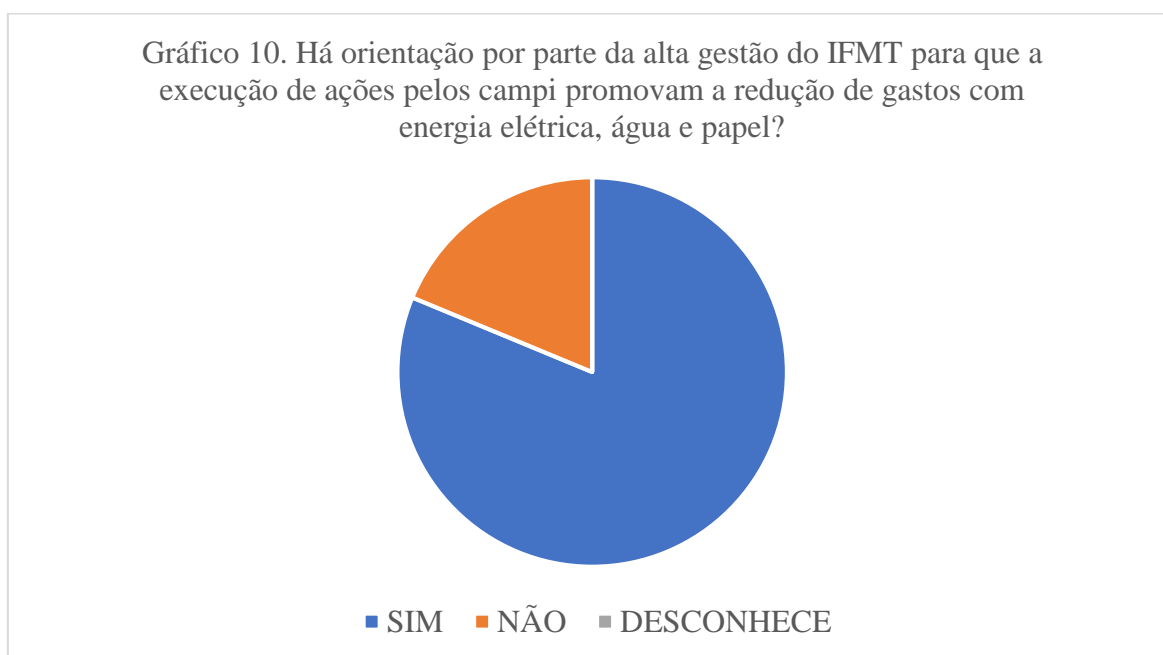
No entanto, considera-se que as mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI, quanto à preocupação climática e preservação ambiental, por meio de ações de sustentabilidade, somado às pesquisas da importância das receitas ambientais, particularmente como receitas próprias, possam ser uma motivação que leve a uma nova legislação orçamentária, capaz de visualizar com mais clareza, rapidez e eficiência as receitas ambientais.

Isso seria de suma importância, pois otimizaria o tempo de planejamento de ações sustentáveis e rentáveis para o IFMT, o que poderia estender-se a outras organizações públicas, pois, conhecedores dos valores intrínsecos nas ações, os gestores poderiam fomentar projetos que, além da preservação ambiental, lhes permitiria recursos para manter suas atividades fins, as quais estão sendo a cada ano comprometidas pelo corte do orçamento.

Considerando a impossibilidade de identificar nas DICON as receitas ambientais, trabalhou-se, nesta pesquisa, a questão da identificação das reduções de consumo, resultantes de ações de sustentabilidade, bem como ao conhecimento das ações de sustentabilidade passíveis de aumento da receita registradas nos Relatórios de Gestão. Relativamente a esta questão, os relatórios auxiliares enviados pelos gestores por e-mail, bem como os questionários respondidos foram muito importantes.

Caminhando para o final desta análise, e dado que não conseguimos identificar os valores específicos de receita ambiental nas DICON – nos balanços orçamentários e financeiros – pois não há rubrica específica para a mesma, sendo esta englobada nas receitas de serviços, considerou-se então, como “receitas ambientais” para fins desta pesquisa, às decorrentes das reduções de consumo, conforme definido no Quadro nº 10 e as que proporcionaram o aumento orçamentário financeiro.

Nos relatórios de gestão foram identificadas ações de redução de consumo com energia elétrica, papel, água e material não biodegradável. Esta redução também foi confirmada pelos questionários respondidos pelos gestores, considerando que 81% das respostas foram SIM quanto à implantação de ações sustentáveis de redução de consumo e quanto a necessidade desta redução como forma de suprir os cortes e contingenciamentos do orçamento, conforme Gráfico 10.



Fonte: Questionário aplicado aos gestores do IFMT. Elaborado pela autora.

Quanto às ações de aumento no orçamento financeiro foram evidenciadas pelos RAG a participações em eventos e projetos que originaram descentralização de crédito e aumento da receita. Tanto o aumento financeiro-orçamentário decorrente da redução de consumo, como o da participação em eventos e projetos são receitas orçamentárias, as quais apresentam-se como um possível caminho para que o IFMT, e quiçá, futuramente, outras instituições públicas brasileiras, encontrem alternativas de suprirem as reduções

orçamentárias oriundas dos cortes e contingenciamentos governamentais e ademais sendo estas de nobreza salutar, como consideramos ser as receitas advindas de ações de sustentabilidade.

Destacamos um dos resultados destas ações o projeto que conquistou o 2º lugar no Desafio da Sustentabilidade, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC em 2015, na categoria dos Institutos Federais. Neste sentido o IFMT obteve a descentralização de crédito orçamentário referente ao Prêmio de R\$ 999.998,98 (quase um milhão de reais). Com o recurso recebido foi possível a instalação de usinas fotovoltaicas e a aquisição de equipamentos de baixo consumo energético. No *Campus* Juína foi implantada a primeira etapa, com investimento em R\$ 191 mil, com uma produção de 25 kilowatts pico (kwp) e uma economia anual de R\$ 15 mil. O *Campus* já iniciou a segunda etapa de implantação de usinas fotovoltaicas, com uma potência de 25 kwp, custo de R\$ 191 mil e uma previsão de economia anual de 15 mil. No *Campus* Pontes e Lacerda, o sistema de geração fotovoltaica já foi instalado e aguarda liberação da concessória fornecedora de energia. A potência é de 25 kwp, gerando uma economia de implantação de R\$ 191 mil e economia de R\$ 15 mil. Ainda em 2017 foram instaladas as usinas nos *Campi* Confresa, Diamantino, Guarantã do Norte e Tangará da Serra. As quatro unidades possuem uma produção de 70 kwp, geram 8.750 kwh, com um valor de investimento cada uma de em torno R\$ 467 mil.

Após a análise dos Relatórios Anuais de Gestão e das Demonstrações Contábeis e da aplicação do questionário aos gestores, foi possível evidenciar dois grandes grupos de receitas como possíveis de aumentar o orçamento e suprir a falta oriunda dos cortes e contingenciamentos orçamentários, apresentados como sendo:

As ações que geraram receitas ambientais pela redução de consumo e as ações ambientais que geraram aumento em valores no orçamento.

As ações que geraram receitas ambientais pela redução de consumo são:

- Oito ações de redução de consumo de energia elétrica, sendo: redução da utilização de ar condicionado por meio da utilização de telhas termoacústica, pinturas com cores claras e atóxicas que exigem menor nível de iluminação artificial e a implantação de usinas fotovoltaicas.

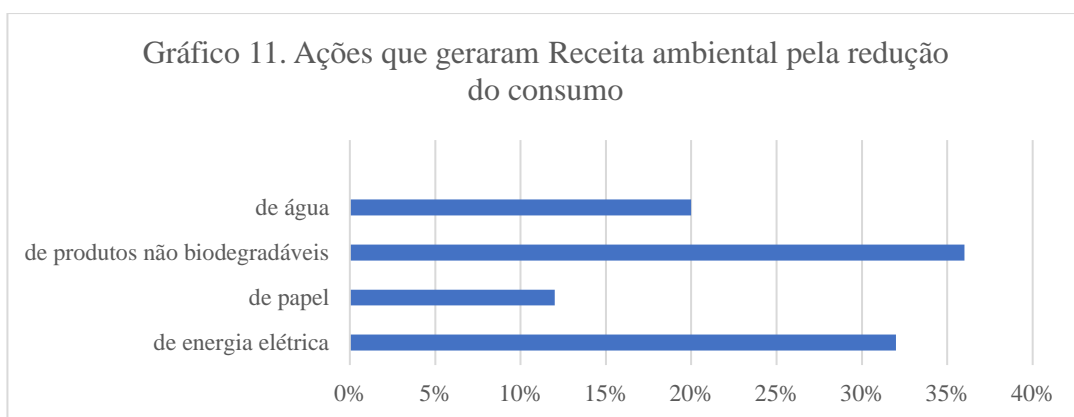
- Três ações de redução de consumo de papel: Impressão de documentos em frente e verso da folha de papel; reutilização de papel como blocos de rascunhos; comunicação por meios eletrônicos evitando cópias e documentos em papéis.

- Nove ações de redução de consumo de produtos não biodegradáveis: impressão de documentos em ecofonte, adoção de xícaras e canecas de vidro reduzindo copo descartáveis, utilização de veículos tipo flex, óleo diesel S-10, utilização de ureia em micro-ônibus reduzindo o combustível fóssil, uso de lanternas com bateria/pilha recarregáveis, reutilização de óleos vegetais utilizados no preparo de refeições para fabricação de sabão, coleta seletiva de resíduos orgânicos para realização de compostagem, proporcionando adubo orgânico utilizado em aulas práticas, reaproveitamento de resíduos da construção civil (madeiras) para construção do aprisco para carneiros e viveiros de muda, aquisição de *Squeezes* (garrafas plásticas) para alunos, visando substituir o gasto com copos descartáveis, contratação de serviço de recarga de toner;

- Cinco ações de redução de consumo de água: construção do prédio com sistema de aproveitamento da água da chuva; sistema de reuso da água; instalação de torneiras com acionamento por pressão e fecho automático, instalação de caixas de descargas em vez de válvulas hidras, reaproveitamento da água resultante dos condicionadores de ar, implantação de lago lonado, onde em um lago cavado no chão, com capacidade para 200 mil litros foi forrado com plástico para acumular/armazenar água da chuva do período de chuvas para uso durante o período de escassez (seca).

No âmbito do questionário perguntados se existe orientação por parte da alta gestão do IFMT para redução do consumo de papel, água e energia elétrica, 81% dos respondentes disseram SIM e 19% responderam NÃO.

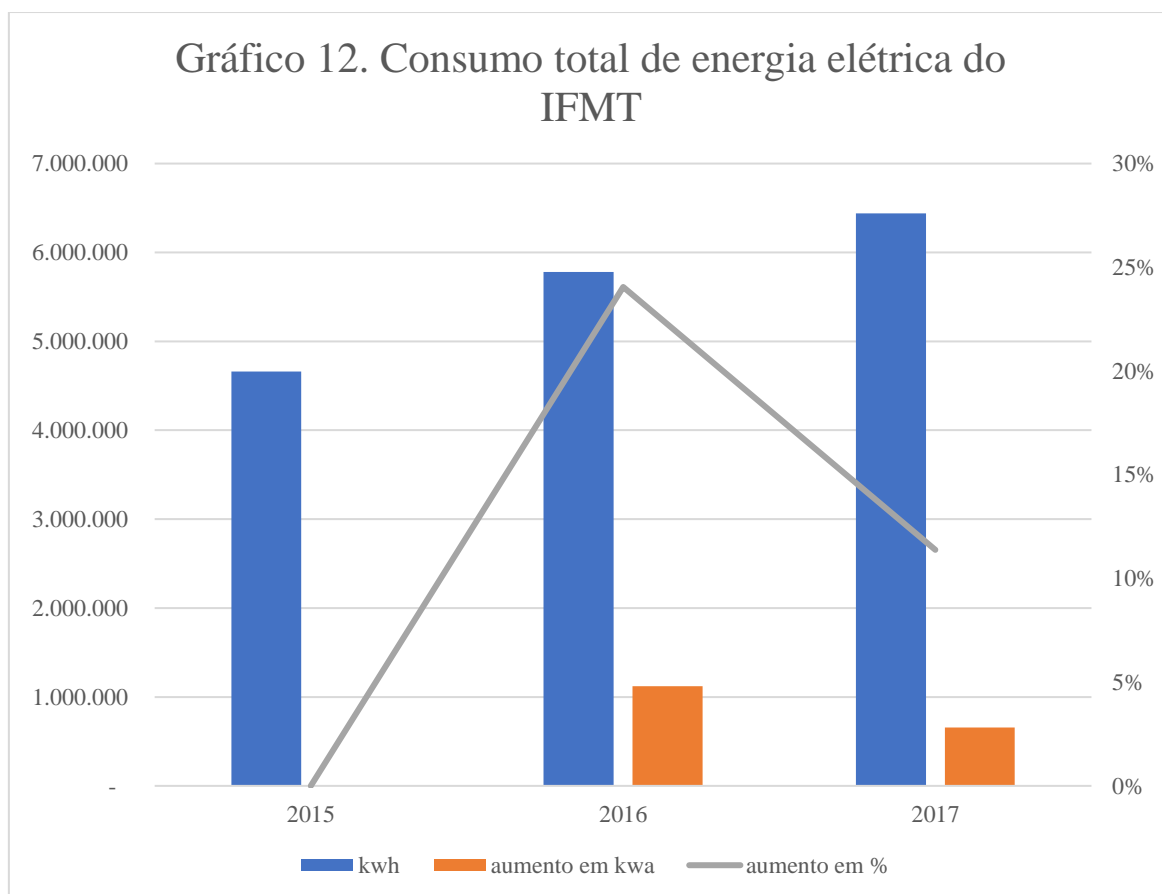
Das ações de sustentabilidade que resultaram em “receita ambiental pela redução de consumo”, conseguiu-se constatar uma redução do consumo de energia elétrica de 32%, redução do consumo de papel em 12%, redução de consumo de produtos não biodegradáveis em 36% e redução do consumo de água 20%, conforme demonstrado no Gráfico 11.



Fonte: Relatórios de gestão 2013 a 2017. Elaborado pela autora.

Dentre as ações que promovem a redução do consumo, é possível verificar a previsão de reduzir o consumo de energia elétrica no Campus Juína em 50 kwh, no Campus Pontes e Lacerda em 25 kwh e nos *Campi* Confresa, Diamantino, Guarantã do Norte e Tangará da Serra em 8.750 kwh, perfazendo o total de 8.825 kwh. Essa previsão do consumo de energia elétrica consta dos Relatórios de Gestão tendo em vista a implantação das usinas fotovoltaicas.

A redução de consumo de energia pela implantação das usinas fotovoltaicas poderá ser demonstrada em estudos futuros, visto que ainda não estão refletidos nos relatórios de gestão e nem nas faturas de pagamento de energia, conforme documentos auxiliares e demonstração no Gráfico 12.



Fonte: Relatórios dos SISPES de 2015 a 2017. Elaborado pela autora.

Relativamente ao consumo de energia elétrica, os dados coletados demonstram que houve redução no aumento do consumo, considerando que em 2017 foi de apenas 11% em relação aos 24% de 2016. A proposta do IFMT segundo relatado nos relatórios de gestão é instalar as usinas fotovoltaicas como visto na Figura nº 6 em seis *campi*, o que deverá

favorecer a ainda mais a redução do consumo. Foi observado conforme esclarecimentos prestados pelos campi que o processo de instalação e autorização de funcionamento para as usinas são demorados, motivo pelo qual ainda não foi considerado relevante a redução.

Figura nº 6: Foto de Usina fotovoltaica implantada no IFMT



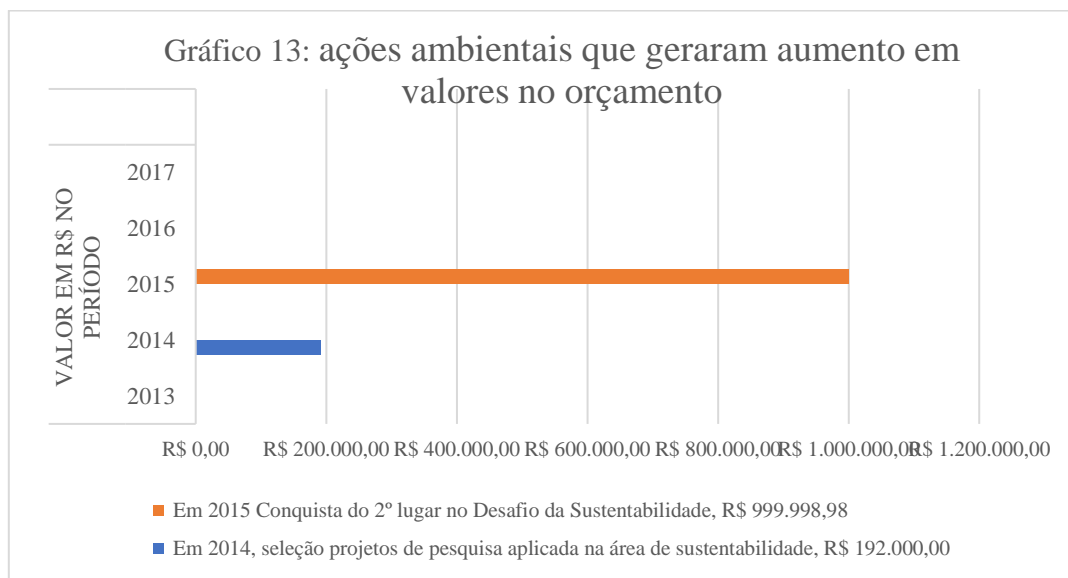
Fonte: Noticia publicada em 16/Nov/2017, recuperado de <http://ifmt.edu.br/conteudo/noticia/ifmt-implanta-seis-usinas-fotovoltaicas-em-seis-campi-duas-ja-estao-em-funcionamento-e-apresentam-reducao-de-consumo/>

Assim como nos relatórios foi evidenciada a redução de consumo; o mesmo ocorreu nas respostas ao questionário, sendo que na pergunta 02 (dois) e 08(oito) que questionou sobre as ações de redução de consumo para suprirem os cortes orçamentários; os gestores do IFMT, afirmaram que a instituição tem desenvolvido ações para a redução do consumo e respectivas despesas.

As ações ambientais que geraram aumento no orçamento, conforme demonstrado no Gráfico 13, foram:

- Participação em 2014 da seleção de projetos de pesquisa aplicada na área de sustentabilidade, que resultou em um aumento no orçamento de R\$ 192.000,00 a título de 'bolsas de Iniciação científica' para os alunos.

- Participação em 2015, no “Desafio da Sustentabilidade” promovido pelo Ministério da Educação, que resultou em aumento no orçamento do valor de R\$ 999.998,98 para execução da Ação 2000 (Administração da Unidade).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios de gestão 2013 a 2017.

Foi possível observar que o IFMT em sua batalha para suprir a falta de recursos devida aos cortes do orçamento, adotou uma postura pró-ativa de ações de sustentabilidade, as quais se alinham com os ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destacado pela equipe que relatou o Livro Verde, ao tratar da criação do *campus* ambientalmente sustentável, seguro e saudável:

1.6.2. Desenvolver ações que minimizem o impacto ambiental negativo do funcionamento das IES.

Uma IES deverá garantir que as suas políticas e práticas minimizem qualquer impacto negativo sobre o meio ambiente, promovendo para tal uma estratégia integrada e efetiva. (Marques, 2018, p. 19 e 43)

Sobre as dificuldades encontradas para implementação de ações ambientais a pergunta 12 do questionário aponta que 80% da amostra afirma existirem tais dificuldades enquanto 10% dizem não haver e outros 10% desconhecem o fato.

A principal dificuldade apresentada nos relatórios de gestão foi considerado a resistência da comunidade interna em separar os resíduos.

Na presente pesquisa não foram identificadas receitas própria ambiental a título de venda de adubo orgânico, compostagem, venda de serviços tais como assessoria ambiental,

aproveitamento de gases e calor ou a venda de crédito de carbono, a produção e venda de biodigestores, dentre outras ações, (Tinoco e Kraemer, 2004; Callado & Callado, 2009; Machado & Oliveira, 2009), as quais não foram identificadas nem nos balanços orçamentários e nem nos dados obtidos pelo portal da transparência.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

5.1 Considerações finais

A redução do orçamento público por meio de cortes e contingenciamentos é justificado pelo Governo Federal do Brasil como sendo consequência das crises econômicas e financeiras do Brasil e do mundo, e também pelas limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000.

Como forma de suprir a falta do orçamento as organizações públicas procuram fontes de receitas alternativas, como parcerias, convênios, acordos e também o aumento da geração de receitas próprias, tais como as oriundas de ações de sustentabilidade.

A presente pesquisa se caracteriza por ser exploratória com sustentáculo nas categorias de análise: Sustentabilidade Ambiental; Administração Pública; Contabilidade Pública; Orçamento Público e Educação Pública, mediante estudo de caso, que teve como objetivo analisar a contribuição das ações de sustentabilidade realizadas pelo Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT para o aumento do orçamento público. Utilizou-se de revisão bibliográfica pertinente ao tema por meio de livros, legislações e sítios específicos tais como o do Portal da Transparência do Governo Federal Brasil. Como técnica de pesquisa foi utilizada a análise documental e aplicação de questionário.

Os documentos analisados foram os Relatórios Anual de Gestão-RAG`s, as Demonstrações Contábeis – DICON`s: Balanços Orçamentários e Financeiros referente 2013 a 2017 e relatórios auxiliares sobre consumo de energia elétrica referentes ao período de 2015 a 2017. A aplicação do questionário foi dirigida aos gestores das 19 unidades do IFMT, com perguntas específicas sobre a sustentabilidade da instituição.

Por meio da análise dos RAG`s foi possível conhecer as ações de sustentabilidade ambiental desenvolvidas pelo IFMT e agrupá-las em quatro grandes grupos, a saber:

1 - Ações que resultaram em aumento orçamentário e financeiro imediato ou futuro: participação no Projeto Desafio da Sustentabilidade e seleção de projetos de pesquisa na área de sustentabilidade ambiental;

2 - Ações que resultaram na redução dos gastos orçamentário e financeiros, imediato ou futuro. Por exemplo: utilização de telhas termoacústica, pinturas com cores claras e atóxicas, implantação de usinas fotovoltaicas, Impressão de documentos em frente e verso da folha de papel; reutilização de papel como blocos de rascunhos; comunicação por meios eletrônicos evitando cópias e documentos em papéis, impressão de documentos em ecofonte, adoção de xícaras e canecas de vidro reduzindo copo descartáveis, redução de combustível fóssil nos veículos, uso de lanternas com bateria/pilha recarregáveis, fabricação de sabão pela reutilização de óleos vegetais, compostagem de resíduos orgânicos, reaproveitamento de resíduos da construção civil (madeiras), distribuição de *Squeezes* (garrafas plásticas) para alunos; construção com sistema de aproveitamento e de reuso da água da chuva; instalação de torneiras com acionamento automático, instalação de caixas de descargas em vez de válvulas hidras, reaproveitamento da água resultante dos condicionadores de ar, implantação de lago lonado cavado no chão com capacidade para 200 mil litros forrado com plástico para acumular/armazenar água da chuva do período de chuvas.

3 - Ações de mobilização e sensibilização: realizadas por meio de parcerias e em eventos de campanhas de educação ambiental, semana do meio ambiente, instalação de ecopontos de coleta seletiva de resíduos, projetos de economia de água, papel, e luz, oficina de compostagem em escola urbana, doação de papelões para associação de catadores, plantio de árvores no município;

4 - Ações que resultarão em planejamento e estudos de futuras ações: estudo para instalação de “Cata-vento”, como fonte de energia limpa, Projetos de ensino e pesquisa pelo Campus Rondonópolis, com as seguintes propostas: Coleta Seletiva Solidária; Formação de cooperativa de catadores; Diagnóstico dos Aspectos com Impactos Ambientais feitos pelo projeto de pesquisa de Sistema de Gestão Ambiental para o Campus Rondonópolis; Aproveitamento do resíduo agroindustrial da soja para enriquecimento nutritivo de biscoito “tipo cookies” destinado ao público infantil;

Após este agrupamento resultante da análise dos RAG`s e da aplicação do questionário aos gestores, as ações que geraram retorno econômico foram divididas em dois grandes grupos: as que reduziram o consumo e as que aumentaram o orçamento por transferência de dotação.

Esta separação permitiu evidenciar e constatar por meio de tabelas e gráficos diversas reduções de consumo, o que pode levar ao aumento da receita pela redução da despesa. Ficou

evidenciado as seguintes ações reduções de consumo: 32% de energia elétrica; 20% de água; 12% de papel; 36% de materiais não biodegradáveis. Dentre os gestores que foram entrevistados 81% afirmam que receberam orientação para desenvolver atividades com vistas à redução do consumo.

Já a receita pelo aumento em valores monetários do orçamento, ocorreu pela transferência de crédito do CNPq no valor de R\$ 192.000,00 em 2014 e pela descentralização de crédito do MEC no valor de R\$ 999.998,98 em 2015, sendo que apesar desses recursos serem registrados como Operações Intraorçamentárias, podem ser considerados como aumento de receitas no sentido de que esses valores foram essenciais para suprir a falta de recursos para a realização das atividades do IFMT, as quais estavam sendo prejudicadas pelos contingenciamentos governamentais.

O recurso no valor de R\$ 999.998,98, recebido do Ministério da Educação devido a participação do IFMT no projeto que conquistou o 2º lugar no Desafio da Sustentabilidade permitiu à gestão incentivar a instalação de usinas fotovoltaicas e a aquisição de equipamentos de baixo consumo energético nos *campi* Juína, Pontes e Lacerda, Confresa, Diamantino, Guarantã do Norte e Tangará da Serra que possibilitará uma redução no consumo de energia elétrica de 8.825 Kwp.

O estudo verificou ser possível às organizações públicas ter acréscimo em seus orçamentos por meio da realização de ações de sustentabilidade ambiental, tanto por meio das operações intraorçamentárias quanto pela redução do consumo. Não foram identificados valores com receitas ambientais pela venda de produtos e serviços, os quais poderiam gerar as receitas orçamentárias proveniente da arrecadação do próprio IFMT.

A análise da execução orçamentária da despesa ocorreu especificamente nas Ações 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Ação 2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica, 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, e pode-se concluir que no período pesquisado a dotação inicial foi aumentada em 9%, seja por meio de suplementação ou de transferências de crédito orçamentário. Entretanto não foi executado 19%, do orçamento colocado à disposição da instituição, o que foi justificado como uma consequência dos contingenciamentos, quer nos Relatórios de Gestão quer pelos gestores que responderam ao questionário.

Em relação ao cumprimento das normas ambientais específicas como a adesão ao programa da Agenda Ambiental da Administração Pública, cuja proposta é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e fundamentada na política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar, a análise dos relatórios de gestão demonstrou que em média 21% dos *campi* declararam participar da A3P. Isto pode ser confirmado pela aplicação do questionário, considerando que 81% dos gestores disseram desconhecer sobre a implantação da A3P. Este ponto mostra-se contraditório com as respostas dos gestores que afirmam realizar ações sustentáveis e não conhecem sobre a A3P.

A pesquisa revelou que 49% dos *campi* realizam a separação dos resíduos recicláveis descartáveis e fazem sua destinação às associações e cooperativas de catadores, conforme disposição legal do Decreto nº 5.940/2006.

Em relação ao que estabelece o Decreto nº 7.746/2012, os parâmetros de sustentabilidade nas licitações e contratações públicas são cumpridos por 95% dos *campi* do IFMT.

Já em relação ao Plano de Logística Sustentável - PLS, também previsto pelo Decreto 7.746/2012, ficou evidenciado como resultado de uma proposta de gestão sustentável, que houve um aumento considerável, pois em 2013 nenhum *campi* possuía o Plano e que em 2017 já eram 53% dos *campi* que o possuíam e de acordo com as respostas dos gestores, identificou-se que em breve todos os *campi* terão o PLS como parte da política de gestão sustentável.

A análise dos relatórios de gestão demonstrou que as principais dificuldades enfrentadas pelo IFMT para realizar suas atividades foram: o contingenciamento de cotas de limite de empenho e do orçamento; as limitações de gastos em determinadas naturezas de despesas; a insuficiência de pessoal; os desafios regionais como as distâncias; diversas greves de servidores e desde 2015 o fracionamento dos repasses financeiros.

A educação pública federal, rede da qual o IFMT faz parte, não visa lucro e o foco da implantação da gestão ambiental não deve ser a geração de receitas, mas sim, mitigar os problemas ambientais em prol da sociedade, entretanto, isso não impede que a organização tenha algum retorno econômico durante o processo.

É possível observar que o IFMT, em sua batalha para suprir a falta de recursos devido aos cortes do orçamento, adotou uma postura pró-ativa de ações de sustentabilidade, as quais

alinham-se com os ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destacado pela equipe que relatou o Livro Verde, ao tratar da criação do *campus* ambientalmente sustentável, seguro e saudável, ao prever que as IES devem “desenvolver ações que minimizem o impacto ambiental negativo do funcionamento” (Marques, 2018), pois esta pesquisa evidenciou e demonstrou os esforços do IFMT em realizar ações de sustentabilidade que permitissem algum retorno financeiro.

Ademais, há a busca de um processo contínuo de conscientização ambiental por meio de projetos de educação ambiental, de incentivo ao voluntariado, mudança no consumo, fazendo com que houvesse redução de gastos com água, energia elétrica, papel, e materiais não biodegradáveis, o que também foi amplamente demonstrado pelos documentos analisados e pelo questionário.

Por fim, pode-se afirmar que conhecedores dos valores intrínsecos nas ações, os gestores poderiam fomentar projetos que além da preservação ambiental, lhes permitiria recursos para manter suas atividades fins, as quais estão sendo a cada ano comprometidas pelo corte e pelo contingenciamento do orçamento.

5.2 Pesquisas Futuras:

Como sugestão para futuras pesquisas entende-se que será importante:

- Averiguar a redução de consumo de energia pela implantação das usinas fotovoltaicas, visto que ainda não estão refletidos nos relatórios de gestão e nem nas faturas de pagamento de energia.

- Desenvolver estudos sobre a contabilização e mensuração do registro das receitas e despesas associadas às ações de sustentabilidade ambiental.

- Desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, possibilitando projetos de fontes renováveis de energia limpa que gerem créditos de carbono no âmbito do MDL, bem como pesquisas de forma a continuar demonstrando a importância de planejamento de ações sustentáveis economicamente rentáveis para o IFMT, o que poderia estender-se à outras organizações públicas.

Referências Bibliográficas

- Agência Câmara de Notícias. (2018). Orçamento para a área de C&T será 25% menor em 2018, diz dirigente. Recuperado em 20 de junho, 2018 de www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/549447-ORCAMENTO-PARA-A-AREA-DE-CT-SERA-25-MENOR-EM-2018,-DIZ-DIRIGENTE.html
- Araújo, A. C. P. (2008). *Como comercializar créditos de carbono*. São Paulo. Trevisan Editora Universitária. 6ª edição.
- Araújo, I. P. S. Arruda, D. G. (2009). *Contabilidade pública: da teoria à prática*. 2 ed.rev.atualizada. São Paulo. Saraiva.
- Atualidade Parlamento Europeu (2018). Emissões de gases com efeito de estufa por país e setor (Infografia). Recuperado em 23 de junho, 2018 de <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20180301STO98928/emis-soes-de-gases-com-efeito-de-estufa-por-pais-e-setor-infografia>
- Azevedo, M. T. L., Lima, M. M. P., & Lima, A. L. P. (2004). *Introdução à contabilidade pública*. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro.
- Barbieri, J. C. (1997). Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis nas empresas. *Revista de Administração Pública*. Rio de janeiro 31 (2) 135-52. MAR./ABR. 1997. Recuperado em 06 de janeiro de, 2018 de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7941>
- Barcellos, C. & Hacon, S.S. (2016). Um grau e meio. E daí? *Cad. Saúde Pública*, vol.32, no.3, Rio de Janeiro, Epub Mar 22. Recuperado em 17 maio, 2018 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000300301#B2
- Barata, M. Ma. L.;Kligerman, D. C. Minayo-Gomez, C. (2007). A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. *Ciênc. saúde coletiva[online]*. 2007, vol.12, n.1, pp.165-170. ISSN 1413-8123. Recuperado em 24 de julho, 2018 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100019&lng=pt&tlng=pt
- Braz, J. L. P., Slomski, V. G., Valmor, S., & Megliorini, E. (2009). Contabilidade ambiental: proposta para a evidenciação do resultado do desempenho social e ambiental de uma autarquia municipal do interior do estado de São Paulo no ano de 2007. *RAI-Revista de Administração e Inovação*, 79-93., recuperado em 26 de julho, 2018 de <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79150>
- Brasil. Secretaria de Orçamento Federal. (2010). Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias. Brasília. Recuperado em 27 de junho, 2018 de http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/arquivos-receitas-publicas/Ementario_2010a.pdf
- Brasil. (2016) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento MTO. Edição 2017. Brasília. Recuperado em 30 de novembro, 2017 de <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/>.

- Callado, A. A. C.; Callado, A. L. C. (2009). *Informações contábeis e gestão ambiental*. In: Albuquerque, J. L. (Org). *Gestão Ambiental e responsabilidade social*. São Paulo. Atlas. p. 115-129
- Câmara, R. P. B. (2009). *Desenvolvimento Sustentável*. In: Albuquerque, J. L. (Org). *Gestão Ambiental e responsabilidade social*. São Paulo. Atlas. p. 70-92
- Cfc (2004). NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental. CFC. Brasília. Recuperado em 02 de junho, 2018 de <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-especificas/>
- Cfc (2008). NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Brasília. Recuperado em 02 de junho, 2018 de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf
- Cfc (2012). Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado em 12 de dezembro, 2017 de http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf
- Cfc, (2014), NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis. Brasília. Recuperado em 11 novembro, 2016 de [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCT16.6\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCT16.6(R1).pdf)
- Cgu (2016). Portaria nº 500, de 08 de março de 2016. Aprovar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a Norma de Execução e as Definições destinadas a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre os procedimentos relacionados à prestação de contas anual a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União. Brasília. Recuperado em 12 de novembro, 2017 de http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_500_2016.pdf
- Costa, E. (2008). *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. 1 ed, São Paulo: Expressão Popular.
- Crepaldi, S. A. (1993). *Contabilidade rural: uma abordagem decisorial*. Atlas. São Paulo.
- Crudo, M. A. Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899). *Tese de Doutorado em Educação*. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.
- Darós, L. L., & PEREIRA, A. D. S. (2009). Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público–NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública. In Congresso USP de Iniciação Científica (Vol. 6). Recuperado em 02 dezembro, 2016 de <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/467.pdf>
- Denzin, Norman K; Lincoln, Yvonna S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* [trad. Sandra Regina Netz] 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Eco-Rio92. Recuperado em 27 de maio, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>
- Faria, M. S. Zuccolotto, R. (2016). Contingenciamentos orçamentários no governo federal: transparência e critérios. *Cad. Fin. Públ.*, Brasília, n. 16, p. 149-174, dez2016. Recuperado em 27 de maio, 2018 de <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/cfp16marcelosilveira.pdf>

- Felipetto, A. V. M. (2007). *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aplicado a resíduos sólidos: Conceito, planejamento e oportunidades*. Coordenação de Karin Segala. – Rio de Janeiro: IBAM.
- Ferrari, Alfonso Trujillo. (1982). *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Fgv. (2009). Guia para a elaboração de inventários corporativos de emissões de gases do efeito estufa/ realização GVces Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas; organização GVces, Ministério do Meio Ambiente, CEBDS, WBCSD, WRI; apoio Embaixada Britânica, USAID, CETESB, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; edição e revisão Ricardo Barreto, Juarez Campos. São Paulo: FGV. Recuperado em 30 de maio, 2018 de https://www.cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/cartilha_ghg_online.pdf
- Figge, F., Tobias, H., Schaltegger, S. & Wagner, M. (2002). The Sustainability Balanced Scorecard –Linking Sustainability Management to Business Strategy. *Business Strategy and the Environment*, Bus. Strat. Env. 11, 269–284. Published online in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com). DOI: 10.1002/bse.339. Recuperado em 12 de novembro, de 2017 de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bse.339/epdf>
- Francisco, A. J. (2000). *Educação & Modernidade: os salesianos em Mato Grosso 1849 – 1919*. Cuiabá: UFMT, 2000.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo. Atlas.
- Globo News. (2017). Quase 70% das universidades federais tiveram cortes no Orçamento entre janeiro e junho. Recuperado em 23 de junho, 2018 de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/quase-70-das-universidades-federais-do-pais-tiveram-cortes-no-orcamento-entre-janeiro-e-junho.ghtml>
- Gontijo, V. (2013) Orçamento impositivo e o contingenciamento de emendas parlamentares. Estudo técnico nº 10/2013. Consultoria de orçamento e fiscalização financeira. Brasília: Biblioteca Digital Câmara dos Deputados. Recuperado em 06 de agosto, 2018 de <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/21143>
- Ibge (2004): Biomas. Recuperado em 29 de maio, 2018 de <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html?=&t=saiba-mais>
- Ifmt. (2013). Relatório de gestão do exercício de 2013. Cuiabá-MT. Recuperado em 12 de dezembro, 2017 de <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>
- Ifmt. (2014). Relatório de gestão do exercício de 2017. Cuiabá-MT. Recuperado em 12 de dezembro, 2017 de <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>
- Ifmt. (2014). Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018. Recuperado em 12 de dezembro, 2017 de http://ifmt.edu.br/media/filer_public/b3/cb/b3cbb909-bb6d-48c7-abe8-d723d23dacc7/pdi-oficial-consup-ultima-versao1.pdf
- Ifmt. (2015). Relatório de gestão do exercício de 2015. Cuiabá-MT. Recuperado em 12 de dezembro, de 2017 de <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>
- Ifmt (2016). Relatório de gestão do exercício de 2016. Cuiabá-MT. Recuperado em 12 de janeiro, de 2017 de <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>

- Ifmt. (2017). Relatório de Gestão 2017. PROAD. Cuiabá-MT. Recuperado em 20 de abril, 2018 de <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/prestacao-de-contas/>
- Instituto Ethos. (2017). Indicadores Ethos - Guia Temático: Mudança do Clima. Ciclo 2016/2017. São Paulo, setembro de 2017. Recuperado em 04 de janeiro, 2018 de <https://www3.ethos.org.br/cedoc/indicadore-ethos-guia-tematico-mudanca-do-clima/>
- Iso 14000 family,(2018). ISO 14001 Environmental management. Recuperado em 30 de maio, 2018 de <https://www.iso.org/iso-14001-environmental-management.html>
- Jacobi, P. (2003). *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Recuperado em 03 de janeiro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n118/16834.pdf>
- Jann, W. & Reichard, C., (2002). Melhores práticas na modernização do Estado. *Revista do Serviço Público*. Ano 53, número 3, PP. 33-52, Jul-Set 2002. Recuperado em 17 janeiro, 2017 de <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/288>.
- Lima, D. V. D., Guedes, M. A., & Santana, C. M. (2009, mai/ago). As normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, ISSN: 1984-3925. v. 12, n. 2, p. 15 – 23, - Brasília. Recuperado em 02 dezembro, 2016 de https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65/pdf_1.
- Machado, A. G. C. Oliveira, R. L. (2009). *Gestão ambiental corporativa*. In: Albuquerque, J. L. (Org). *Gestão Ambiental e responsabilidade social*. São Paulo. Atlas. p. 93-114
- Machado, R. Freytaf, D. & Maliski, K. R. (2012, jan/jun). Mudanças de critério contábil na depreciação no setor público. *UEPG Ci. Soc. Apl.*, Ponta Grossa, v. 20 n.1, p.99-111. Recuperado em 18 janeiro, 2017 de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/4153/3155>
- MMA, (2018). Agenda ambiental na administração pública A3P. Recuperado em 15 de junho, 2018 de <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>
- Manual do Usuário Manual SIAFI (2018) Recuperado em 06/08/2018 18:58, de http://manualsiafi.tesouro.gov.br/manual_completo.pdf/view
- Marques, (2018). *Livro verde sobre Responsabilidade social e instituições de ensino superior*. Versão provisória para consulta pública. ORSIES - Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior. Edição I SA PRESS FORUM - Comunicação Social. Impressão I IMPRESS GRÁFICA. ISBN 1 978-972-8976-05-7. Março de 2018.
- Mec, (2015). Coletânea da Sustentabilidade. Brasília. Recuperado em 13 de maio, 2018 de <http://desafiodasustentabilidade.mec.gov.br/>
- Mec, (2015). Anuário da Eficiência do Gasto Público com Água e Energia Elétrica nas Instituições Federais de Ensino: Ano de 2015. Brasília. Recuperado em 13 de maio, 2018 de <http://desafiodasustentabilidade.mec.gov.br/anuario.pdf>
- Mma, (2016). ENREDD+: estratégia nacional para redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal / Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Mudanças Climáticas e

- Qualidade Ambiental. Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento. Brasília: MMA. ISBN: 978-85-7738-263-7. Recuperado em 26 de junho, 2018 de http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd_documento_web.pdf
- Mma, (2016). MMA lança estratégia de redução de emissões. Recuperado em 26 de junho, 2018 de <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1522>
- Morais, L. M., & Neto, O. A. P. (2011). A reforma contábil promovida pelas NBCASP e o processo de convergência: implicações e perspectivas. *Associação Nacional Dos Programas De Pós-graduação Em Ciências Contábeis (ANPCONT)*, v.5.
- Moreira, H. M., Giometti, A. B. R. (2008) *O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa*. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 30, no 1, janeiro/abril 2008, p. 9-47. Recuperado em 05 de fevereiro, de <http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n1/01.pdf>
- Mota, F. G. L. (2009). *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 1ª Ed. Brasília. Editora Cidade Gráfica Ltda
- Nascimento, L. F. (2012). *Gestão ambiental e sustentabilidade*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração / UFSC. [Brasília]: CAPES : UAB.
- Norma brasileira de contabilidade, NBC TSP estrutura conceitual, de 23 de setembro de 2016. Recuperado em 20/02/2018 de <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>
- Pbmc, (2016). Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas [Ribeiro, S.K., Santos, A.S. (Eds.)]. PBMC, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil. 116p. ISBN: 978-85-285-0344-9. Recuperado em 30 de março, 2018 de http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/publicacoes/relatorios-especiais-pbmc/item/relatorio-especial-mudancas-climaticas-e-cidades?category_id=19
- Perrini & Tencati,(2006). Sustainability and Stakeholder Management: the Need for New Corporate Performance Evaluation and Reporting Systems. *Business Strategy and the Environment*. *Bus. Strat. Env.* 15, 296–308 (2006). *Published online in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com)* DOI: 10.1002/bse.538, p. 296/308. Recuperado em 08 novembro, 2017 de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bse.538/epdf>
- Pigatto, J.A.M., Holanda, V. B., Moreira, C.R. & Carvalho, F.A. (2010, jul/ago) A importância da contabilidade de competência para a informação de custos governamental. *Revista de Administração Pública-rap*, ISSN 0034-7612, v. 44, n. 4, p. 821-37, Rio de Janeiro. Recuperado em 17 janeiro, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a04>
- Pnmcb (2008). Plano Nacional sobre Mudança do Clima do Brasil. Recuperado em 17 de maio, 2018 de <http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>
- Portal da Transparência. (2018). Receitas do Governo Federal por Unidades Gestoras e Subalíneas. Recuperado em 15 de junho, 2018 de <http://www.portaltransparencia.gov.br/receitas>

- Ribeboim, J. A. (2009). *Valoração monetária de bens e serviços ambientais*. In: Albuquerque, J. L. (Org). *Gestão Ambiental e responsabilidade social*. São Paulo. Atlas. p. 194-212
- Richardson, R. J. (2015) *Pesquisa social: métodos e técnicas*/ Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3. ed. - 16. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2015. Recuperado em 07 de julho, de <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/355/6/Livro%20-%20Pesquisa%20Social%20-%20Conhecimento%20e%20M%20C3%A9todo%20Cient%20C3%ADfico%20-%20Cap%20C3%ADtulo%202.pdf>
- Sachs, Ignacy, 1927. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado* / Ignacy Sachs. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, A. O., Silva, F.B., Souza, S., Sousa, M.F.R.; (2001). Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP*, São Paulo, v.16, n. 27, p. 89 - 99, setembro/dezembro 2001. Recuperado em 15/out/2017 de <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v12n27/v12n27a07.pdf>
- Schenini, P.C. e Nascimento, D.T (2002). GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL. *Revista de Ciências da Administração* – v.4, n.08, jul/dez 2002. Recuperado em 26 de fevereiro, 2018 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1920>
- Silva, V. L. da. (2014). *A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática*. 3. ed. São Paulo. Atlas.
- Silva, M. C. (2006, ago/nov). Uma análise crítica sobre utilização do princípio da competência no setor público. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. ISSN-e 2237-7662, ISSN 1808-3781, Vol. 5, Nº. 15, 2006, págs. 35-44, Florianópolis. Recuperado em 17 janeiro, 2017 de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5454804>
- Silva, C. M.; Pereira, V. H.; Silva, J. R.; Valadares, J. P. DE A. (2017). Análise das produções científicas sobre Contabilidade Ambiental publicadas nos Anais do Congresso ANPCONT, Congresso USP em Controladoria e Congresso Brasileiro de Contabilidade, no período de 2008 a 2015. *RAGC*, v.5, n.19, p.45-60. Recuperado em 02 de junho, 2018 de <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/viewFile/984/735>
- Tinoco, J.E.P., Kraemer. M. E. P. (2004). *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.
- Vicente, E. F. R.; Morais, L. M.; Platt Neto, O. A. (2012 Abr-Jun). A Reforma na Contabilidade Pública Brasileira e o Processo de Convergência: Implicações e Perspectivas. *RIC - Revista de Informação Contábil*, ISSN 1982-3967, Vol. 6, no 2, p. 01-20. Recuperado em 02 dezembro, 2016 de <http://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7951/8028>
- Wwf Brasil. (2017). O que é Desenvolvimento Sustentável? Recuperado em 03 de janeiro, de 2017 http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Recuperado em 03 de novembro de, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Recuperado em 30 de novembro, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.
- Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013. Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasília. DOU de 31.12.2013. Recuperado em 27 de junho, 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm
- Instrução Normativa-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Brasília. Recuperado em 10 de novembro, 2017 de <http://portal.tcu.gov.br/contas-1/relatorio-de-gestao/2010.htm>
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em 12 novembro, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado em 12 de novembro, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.. Brasília, DF. Recuperado em 12 novembro, 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm
- Lei nº 12.187, de 29 de dezembro, (2009). Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Recuperado em 17 de maio, 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm
- Portaria-MMA nº 370 de 2 de dezembro de 2015. Estabelece a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-ENREDD+. Brasília. Recuperado em 26 de junho, 2018 de http://www.mctic.gov.br/mctic/opencvms/legislacao/portarias/migracao/Portaria_MA_n_370_de_02122015.html
- Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa,

projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. D.O.U. de 15.04.99). Recuperado em 30 de novembro, 2017 de http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view

Portaria-MF nº 184, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. DOU Nº 164, terça-feira, 26 de agosto de 2008, Seção 1. Recuperado em 12 de novembro, 2017 de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/08/2008&jornal=1&pagina=24&totalArquivos=100>

Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências. DOU de 28.11.2011. Recuperado em 15 de janeiro, 2018 de <http://portal.convenios.gov.br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-n-507-de-24-de-novembro-de-2011>

Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015. Dispõe sobre as orientações para a elaboração de conteúdo dos Relatórios de Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício de 2015, bem como sobre a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 146, de 30 de setembro de 2015. TCU. Brasília. Recuperado em 04 de janeiro, 2018 de http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/Portaria_TCU_321_2015

Portaria-MMA nº 370, de 2 de dezembro de 2015. Estabelece a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-ENREDD+. Brasília. Recuperado em 20 de junho, 2018 de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=90&data=03/12/2015>

APÊNDICES

APÊNDICE I – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO IFMT

Quadro - Demonstrativo alocado por Campus dos Aspectos da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis nos RGA do IFMT no período de 2013 a 2017

Unidade <i>Campi/ ano</i>	1- Participação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), pela unidade?									
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
RTR				X						
ALF				X				X		X
CBA				X				X		X
CAS				X				X		X
BLV				X				X		X
SVC				X				X		X
PLC				X				X		X
CNP				X				X		X
JNA			X				X			X
CFS				X				X		X
BAG			X				X		X	
ROO			X					X		X
SRS				X			X		X	
PVL				X				X		X
VGD								X		X
Unidade <i>Campi/ ano</i>	2 - Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?									

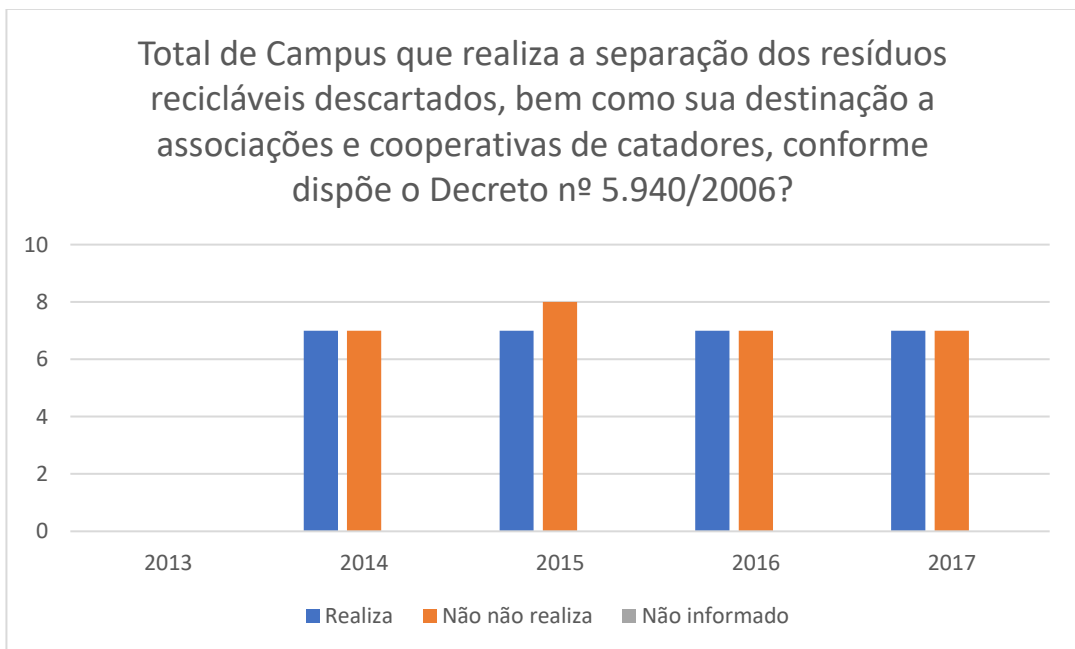
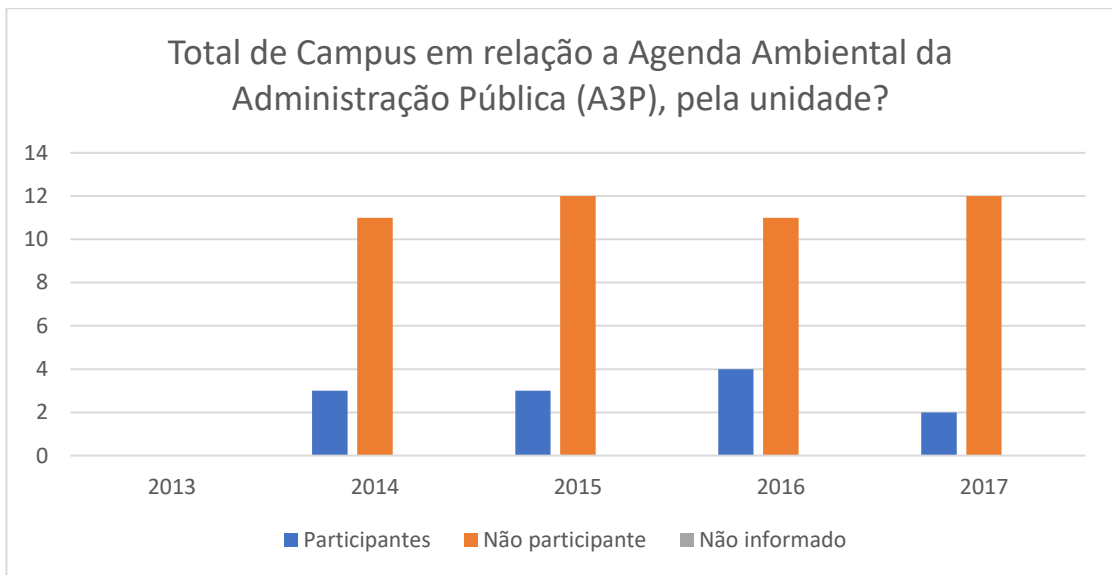
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
RTR				X						
ALF				X				X		X
CBA				X				X		X
CAS			X				X		X	
BLV			X					X		X
SVC			X				X		X	
PLC				X				X		X
CNP				X		X		X		X
JNA			X				X		X	
CFS			X				X		X	
BAG			X				X		X	
ROO			X					X		X
SRS				X			X		X	

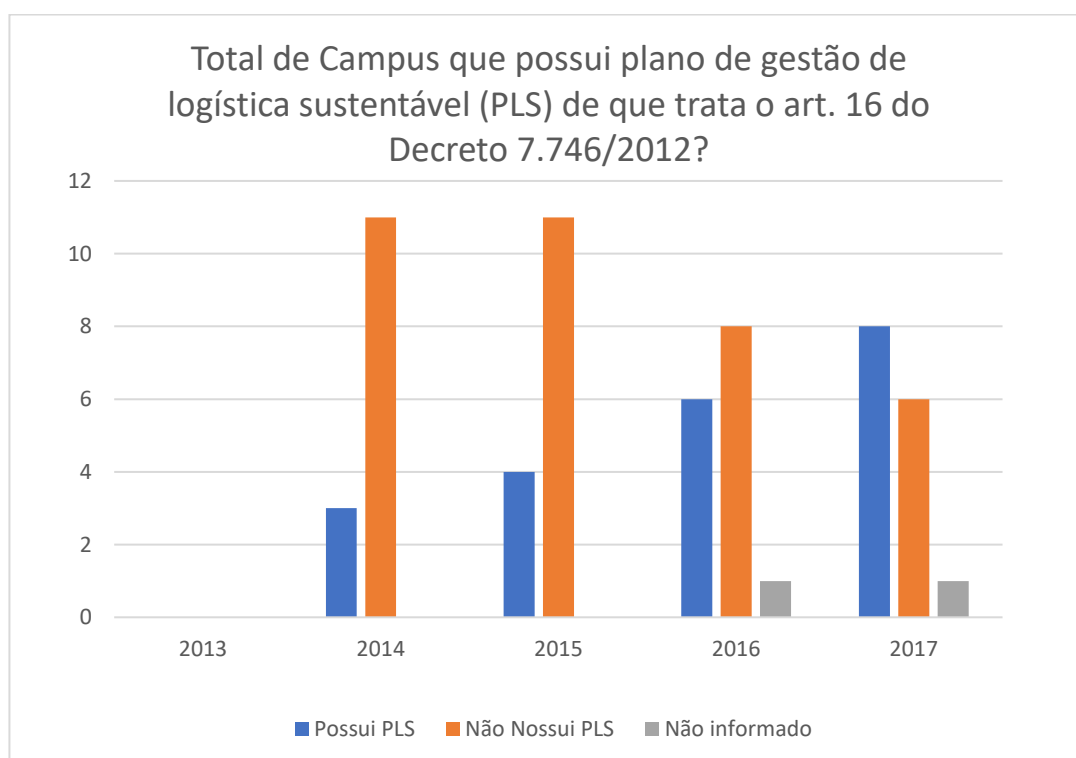
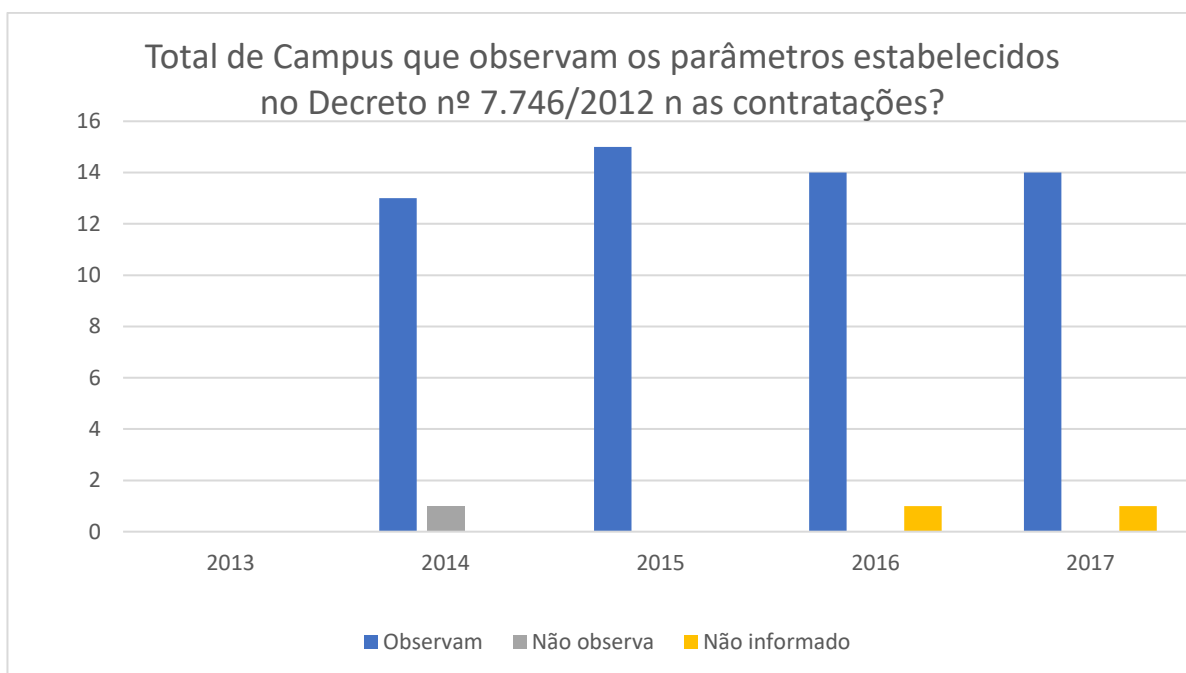
PVL				X				X		X
VGD							X		X	
Unidade <i>Campi/</i> ano	3 - As contratações realizadas pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?									
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
RTR			X							
ALF			X				X		X	
CBA			X				X		X	
CAS			X				X		X	
BLV			X				X		X	
SVC			X				X		X	
PLC			X				X		X	
CNP			X				X		X	
JNA			X				X		X	
CFS			X				X		X	

BAG			X				X		X	
ROO				X			X		X	
SRS			X				X		X	
PVL			X				X		X	
VGD							X		X	
Unidade <i>Campi/</i> ano	4 .A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?									
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	não
RTR				X						
ALF				X				X		X
CBA			X				X		X	
CAS				X				X		X
BLV				X				X		X
SVC			X				X		X	
PLC				X				X		X
CNP				X				X	X	
JNA				X			X		X	
CFS			X				X		X	
BAG				X			X		X	
ROO				X				X		X

SRS				X			X		X	
PVL				X				X		X
VGD								X	X	

Fonte: Relatório de Gestão do IFMT/2013 a 2017. Adaptado pela autora.





APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO

Questionário: A contribuição das ações de sustentabilidade para o aumento do orçamento nas organizações públicas. O caso do IFMT

Eu, Maria Moreira de Carvalho, servidora do IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, aluna do curso de mestrado, do Programa de Pós-graduação em Contabilidade e Finanças do ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, orientanda da Profª Dra. Amélia Cristina Ferreira da Silva, convido você para participar desta pesquisa respondendo este Questionário com vistas ao estudo de caso.

A partir dos cortes e dos contingenciamentos verificado no orçamento público brasileiro, este estudo propõe analisar a existência de ações de sustentabilidade ambiental promovidas pelo IFMT e informadas nos relatórios de gestão dos exercícios de 2013 a 2017, que podem incrementar aumento no orçamento, por meio da geração de receitas ambientais.

Contato com a pesquisadora poderá ser feito a qualquer momento pelo endereço Rua Padre Cassemiro-1260-Cáceres-MT-CEP 78200-000, telefone p/ contato: (65) 99993-6439, ou por E-mail: mmdcarvalho@gmail.com

Qual Cargo ou Função exercida no IFMT: _____

Pergunta	Respostas		
	Sim	Não	desconheço
1. Considerando os cortes e contingenciamentos verificados no orçamento público, o IFMT desenvolveu ações que buscaram suprir a falta do orçamento no período de 2013 a 2017?	13	1	2
2. Existe orientação por parte da alta gestão do IFMT para que a execução de ações pelos <i>campi</i> promovam a redução de gastos com energia elétrica, água e papel?	13	3	0
3. Há um processo contínuo de educação ambiental com servidores e alunos visando a criação de uma consciência ambiental?	13	2	1
4. As pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão tem desenvolvido projetos que busquem a inserção de ações que resultem em ganhos financeiros ?	13	2	1
5. O IFMT orienta a implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública A3P, em todos os <i>campi</i> ?	1	2	3

6. Há incentivo para a participação em ações que resultem ganhos econômicos para o IFMT, a exemplo da participação no Programa Desafio da Sustentabilidade quando houve um incremento R\$ 1.000.000,00 no orçamento da instituição?	5	4	7
7. Considerando que a comercialização de créditos de carbono possibilita a geração de receitas ambientais por meio de ações de sustentabilidade e que isto pode incrementar o orçamento público, há previsão de elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no IFMT?	0	2	14
8. Os possíveis ganhos com a redução de consumo com energia elétrica, água e papel estão sendo mensurados como receitas ambientais nos balanços orçamentários e financeiros do IFMT?	3	5	8
9. A legislação da Contabilidade Pública permite a evidenciação das receitas ambientais em contas contábeis específicas?	2	3	11
10. Considerando a importância da tecnologia da informação, há sistemas de informação implantados que permitam visualizar o processo de sustentabilidade do IFMT desde a formulação da política até a contabilização das ações?	1	6	9
11. O IFMT considera importante que pesquisas de mestrado e doutorado tenham a temática da sustentabilidade como seu objeto de estudo?	12	0	4
12. O IFMT têm observado dificuldades para a implantação de ações de sustentabilidade ambiental de forma permanente?	14	1	1

APÊNDICE III – EXECUÇÃO DA DESPESA DO IFMT

Quadro demonstrativo da Execução da Despesa nas ações consideradas, evidenciando os cortes e contingenciamentos no orçamento do IFMT no período de 2013 a 2017. Valores em R\$.

20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
ANO	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D-B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
2013	17.996.666,00	20.111.352,00	38.108.018,00	24.699.380,26	(13.408.637,74)
2014	41.932.700,00	1.783.011,00	43.715.711,00	11.507.700,28	(32.208.010,72)
2015	25.262.300,00	0,00	25.262.300,00	15.939.587,00	(9.322.713,00)
2016	3.658.537,00	5.824.800,11	9.483.337,11	9.483.337,11	-
2017	2.926.829,00	3.861.303,64	6.788.132,64	6.788.132,64	-
Total	91.777.032,00	31.580.466,75	123.357.498,75	68.418.137,29	(54.939.361,46)
<p>O valor da dotação inicial teve um aumento de 34%, pois era de R\$ 91.777.032,00 e sofreu um aumento de 31.580.466,75, encerrando o período com R\$ 123.357.498,75. Entretanto observa-se que o valor empenhado de R\$ 68.418.137,29, reflete uma redução em relação ao total da dotação inicial de -R\$ 54.939.361,46. Além das dificuldades administrativas normais, a exemplo da falta de servidores, o que os Relatórios de Gestão deixam esclarecidos é que a redução se deve aos contingenciamentos que atrasam os procedimentos de planejamento e execução das despesas.</p>			34%	55%	-45%
20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					

ANO	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D-B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
2013	51.709.994,00	6.933.206,00	58.643.200,00	55.739.096,37	(2.904.103,63)
2014	67.099.321,00	2.422.150,00	69.521.471,00	57.528.581,36	(11.992.889,64)
2015	72.421.264,00	64.543,70	72.356.720,30	61.162.837,57	(11.193.882,73)
2016	62.679.437,00	1.418.855,87	61.260.581,13	60.640.068,32	(620.512,81)
2017	61.231.230,00	0,00	61.231.230,00	57.870.578,44	(360.651,56)
Total	315.141.246,00	7.871.956,43	323.013.202,43	292.941.162,06	(30.072.040,37)
<p>O valor da dotação inicial teve um aumento de 2%, pois era de R\$ 315.141.246,00 e sofreu um aumento líquido (R\$ 9.355.356,00 – R\$ 1.483.399,57) de R\$ 7.871.956,43, encerrando o período com R\$ 323.013.202,43. O valor de – R\$ 1.483.399,57 corresponde à corte no orçamento. Entretanto observa-se que o valor empenhado de R\$ 292.941.162,06, apenas 91% do que teve à disposição, reflete uma redução em relação ao total da dotação inicial de (R\$ 30.072.040,37), chegando a 9% em relação ao orçamento final. Além das dificuldades administrativas normais, a exemplo da falta de servidores, o que os Relatórios de Gestão deixam esclarecidos é que a redução se deve aos contingenciamentos que atrasam os procedimentos de planejamento e execução das despesas.</p>			2%	91%	-9%
Ação 2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica					

ANO	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D-B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
2013	8.289.368,00	0,00	8.289.368,00	8.226.556,55	(62.811,45)
2014	10.917.160,00	0,00	10.917.160,00	7.402.738,11	(3.514.421,89)
2015	13.978.226,00	0,00	13.978.226,00	7.814.743,21	(6.163.482,79)
2016	14.540.400,00	0,00	14.540.400,00	13.937.184,40	(603.215,60)
2017	13.988.703,00	0,00	13.988.703,00	12.977.615,36	(1.011.087,64)
Total	61.713.857,00	0,00	61.713.857,00	50.358.837,63	(11.355.019,37)
<p>O valor da dotação inicial se manteve inalterado em de R\$ 61.713.857,00. Entretanto observa-se que o valor empenhado de R\$ 50.358.837,63, reflete uma redução em relação ao total da dotação final de -R\$ 11.355.019,37 correspondente a 18%. Além das dificuldades administrativas normais, a exemplo da falta de servidores, o que os Relatórios de Gestão deixam esclarecidos é que a redução se deve aos contingenciamentos que atrasam os procedimentos de planejamento e execução das despesas.</p>			0%	82%	18%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
ANO	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D- B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
2013	1.919.259,00	489.610,00	2.408.869,00	1.529.800,82	(879.068,18)

2014	-	0,00	-	-	-
2015	3.273.486,00	0,00	3.273.486,00	1.488.587,66	(1.784.898,34)
2016	2.984.819,00	0,00	2.984.819,00	2.390.323,98	(594.495,02)
2017	1.999.270,00	0,00	1.999.270,00	1.793.844,73	(205.425,27)
Total	10.176.834,00	489.610,00	10.666.444,00	7.202.557,19	(3.463.886,81)
<p>O valor da dotação inicial teve um aumento de 5%, pois era de R\$ 10.176.834,00 e sofreu um aumento apenas em 2013 de R\$ 489.610,00, encerrando o período com R\$ 10.666.444,00. Entretanto observa-se que o valor empenhado de R\$ 7.202.557,19, apenas 68% do que teve à disposição, reflete uma redução em relação ao total da dotação disponibilizado 32%. Esta ação não teve orçamento planejado ou executado em 2014, reforçando a falta de investimento e preparo nos servidores. Além das dificuldades administrativas normais, a exemplo da falta de servidores, o que os Relatórios de Gestão deixam esclarecidos é que a redução se deve aos contingenciamentos que atrasam os procedimentos de planejamento e execução das despesas.</p>			5%	68%	-32%
2000 – Administração da Unidade - Projeto Desafio da Sustentabilidade					
ANO	dotação inicial (B)	Redução por corte ou aumento por TEDs e Emenda Parlamentar (C=D-B)	dotação final (D=B+C)	Total empenhado (E)	Valor do orçamento não executado (F)=E-D
2015	0,00	999.998,98	999.998,98	664.182,75	(335.816,23)
Total	0,00	999.998,98	999.998,98	64.182,75	(335.816,23)

<p>Esta Ação não teve dotação inicial. Apenas o aumento relativo ao ganho com o prêmio, fechando a dotação final em R\$ 999.998,98. Apesar do esforço para alcançar a premiação, teve apenas o valor de R\$ 664.182,75 do recurso empenhado, ou seja 66%. Tendo o valor de -R\$ 335.816,23 não executado refletindo a redução de 34% entre a dotação final. A não execução desse recurso não aparece justificada nos relatórios de gestão, entretanto após averiguação constata-se que não foi possível concluir em tempo hábil para empenho a licitação para aquisição dos itens de custeio, por diversos recursos das empresas participantes. O recurso gasto com investimento ocorreu por adesão a Ata de Registro de Preços. O benefício maior foi relatado como a aquisição de Kits de energia solar e ar condicionador tipo inverter. Vários campi foram beneficiados, como São Vicente, Juína, Pontes e Lacerda.</p>	<p>0%</p>	<p>66%</p>	<p>-34%</p>
---	-----------	------------	-------------

Fonte: Relatórios de Gestão do IFMT/2013 a 2017. Adaptado pela autora.